



ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Vialonga, pelas 9h30, do dia 2016/07/27

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Ata nº 13/2016, da reunião de Câmara de 2016/06/29			Aprovação
2	Subsídio de formação - Escola de Bombeiros			Aprovação
3	Comparticipação do Município à obra de ampliação do quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vialonga - Declaração de apoio financeiro			Aprovação
4	2ª revisão ao orçamento, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais da Câmara Municipal - Remessa à Assembleia Municipal			Aprovação
5	Procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para assistente técnico (área administrativa) - Recrutamento excecional			Aprovação
6	Procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para assistente operacional (cantoneiro de limpeza) - Recrutamento excecional			Aprovação
7	Procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para assistente operacional (jardineiro) - Recrutamento excecional			Aprovação
8	Recenseamento Eleitoral 2016			Aprovação
	APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS			
9	Rede Know Now / Know How - Protocolo	Instituto Superior de Educação e Ciências		Aprovação
10	Projeto de Regulamento de Ocupação de Espaço Público do Município de Vila Franca de Xira - Consulta pública			Aprovação



ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Vialonga, pelas 9h30, do dia 2016/07/27

Assunto				Objetivo
Designação	Interessado	Local		
11	Alteração de titularidade, do ramo de atividade e realização de obras nas lojas 55 e 56 do Mercado Retalhista de Vila Franca de Xira	Manuel Ramos & Filhos, Lda		Aprovação
12	Exercício do direito de preferência sobre a loja 13 do Mercado Retalhista de Alhandra	Ana Patrícia Gonçalves Nunes		Aprovação
GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA				
. Assuntos apresentados para conhecimento Da competência do Presidente da C.M.				
13	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			Conhecimento
14	Legislação-síntese e editais			Conhecimento
15	Pagamentos autorizados			Conhecimento
16	Balancetes			Conhecimento
. Outros assuntos				
17	Contratação de seguros para o Município - Revogação da decisão de contratar			Aprovação
18	Contratação de seguros para o Município - 2017/2018 - Início do procedimento e remessa à Assembleia Municipal para autorização de abertura e do compromisso plurianual			Aprovação
GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA				
19	Relação de atos da competência da Câmara Municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
20	Alteração do titular do fundo de maneio do Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana		Alverca do Ribatejo	Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Vialonga, pelas 9h30, do dia 2016/07/27

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
21	Licenciamento de obras de edificação/alterações - Rua José António do Carmo, 11-A - Redução de taxas no âmbito do LiderA - Sistema de Avaliação da Sustentabilidade	Clube dos Sábios - Residências Assistidas, Lda.	Alverca do Ribatejo	Aprovação
22	Alteração ao loteamento denominado por Malvarosa - Verdinha (ex-Mague), lote 23 - Alvará de loteamento nº 4/03, de 17/07 - Aceitação de princípio e abertura de consulta pública	Escala Irreverente, Lda	Alverca do Ribatejo	Aprovação
23	Alteração ao alvará de loteamento nº 3/2015-AUGI, de 29/07 - Bairro do Estacal		Alverca do Ribatejo	Aprovação
24	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 396 do loteamento da Quinta da Bela Vista	Domingos Maria Leitão e outros	S. João dos Montes	Aprovação
25	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 471 do loteamento da Quinta da Bela Vista	Luciano Godinho Engrácio	S. João dos Montes	Aprovação
26	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 333 do loteamento da Quinta da Ponte	Joaquim Piedade Gonçalves	S. João dos Montes	Aprovação
27	Execução de infraestruturas na rua Maria Farta e rua dos Vampiros na AUGI Quinta do Alferes		S. João dos Montes	Aprovação
28	Empreitada de infraestruturas de parte das ruas D, L, M e ruas N e O na AUGI Fonte Santa - Auto de vistoria e receção definitiva e libertação de garantias		Vialonga	Aprovação
OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS				
29	7º Moto Churrasco - Isenção de taxa de condicionamento de trânsito	Clube 300 - Grupo Motard de Vialonga	Vialonga	Aprovação
30	Adaptação das antigas instalações de posto da GNR em esquadra da PSP - Alteração da data de conclusão da empreitada e plano de trabalhos	Joaquim Fernandes Marques & Filho, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
31	Execução do Parque Urbano da Quinta da Flamenga - Fase 4B e estacionamento noroeste - Rejeição das listas de erros e omissões		Vialonga	Aprovação
32	Remodelação das instalações elétricas, sistema de AVAC e telecomunicações da biblioteca municipal de Alverca do Ribatejo - Aceitação/rejeição das listas de erros e omissões	<i>Retirado da ordem do dia</i>	Alverca do Ribatejo	Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Vialonga, pelas 9h30, do dia 2016/07/27

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
33	Campeonato do Mundo de Vela 2016 - Classe Vaurien			Aprovação
34	Projeto de Regulamento do Cartão Municipal Sénior - Consulta pública			Aprovação
	REABILITAÇÃO URBANA			
35	Projetos de Operações de Reabilitação Urbana (ORU) simples, para as sete Áreas de reabilitação urbana do Concelho - Consulta pública			Aprovação
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
36	Moção - A escola pública, gratuita, universal, inclusiva e de qualidade é um direito de todos os cidadãos e uma obrigação do Estado Português - Requerimento nº 4/2016			Aprovação
37	Moção - Pela cobertura total do Concelho de Vila Franca de Xira por um passe social intermodal - Requerimento nº 6/2016			Aprovação (*)
38	Condições de trabalho e instalações do Município de Vila Franca de Xira - Requerimento nº 5/2016			Aprovação (*)
39	Recomendação ao Governo para que desenvolva esforços para o encerramento da central nuclear de Almaraz - Requerimento nº 8/2016			Aprovação (*)
40	Apoio da Câmara Municipal aos professores de natação - Requerimento nº 8/2016			Aprovação (*)
41	Antigas instalações do Grupo nº 1 da Escola da Armada - Requerimento nº 9/2016			Discussão e análise (*)
42	Processo disciplinar - Relatório final			Decisão (*)
43	Ata em minuta da reunião			Aprovação

(*) Não discutido



MUNICÍPIO DE VILA FRANÇA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2016/07/27

Aos vinte sete dias do mês de julho de dois mil e dezasseis, pelas 09h30, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Vialonga, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----

- . Nuno Miguel Marques Libório; -----
- . Fernando Paulo Ferreira; -----
- . Ernesto Simões Ferreira; -----
- . António José Sequeira Félix;-----
- . Maria de Fátima Pires Antunes; -----
- . Ricardo Manuel Cordeiro Anastácio;-----
- . Vítor Manuel Rodrigues Santos Moreira; -----
- . Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus. -----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores, Ana Lúcia Alves Cardoso, João Manuel Correia Pires de Carvalho, Aurélio dos Santos Marques, José António da Silva Oliveira e Paulo Sérgio Pinto Rodrigues, tendo sido substituídos pelos Srs. Ernesto Simões Ferreira, Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus, Rui Miguel da Silva Pereira, Vítor Manuel Rodrigues Santos Moreira e Ricardo Manuel Cordeiro Anastácio, respetivamente. -----

Entraram no decurso da reunião os Srs. Vereadores Rui Miguel da Silva Pereira e Rui Ribeiro Rei, pelas 09h35, durante o período antes da ordem do dia. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Telma Alexandra Guerreiro Marques, Assistente Operacional.-----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado: -----



Assunto: PRESENCAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Chefe do Gabinete-----

Dr. Renato Gonçalves-----

. Adjunto-----

Jorge Zacarias-----

GABINETE DE APOIO À VEREACÃO-----

. Adjuntos-----

Dr. Alexandre Sargento-----

Adão Conde-----

. Secretária-----

Fernanda Gomes-----

. Assessoria-----

Dr. Luís Carvalho-----

Oswaldo Silva-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenador-----

Dr. Cláudio Lotra-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Chefe da Divisão de Recursos Humanos-----

Dr. Paulo Alenquer-----

. Chefe da Divisão de Planeamento, Financeiro e Controlo Interno-----

Drª Nélida Soares-----

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental-----

Dr. António Domingos-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO

URBANA-----

. Diretora, em regime de substituição-----

Arqtª Teresa Laranjeira-----

. Coordenador da Divisão de Planeamento e Requalificação Urbana-----

Urbª Ricardo Ramalho-----

. Técnica Superior-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
SUBSCRIÇÃO DE DECLARAÇÃO SOBRE A POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DE
FUNDOS EUROPEUS ATRIBUÍDOS A PORTUGAL -----

Interveio o Sr. Presidente, cumprimentando todos os presentes e dando início à reunião de câmara, com umas breves informações, começando por uma declaração que enviou ao Sr. Presidente da Comissão Europeia e ao Sr. Presidente do Parlamento Europeu, relativamente à possibilidade de suspensão dos fundos europeus atribuídos a Portugal. -----

Irá pedir para distribuir cópia dessa mesma carta, que se anexa e dá por inteiramente reproduzida nesta parte da ata, sendo que a declaração, que não vai ler, ainda é um pouco extensa, no fundo é para referir que, depois de um esforço tão grande que os portugueses e o país fizeram relativamente às recomendações da Troika, sem estar a referir e a fazer juízos de valor sobre as opções tomadas, mas o que é um facto é que foi exigido determinado tipo de critérios que o país cumpriu, não é justo que possa vir a ser sancionado, no que diz respeito particularmente a uma preocupação dos municípios, que é efetivamente alguma sanção que tenha a ver com os fundos europeus. -----

Como se sabe, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, em outros programas anteriores de fundos comunitários, tem tido uma grande capacidade, no sentido das suas candidaturas terem aceitação, por isso fez muita obra, e neste momento está a preparar uma série de candidaturas, como já se tem vindo a falar, e provavelmente no decorrer da reunião poder-se-á referir um ou outro aspeto. -----

Assim, é uma grande preocupação para o executivo se eventualmente as sanções que venham a ser atribuídas a Portugal incidirem sobre os fundos europeus, e pensa que é uma grande injustiça. É não ter em conta o esforço que o país tem vindo a fazer e, sobretudo, é injusto, na medida em que a Europa neste momento tem dificuldades muito grandes, e não vale a pena estar a preocupar-se com uma economia como a de Portugal, que não contribui grandemente para o conjunto das economias europeias. -----

Entendeu por bem subscrever esta declaração, e espera que marque uma posição política do município de Vila Franca de Xira relativamente a uma eventualmente de que, provavelmente, ainda esta semana se irá ter conhecimento. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
SAUDAÇÕES RELATIVAS A RESULTADOS DESPORTIVOS E CULTURAIS -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo-se a alguns resultados desportivos, e dizendo que se continuam, felizmente, a ter grandes sucessos desportivos no concelho, com atletas do concelho, destacando João Pereira, um atleta que teve a sua iniciação no concelho e hoje representa o Sport Lisboa e Benfica, que foi 4º classificado no Campeonato do Mundo de Triatlo. -----

Sara Rafael, do Alhandra Sporting Club, ficou em 3º lugar na Taça do Mundo de Canoagem de Mar, bem assim como Inês Pereira, do mesmo clube, também teve um comportamento de grande destaque na Taça da Europa de Triatlo. -----

Luís Lopes, da Sociedade Euterpe Alhandrense, sagrou-se campeão nacional de Tiro com Arco, e Pedro Gaspar, da Associação Portugal Talentus, que é uma associação com sede em Alverca do Ribatejo, foi campeão nacional de triatlo. -----

Diogo Gonçalves venceu a volta a Portugal em bicicleta em cadetes, e é um atleta que reside no concelho.-----

Em termos culturais, o coro juvenil da Sociedade Euterpe Alhandrense, do Conservatório Silva Marques, participou na 5ª Edição do Festival Coral de Verão, em Belém, tendo obtido uma pontuação de 73,3, numa escala entre 0 e 100, no concurso coral, que corresponde ao nível prata 7.-----

Também, em 26 de junho, a aluna de canto do Conservatório Silva Marques, Beatriz Ventura, ganhou o segundo prémio e o prémio de interpretação de música portuguesa a nível médio, no âmbito do prémio bianual Bom Tempo 2016, que se realizou em Lisboa.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VIALONGA -----
Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vialonga, cumprimentando todos os presentes, desejando um bom dia e que sejam bem-vindos à freguesia de Vialonga.-----
Já que está no uso da palavra aproveitará para colocar algumas questões ao Sr. Presidente, e a primeira é relativa ao espaço da junta de freguesia, que está desadequado para a dimensão que hoje a freguesia tem. Nunca sofreu qualquer modificação, e o espaço onde se tem o armazém de todo o material é cedido por uma pessoa que tem feito particularmente um favor, o Sr. Lucas Machado, a quem quer fazer um agradecimento pelo espaço que tem cedido à junta.-----
Aquele espaço estava arrendado aos SMAS, os SMAS fizeram a rescisão do contrato, e neste momento o espaço onde a junta está nem tão pouco contrato de arrendamento tem, pelo que de um momento para o outro pode-se ver numa situação de ter que sair, apesar de que está convencido que a pessoa nunca colocará essa questão à junta, de sair imediatamente. Contudo, tem que se começar a pensar como é que se vai ganhar um espaço para a junta de freguesia.-
Neste sentido, fez um pedido ao Sr. Vereador, para que pelo menos não dê baixa do contador da luz, porque senão aí é que a situação ficava um pouco complicada, enquanto a pessoa aceita ou não fazer um novo contrato. -----
A segunda situação que gostaria de colocar é relativa à rotunda do Pingo Doce, à primeira rotunda que se fez em Vialonga, junto ao Pingo Doce, em que se tem de definir de quem é a responsabilidade da sua manutenção. É da junta? É do Pingo Doce? É da câmara municipal? O que é um facto é que está feita há cerca de 4/5 anos, não sofreu qualquer arranjo urbanístico e está num estado lastimoso. Para além disso, muitas vezes está partida, porque os carros de grande porte, para entrarem para o Pingo Doce passam por cima da rotunda, dos triângulos, e se se for lá ver neste momento ver-se-á que já não vale a pena estar constantemente a fazer obras, porque fazem-se hoje e amanhã está tudo partido outra vez.-----
Outra questão é a da ribeira que passa por trás das novas instalações da Casa do Povo. A câmara municipal notificou o Sr. Rui para, num prazo de 20 dias, fazer a limpeza da ribeira, o que é um facto é que a pessoa não faz, e aquilo está muito



perigoso para as instalações da Casa do Povo. Sendo uma instalação onde estão muitas crianças, há ali muito matagal e muita cana, e ainda há dias a Casa do Povo pediu para a junta ir lá, e foi, porque as canas eram tantas que partiram a vedação com o peso, numa situação muito perigosa.-----

Assim, se o Sr. Rui não faz pensa que a câmara municipal deve avançar e depois imputar os custos a alguém, para ver essa situação.-----

Quanto ao parque urbano da Flamenga, foi um bom investimento feito pela câmara municipal, está a ficar bonito, no entanto à noite parece um canil, sendo que houve uma senhora que passou no parque urbano, levou com um cão em cima, e partiu a clavícula, um pé e a bacia. São uns 14 ou 15 casais com cães, mas agora ninguém conhece ninguém, ninguém sabe quem é a senhora dona do cão preto. Sabe-se que era uma senhora loura, mas agora ninguém a conhece.-----

O que é um facto é que se têm de tomar providências junto da GNR ou de alguém, porque ao gastar-se o que se gastou naquele parque urbano, para que hoje ele se torne, à noite, um canil autêntico, é pena.-----

Por fim, faz uma chamada de atenção à situação da Encosta do Moinho, pois tem que se ter alguma atenção com a zona, que tem tido alguma dificuldade por parte da câmara municipal, que é responsável pelos espaços verdes, em manter ali uma boa manutenção, e quanto ao que fazer com os edifícios que estão lá por acabar. O tempo tem levado todos os painéis de proteção, e tem que se tomar alguma providência sobre isso.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Presidente da junta se referiu a uma questão que tem a ver com um armazém, o Sr. Vereador António Oliveira referiu-lhe esta matéria, e, naturalmente, aquilo que pode dizer é que juntamente com o Sr. Presidente da junta haverão de encontrar uma solução.-----

Não se vai deixar de resolver este problema, mas os SMAS fizeram aquilo que deviam ter feito, não podiam estar a pagar um arrendamento do qual não estavam a usufruir. Como tal, agora há que encontrar uma outra solução.-----

Quanto à rotunda do Pingo Doce, vai-se verificar por que razão é que os veículos andam a fazer isso, sendo que, ou não está suficientemente dimensionada, ou há também da parte dos motoristas pouco cuidado ao transitar ali. De qualquer modo, é uma situação que se vai verificar, bem assim como a questão da manutenção, e



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ 009

Reunião de 2016/07/27

Proc.º _____

Deliberação nº _____

neste caso nem sequer é manutenção, é melhorar a situação em termos de arranjo urbanístico. -----

Isto enquadra-se em muitas das coisas que já foram ditas hoje, que é a responsabilidade dos urbanizadores e dos promotores. Houve um período áureo, em que tudo era vendido, era tudo uma festa, os bancos emprestavam dinheiro por qualquer coisa e era uma maravilha. Houve períodos de grande dinamismo económico, que mais tarde, a partir de 2008, trouxeram o reflexo, quando se começaram a pedir as garantias reais. Aí é que foi o problema, e aconteceu que muitas destas empresas faliram, estão em insolvência.-----

Por isso, nestas questões das zonas verdes, etc., há de ser a câmara municipal a resolver o problema, na medida em que não há outra forma de o resolver. Há sim condições de avançar judicialmente sobre essas matérias, e a câmara municipal ser ressarcida, mas não se sabe é quando.-----

Agora, tudo isto teve um encaminhamento ilusório, e hoje está-se a ver o que é que acontece em todo mundo, que é a banca, em termos mundiais, não ter tido cuidados, apesar de alguns bancos de grande nomeada, em termos internacionais, terem adjudicado para os seus quadros as maiores figuras a nível mundial. Apesar de tudo não se conseguiram evitar algumas dificuldades, inclusivamente para algumas economias mais frágeis como a portuguesa, não se tendo conseguido que as questões, no que respeita ao urbanismo e construção, não tivessem as acuidades e dificuldades que tiveram, nomeadamente neste concelho e por todo o país.-----

Assim, há uma série de urbanizações que a câmara municipal vai ter que resolver, mas são muitas situações em que se tem vindo a substituir aos urbanizadores, e vai continuar a fazê-lo, não pode é fazer tudo de uma vez só. Quem gere, e o Sr. Presidente da junta sabe bem do que é que o próprio está a falar, tem que priorizar as suas intervenções, e, paulatinamente haverão de se conseguir encontrar essas mesmas soluções e a câmara municipal substituir-se-á aos urbanizadores, pois de repente o seu negócio não teve sequência.-----

A questão da limpeza da ribeira ao pé da zona do Cabo é uma delas, e a câmara municipal vai ter que fazer a intervenção, pese embora as muitas notificações que já se fizeram ao urbanizador, que nem sequer se digna a responder. De facto, em



termos coercivos vão-se ter que desenvolver os procedimentos necessários, mas entretanto não se pode continuar a ter aquela situação que o Sr. Presidente da junta referiu, e naturalmente que vai pedir aos respetivos serviços para fazer essa limpeza. -----

Quanto ao parque urbano da Flamenga, aquilo que pode dizer é que efetivamente está-se perante questões de carácter cívico. Também tem um cão e tem que tratar dele, se o leva à rua põe-lhe um açaimo, e se faz necessidades na rua apanha-as. Por acaso tem um quintal, e ele normalmente faz em casa, que é mais prático, pois apanha-as logo no quintal. -----

Esta é a atitude que as pessoas têm que ter, pois ser amigo dos animais é muito bonito da boca para fora, mas ser amigo dos animais é tratar deles convenientemente, e uma das questões é esta, tomar conta dos animais e procurar que estas questões não aconteçam. -----

É evidente que há animais errantes, e sobre esses a câmara municipal tem uma atitude de captura, sendo que apesar da capacidade do canil ainda ir ser aumentada este ano, mesmo assim não se conseguem capturar todos, e até se está num período complicado, porque as pessoas vão de férias e abandonam os seus animais, não só gatos como cães. -----

Portanto, esta é mais uma dificuldade acrescida ao longo do ano, mas aquilo que pode dizer é que se vai fazer chegar à força de segurança respetiva esta questão. -

Assim sendo, já respondeu à Encosta do Moinho, no sentido de se verificar o que é que se pode fazer. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata " 011 _____

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
URBANIZAÇÃO DA MALVAROSA-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, cumprimentando todos, começando por saudar o Sr. Presidente da junta de freguesia, assim como todos os que decidem hoje estar com a câmara municipal nesta reunião ordinária e pública realizada na freguesia de Vialonga.-----

Os membros da CDU gostariam de colocar algumas breves questões, antes de colocarem também questões referentes à freguesia, e o próprio começa com uma exposição de motivos que foi dada a conhecer, particularmente, aos vereadores da CDU, na sequência de uma informação remetida ao gabinete dos mesmos, que tem a ver com questões que também preocupam a CDU e que se prendem com o cumprimento das obrigações contratuais relativamente à boa vida e necessidade de garantia de proteção da defesa dos interesses dos moradores da Malvarosa, que são da responsabilidade do promotor.-----

Segundo os moradores, intitulados como comissão de moradores, há um conjunto muito significativo de infraestruturas que continua por executar, e nesse sentido perguntam à câmara municipal se já oficiou esses moradores com as respostas que se impõem, bem como quais são as diligências que este município está a tomar no sentido de dar concretização a uma proposta aprovada por unanimidade por esta câmara municipal, reivindicada desde sempre pela CDU, no sentido da ativação ou acionamento das garantias bancárias.-----

Aproveita a ocasião para perguntar ao Sr. Presidente se pode desfazer um equívoco que novamente volta a estar em cima da mesa, pois segundo uma informação veiculada pelos vereadores do PSD, que tiveram oportunidade de ler, há a acusação de que a câmara municipal, com a aprovação do lote 47, permite ou permitiu um acréscimo da área total dos fogos entre os pisos 1 e 6 desse mesmo lote. Da leitura que fizeram e que mantêm, sobre essa informação técnica, não descortinaram, e continuam a não descortinar, um efetivo aumento do número de metros quadrados por fogo desses pisos, a não ser, como é óbvio, com o acréscimo, que subentende a referida alteração, do piso 7, de transformação de casa de máquinas para habitação.-----

Nesse sentido, gostariam de perceber se de facto existe ou não possibilidade de



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 012

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº _____

aumento da área útil de cada fogo, compreendido entre os pisos 1 e 6, conforme informa o PSD, numa informação pública veiculada a esta população.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, cumprimentando todos os presentes, congratulando-se com o facto de hoje se estar com uma grande presença de população de Vialonga, até porque é importante a população avaliar quem governa, e avaliar quem faz oposição, saber de que assuntos trata e porque é que trata.-----

Assim, começará pela questão que o Sr. Vereador Nuno Libório colocou, com certeza preocupado com a população que mora na Malvarosa, só que quando o Partido Comunista votou não esteve preocupado, pois foi o Partido Comunista que viabilizou a alteração que levou ao aumento do retorno financeiro, ou seja, do dinheiro do bolso no empreiteiro em detrimento das condições da população. Votou a favor do retorno financeiro do dinheiro, da "guita", para o bolso do empreiteiro, em detrimento da qualidade de vida da população.-----

Quem estiver a ouvir diz "bem, aqueles tipos da Coligação Novo Rumo, do PSD, distribuíram este documento na Malvarosa, e por isso é que o Sr. Vereador falou, pois se ficasse dentro de paredes não tinha importância", mas os membros da Coligação Novo Rumo distribuíram à população e falaram com o povo, que alguns dizem defender mas que na prática já se esqueceram, e fazem uma pergunta à câmara municipal como se não tivessem lido, como se não tivessem o documento vindo à aprovação da câmara municipal e como se fosse uma coisa que tivessem todos andado distraídos.-----

Então, o Sr. Vereador diz o seguinte: "Aqueles malandros da Coligação Novo Rumo escreveram à população e enganaram a malta, porque disseram à malta que os pisos aumentaram todos em 80m². Malandros! Então digam-nos lá os técnicos da câmara?"-----

Aquilo que diz ao Sr. Vereador é que não é preciso os técnicos da câmara municipal dizerem, e, das duas uma, ou o Sr. Vereador não leu, ou não trabalhou, não estudou e votou de cor o ponto na reunião de câmara. O documento que veio distribuído pela câmara municipal, para a reunião do dia em que se votou esse ponto, e que está na ata da reunião de 2016/04/06, diz o seguinte: "Para além do piso 7, verifica-se que a ampliação de 80m² da área de implantação acaba por

A



Fl. Livro _____

Fl. Ata 013

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº _____

refletir-se também nos restantes pisos” .-----
Está respondido, e não precisam os técnicos da câmara municipal de lhe dizer mais nada. Das duas uma, ou o Partido Comunista não leu, ou agora arrependeu-se do que fez, e os membros da Coligação Novo Rumo estão disponíveis para fazer a revogação da aprovação se o Partido Comunista assim quiser. -----
Estão disponíveis para que se vote a revogação desse lote, para que depois não se faça de conta, que é fazer de conta que defendem as pessoas, mas a verdade é que desde 1974 até ao dia em que perderam as eleições estiveram sempre ao lado dos poderosos, a começar em Vialonga, porque nunca aprovaram as urbanizações das pessoas que viviam do seu trabalho normal e ganhavam o salário mínimo. Aprovaram as dos poderosos, vejam-se as urbanizações que foram aprovadas em Vialonga e no concelho, e a quem é que foram aprovadas. Não foram com certeza à “malta” que vivia do “batente”. -----
Portanto, que fique esclarecida esta matéria. -----
Continuou, com uma última questão desta urbanização, que é o lote 51, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo já levantaram este assunto, por este andar há 1 mês e meio, e entretanto veio a reunião um outro ponto sobre a Malvarosa. Assim, o que não consegue entender é que para preparar os pontos para aumentar áreas de construção, para viabilizar prédios, existe tempo, mas para responder a uma situação que foi colocada em reunião já passou mais de 1 mês e meio e até hoje os membros da Coligação Novo Rumo nem sabem se lá foi a fiscalização, quantas vezes é que lá foi, o que é que fez e o que é que a câmara municipal tem a dizer sobre o assunto. Até hoje sabem zero, mas entretanto veio mais um ponto da Malvarosa para aprovarem. -----
Não sabe o que é que o Partido Comunista vai fazer nisso, mas os membros da Coligação Novo Rumo, enquanto não tiverem esta informação, e face ao que se passou na última reunião de câmara, não aprovam mais nada na urbanização da Malvarosa. Querem saber o que se passou, pois não aprovaram aquele lote que lá está. Aquela forma que lá está não aprovaram, pelo que alguém tem que responder ao que se passa, e espera que nesta câmara municipal a esquerda prevaleça face aos interesses reacionários e fascistas da direita. Espera que a esquerda prevaleça, e a esquerda prevalece onde os próprios se integram. Os



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 014

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº _____

próprios, de esquerda, estarão junto da população a defender os seus interesses e os seus direitos. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que vai só responder a esta questão, que é a que tem mais acuidade, reportando-se àquilo que move o Partido Socialista, pois quem gere muitas das vezes tem uma atitude completamente diferente de quem está na oposição. Também já estive na oposição, e sabe bem que é mais simples estar na oposição do que estar a gerir. -----

A oposição faz o seu papel, naturalmente, e é para isso que existe, para ser uma oposição firme nas suas posições, cada um utiliza o estilo que quiser e sobre isso não se manifesta, mas o que quer dizer é que o Partido Socialista, que gere a câmara municipal, o que pretende é o melhor e não o pior para a população. -----

Aliás, parece que nesse aspeto cada um, à sua maneira, está imbuído do mesmo espírito, e é injusto dizer que a câmara municipal, gerida pelo Partido Socialista, só quer o mal dos residentes da Malvarosa. -----

É extremamente injusto, na medida em que se está a falar de uma boa urbanização, aquilo que é referido como um dos problemas da Malvarosa é o estacionamento, e o que vem hoje à reunião num dos pontos da ordem de trabalhos é justamente conseguir encontrar mais soluções de estacionamento. -----

As questões da vida também se alteraram, de facto, hoje, um agregado familiar tem mais do que um veículo, e no passado não era assim. Era um veículo por agregado familiar, hoje em dia, felizmente, as pessoas têm condições para terem mais veículos para se poderem deslocar para o trabalho e para as suas atividades pessoais, mas isso cria alguma dificuldade acrescida. -----

Por isso, o que vem hoje à reunião de câmara é a autorização para a construção de mais uma cave para aumentar a capacidade de estacionamento para um dos lotes, salvo erro o lote 23. É isso que se tem vindo a fazer e vai continuar a fazer, tentar encontrar soluções que minimizem, porque resolver é difícil em absoluto, pois bastam vir pessoas visitar residentes na Malvarosa, que não residem na Malvarosa, para o aumento da necessidade de estacionamento ser enorme, e não é possível resolver de todo todas as soluções que se colocam. -----

Quanto ao que importa, e para esclarecer definitivamente, cada um se quiser ficar esclarecido fica, se não quiser pede mais esclarecimentos, e de esclarecimento em



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 015

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº _____

esclarecimento um dia haverão de estar todos esclarecidos, na medida em que o Partido Socialista, sobre o lote 47, está absolutamente esclarecido.-----
Assim, vai dizer, de uma forma clara, mas se os Srs. Vereadores entenderem que se terá que fazer um documento mais esclarecedor relativamente à informação que referiram, far-se-á com todo o gosto, que aquilo que foi aprovado é inequívoco, ou seja, aumentaram-se cerca de 700m² de área de habitação do último piso e aumentaram-se 300 e poucos metros quadrados de estacionamento. O que os Srs. Vereadores referem, e provavelmente a informação poderia ser mais precisa nesse aspeto, é que houve uma alteração relativamente à acessibilidade. Melhorou-se, a pedido da câmara municipal, a acessibilidade aos pisos de estacionamento, e é esse o aspeto que é referido, de um aumento de 80m². É esse aspeto, porque relativamente ao aumento da área de habitação, não há aumento absolutamente nenhum a não ser no 7º piso, em que há uma aprovação de mais 5 fogos, que dá cerca de 700m², mais 300m² de estacionamento.-----
Portanto, é isto que os Srs. Vereadores aprovaram, aqueles que estiveram de acordo, e por isso aquilo que é dito pela Coligação Novo Rumo é impreciso e vale a pena sobre esta matéria falar claro, para não haver confusões.-----
O que diz ao Sr. Vereador Nuno Libório e ao Sr. Vereador Rui Rei é que a questão é esta, não é outra, e pedirá à Arqtª Teresa Laranjeira que faça um documento sobre esta matéria, para esclarecer completamente a questão, no sentido de não haver qualquer equívoco.-----
Interrompeu o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo que pensa que a confusão gerada, até pelo que o Sr. Vereador Rui Rei acabou de ler, é que o aumento da área de implantação não quer dizer forçosamente que haja aumento de área de construção. Pensa que é capaz de haver confusão à volta disso, a interpretação que os membros da CDU fizeram foi uma, e a que veio do outro lado parece ser outra. -----
Respondeu o Sr. Presidente que crê que foi claro na sua explicação, se ajudou, muito bem, se não ajudou, lamenta, mas pensa que é tão claro que não há nenhum equívoco. Há duas posições, uma posição de tentar resolver o problema do lote 47, e posições que estão absolutamente definidas, sendo que há um compromisso da sua parte de falar com os moradores, no sentido de analisar as possibilidades de



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 016

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº _____

melhorias de algumas questões da própria urbanização. Quanto ao lote 47, o único piso que teve aumento de habitação, de área de habitação, foi o último piso, os demais não tiveram nenhum aumento. -----

Houve uma reformulação a pedido da câmara municipal, a melhoria de acessibilidade dos carros, porque quem analisa, e há muitas pessoas a analisar, certamente já analisou que o acesso anterior, tal como estava, estava mal, no entender dos serviços municipais. Assim, uma vez que se ia alterar o lote, valeria a pena olhar para a solução anterior e melhorá-la. Foi isso que se fez, porque havia ali um momento em que poderia haver alguma dificuldade de circulação, na medida em que havia mistura de movimentos de tráfego e agora esses movimentos são completamente autónomos. Foi isso que se quis que na alteração fosse contemplado, e é somente esta a matéria, mais nenhuma.-----

Quanto ao lote 51, solicita à Arqtª Teresa Laranjeira que até ao final desta semana sejam enviadas, tanto a uma bancada como a outra, as conclusões da averiguação técnica que se está a fazer, pois já decorreu, como pensa, tempo suficiente para que essa informação seja posta à disposição dos Srs. Vereadores.-----

Perguntou o Sr. Vereador Rui Pereira se a informação poderá, em vez de ser só entregue às bancadas, ser também levada aos próprios moradores da Malvarosa. -- Respondeu o Sr. Presidente que há um compromisso de se responder aos moradores por escrito, tal como foi dito na última reunião. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que considera esta proposta interessante, dever-se-ia era, a partir de hoje, ser regra, e a partir de hoje todos os assuntos que os vereadores colocam serem levados ao conhecimento da população. Considera que é excelente, e pode ser que assim a população tenha conhecimento do que é que cada um trabalha e produz. -----

Depois, e já agora, com aquilo que o Sr. Presidente disse presume que vá pedir aos serviços que corrijam a informação relativa ao lote 47. -----

Disse o Sr. Presidente que não vai pedir aos serviços.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que isso quer dizer que o que se aprovou está irregular, porque o que diz a informação é muito claro: "Para além do piso 7, verifica-se que a ampliação de 80m² da área de implantação acaba por refletir-se também nos restantes pisos". Está escrito, e não foi o próprio que



escreveu. -----
Tomou a palavra de novo o Sr. Presidente, mencionando que aquilo que disse é o que é. -----
Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que o Sr. Presidente não é técnico, é o que diz em reunião todas as vezes, que são as questões técnicas. O Sr. Presidente é que diz, não é o próprio, que não é técnico e que são questões técnicas. -----
Prosseguiu o Sr. Presidente, referindo, em primeiro lugar, que não deu a palavra ao Sr. Vereador. -----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que, em segundo lugar, o próprio está a fazer o mesmo que o vereador do Partido Comunista fez, e o Sr. Presidente não disse nada. Assim, questiona se não lhe convém esta parte. -----
Respondeu o Sr. Presidente que lhe convém tudo, ao que o Sr. Vereador disse que, se lhe convém, então o Sr. Presidente tem que ouvir. -----
Prosseguiu o Sr. Presidente, referindo que lhe convém o bom, o assim, assim, e o excelente. -----
Disse ainda o Sr. Vereador que aquilo que perguntou foi se esta informação vai ser corrigida ou não, ao que o Sr. Presidente respondeu que sobre essa matéria já disse o que tinha a dizer. -----
Perguntou o Sr. Vereador Rui Rei o que é, e se é que a informação não vai ser corrigida. -----
O Sr. Presidente interveio novamente, perguntando se o Sr. Vereador não esteve com atenção, ao que o Sr. Vereador respondeu que pelos vistos não, deve ter um problema. -----
Respondeu o Sr. Presidente que o Sr. Vereador Rui Rei não tem um problema, quem tem problemas de audição é o próprio, mas é muito seletivo também, às vezes. Aquilo que quer dizer ao Sr. Vereador é que aquilo que disse, e repete, é que efetivamente, na sua opinião, a informação não é clara a este respeito, e, como tal, tem que haver um esclarecimento, de acordo com um documento que os técnicos vão produzir, para ser enviado a uma bancada e a outra. Foi o que disse. -
Posto isto, entrar-se-á na ordem do dia. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata " **018** "

Reunião de 2016/07/27

Proc.º _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
MOUCHÃO DA PÓVOA DE SANTA IRIA-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU tiveram oportunidade de participar numa preocupação relativamente à reabilitação das estruturas hidráulicas do mouchão da Póvoa de Santa Iria, e dos impedimentos legais suscitados entretanto para a APA - Agência Portuguesa do Ambiente, e gostariam de saber se essa situação já está desbloqueada, se o proprietário do mouchão já dispõe das autorizações necessárias para levar a efeito a reparação dos diques, e até que ponto é que a entrada de água salgada no mouchão não prejudicou já ou comprometeu irremediavelmente a viabilidade económica ou agrícola deste território do concelho de Vila Franca de Xira.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo abordaram esta questão na reunião de câmara passada, e perguntam de novo se a câmara municipal já fez alguma ação contra a APA e, simultaneamente, se a Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira já fez alguma coisa, até porque o mouchão da Póvoa é território da freguesia de Vila Franca de Xira.-----

Portanto, não se pode dizer que se quer o território, por um lado, e deixá-lo ao abandono, por outro, pois quando se deixa ao abandono é um ato criminoso, não é outra coisa qualquer.-----

Aquilo é um território da freguesia de Vila Franca de Xira, e gostava de saber se a junta já fez alguma coisa e se a câmara municipal já interpôs alguma ação contra a APA, porque é inaceitável a situação da APA, de "fazer veto de gaveta", "nem faz nem deixa fazer".-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata = 020

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
CENTRAL DE BETÃO – CASAL DAS AREIAS – ALVERCA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU tiveram oportunidade de apreciar a informação sobre a central de betão, localizada nas Areias, freguesia de Alverca do Ribatejo, e o Sr. Presidente que deixe que o próprio lhe diga que continua muito por explicar e, acima de tudo, não se pode justificar aquilo que é injustificável com a origem clandestina e de génese ilegal do bairro das Areias, aliás, à semelhança de outros tantos aglomerados localizados no concelho de Vila Franca de Xira.-----

A ser verdade aquilo que visualizaram no local e no concreto, até tendo em conta o auto de embargo desencadeado pela câmara municipal, gostariam de saber efetivamente quais foram as violações ou o que é que levou a câmara municipal a desencadear um procedimento de embargo para a instalação desta central de betão.-----

Por outro lado, não lhes parece correto e fácil de entender como é que uma infraestrutura desta dimensão, com estas características, e suscetível de prejudicar a qualidade de vida de todos quantos residem nas Areias, possa ser localizada a escassos metros dessas mesmas habitações, para além das questões das acessibilidades. -----

Portanto, gostariam de reiterar o pedido de informação sobre esta matéria, porque, no entender que têm esta central não tem condições de legalização no local onde está efetivamente a ser instalada.-----




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
SITUAÇÃO NA ESTRADA NACIONAL, JUNTO À GALP – VILA FRANCA DE XIRA -----
Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, referindo-se a uma situação em Vila Franca de Xira, que não sabe se é do conhecimento da câmara municipal, no último arranjo que foi feito na estrada nacional, de reparação do piso em frente ao Intermarché e às bombas da GALP, no sentido norte/sul. -----
Pensa que as tampas que foram colocadas estão deterioradas há 2 ou 3 semanas, e verifica-se a redução de duas faixas para uma, mesmo em frente ao posto, o que já tem algum tempo. Não sabe se isto é do conhecimento da câmara municipal, provavelmente é uma obra da Infraestruturas de Portugal, não haverá dúvidas acerca disso, mas gostaria de saber se está a ser tida em conta a situação, que cria ali algum problema, pois a tendência de quem sai da autoestrada é não reparar naquilo e mandar-se para cima do pessoal que sai da rotunda. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
PROJETO PARA O BAIRRO NASCENTE DO CABO – VIALONGA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, cumprimentando todos os presentes, desejando uma boa manhã e uma boa sessão de trabalho para o executivo camarário, referindo ter duas questões e que começa por Vialonga, com uma situação de um projeto já apresentado em 2011 para o Bairro Nascente do Cabo.--- Até hoje os membros da CDU não estão a ver essa implementação começar, e a ideia é perceber para quando a câmara municipal, finalmente, avança com o projeto para este bairro.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ACESSIBILIDADES – POSICIONAMENTO DE TRONQUEIRAS EM VILA FRANCA DE XIRA-

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, referindo-se a Vila Franca de Xira e a um tema que é recorrente na sua pessoa, que tem a ver com as acessibilidades. -----

Há regulamentos de acessibilidades, mas depois verificam-se, mais uma vez, as situações das tronqueiras, que ficam metidas em cima dos passeios, dificultando a passagem às pessoas de volume, como o próprio, ou a quem tenha de andar com bebés, tendo estas que vir para o meio da estrada, porque nos passeios não conseguem circular. -----

O próprio já uma vez também disse que, obviamente, é de ver a situação dos pluviais junto aos passeios e a possibilidade de algumas tronqueiras passarem a estar no caminho e não nos passeios, continuando os touros a ter espaço suficiente e as pessoas que brincam com eles a terem espaço suficiente na estrada, evitando-se a situação das tronqueiras em cima de passeios, onde for possível evitar. -----

Isso levará possivelmente a uma reformulação dos sítios onde se vão colocar as tronqueiras, e pensa que já era tempo de se fazer esse estudo, vendo-se o que é que é possível fazer.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata - **033**

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

RUA DO MORGADO – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo-se à rua do Morgado, na Póvoa de Santa Iria, dizendo que existe um contentor que está a ocupar um espaço nessa rua há pelo menos 6 anos, ocupando 2 lugares de estacionamento. Trata-se de uma rua onde o estacionamento durante a semana é complicado, e não se percebe porque é que o contentor lá está, como disse, há pelo menos 6 anos. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo nem sequer sabem se efetivamente paga licença de ocupação de via pública, ou o que é que se passa concretamente com esta situação, e gostariam que o Sr. Presidente, a não saber, mandasse averiguar.-

Nessa mesma rua, o lote 6 está aprovado para construção, mas esta nunca foi iniciada, não obstante o terreno estar cheio de ervas, com cerca de 1,5m de altura.

O mais grave é que os outros lotes que estão construídos têm os passeios também já feitos, mas chega àquele lote o passeio interrompe, e só recomeça no lote seguinte. Interrompe com uma vedação, ou seja, quem for no passeio terá que passar para o lugar de estacionamento, se não estiver lá nenhum veículo estacionado, ou mesmo para a estrada. -----

Assim, gostariam também que a câmara municipal averiguasse ou desse um ponto de situação sobre esta questão, porque lhes parece, no mínimo, estranha, e, mais que não seja, os passeios deveriam estar construídos independentemente do dono do lote ter ou não capacidade financeira para construir a edificação nesse lote. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
SANTA EULÁLIA - VIALONGA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que já falou de Vialonga na última reunião de câmara e hoje, mais uma vez, estranhamente, não ouviu da parte do Partido Comunista e da junta de freguesia a preocupação com Santa Eulália. Não ouviu falar, parece que com a pedreira agora já está tudo bem, parece que os camiões já lá têm o sinal a dizer que não podem circular, que é uma competência da junta e da assembleia de freguesia.-----

A questão de Santa Eulália foi uma que os membros da Coligação Novo Rumo distribuíram, mas que o Sr. Vereador Nuno Libório não disse, pois não interessa, porque o Partido Comunista não quis resolver o problema às pessoas, àquelas que diz defender, que é aquela população em que alguns andaram durante anos a fazer quilómetros para irem buscar água, andaram durante anos a fazer quilómetros porque não tinham autocarro, andaram durante anos a comer o vento e o pó ali, e agora, quando houve condições para resolver, o Partido Comunista "meteu" o interesse das pessoas no bolso e na gaveta, sob o argumento da defesa do empreiteiro. -----

Esta é a questão fundamental, que é para se poder desmascarar, de uma vez por todas, quem defende as pessoas ou quem defende os poderosos e os interessados neste concelho e freguesia. -----

Prosseguiu, perguntando para quando é que se está disponível para impedir a circulação ali dos carros pesados, para evitar problemas maiores no futuro.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
ESCOLA DE VIALONGA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que não ouviu falar da escola de Vialonga e que parece que agora está tudo bem. Agora há uma maioria de esquerda e da extrema-esquerda a governar o país, que pode arranjar o dinheiro que dizia que os fascistas não arranjavam porque não queriam. Portanto, pergunta onde é que está o dinheiro para construir a escola de Vialonga. Onde é que está? Ou agora já não é preocupação?-----

O ano letivo começa já agora, em setembro, sendo esta a última reunião de câmara antes de férias. Então, e os senhores não falam do assunto? Agora não interessa? Só interessa às vezes?-----

Contudo, os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber o ponto de situação da escola de Vialonga, e quando é que se resolve o problema. -----

Prosseguiu, referindo que já falou que esta escola é absolutamente essencial e necessária, e espera que haja uma resolução urgente para esta matéria.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
REDUÇÃO DAS PORTAGENS -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que há um Governo e uma maioria de esquerda, onde o Partido Comunista está, apesar de às vezes querer fazer crer que não está, mas está, apoia, e apoiou o aumento de impostos. Isto é bom que se saiba, para não se dizer que são só os malandros dos fascistas, esses sem coração, que apoiavam o aumento de impostos, porque estes senhores aumentam os impostos e não resolvem os problemas. -----

Assim, e quanto às portagens, ao chegar hoje ao local desta reunião para estacionar o carro viu uma tarja de um tal movimento das portagens, liderado por membros do Partido Comunista Português, o que não tem mal nenhum e ainda bem que assim é, só que o Governo propôs a redução das portagens numa série de autoestradas do país, e, nesse sentido, pergunta: “Então e nós aqui, em Vila Franca de Xira, em que os critérios que se estão a aplicar no Algarve aplicam-se em Vila Franca de Xira? Então e a maioria de esquerda e extrema-esquerda não diz nada ao Governo para reduzir as portagens na autoestrada do Norte? -----

Neste sentido, é bom que se diga que o único partido que retirou portagens na autoestrada no Norte, que as retirou de Sacavém e as colocou em Alverca, foi do fascista do Cavaco, pois o PSD foi o único partido que até hoje retirou de lá a portagem e nunca mais se cobraram portagens em Alverca do Ribatejo. Tudo o resto a que se assistiu, desde 1990 até 2016, foi pura propaganda e chicana política, mais ninguém retirou, e até o Guterres retirou na CREL, e a seguir tiveram que se vir colocar. -----

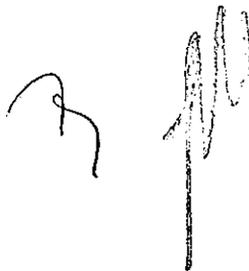
Respondeu o Sr. Presidente que até é suspeito, porque não gosta da pessoa em causa, e do Guterres gosta muito, mas agradece ao Sr. Vereador que quando se dirija ao ex-Presidente da República não o chame nesses termos. -----

Disse o Sr. Vereador que pensou que era também em relação ao ex-Primeiro-Ministro, e o próprio é suspeito, mas não votou no Professor Cavaco porque não tinha idade. -----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que sabe que o Sr. Vereador está a falar com ironia, mas pede que quando se dirija ao ex-Presidente da República, Professor Cavaco Silva, não o faça nesses termos. -----



O Sr. Vereador retomou a palavra, dizendo que agradece a consideração do Sr. Presidente pelo Professor Cavaco Silva, e agradece também o facto de antes de si terem falado 5 vereadores e, sistematicamente, a quem o Sr. Presidente procura interromper é ao próprio. Contudo, é mais ou menos como uma cassete, fica em "pausa", o Sr. Presidente interrompe e continua igual. -----
Disse o Sr. Presidente que não vale a pena o Sr. Vereador estar a chamar fascista a uma pessoa. -----
Perguntou o Sr. Vereador se é ao Engº Guterres, e respondendo que não, que esse vai ser presidente das Nações Unidas.-----
O Sr. Presidente interveio novamente, referindo que foi ao Professor Cavaco Silva, ao que o Sr. Vereador respondeu que, quanto a isso, fascista é o normal, há pessoas presentes na sala que durante anos lhe chamaram fascista, e foi o máximo elogio, porque doutras coisas nem diz o que é que lhe chamaram.-----
Respondeu o Sr. Presidente que há obrigação, na reunião de câmara, de não fazer isso.-----
Prosseguiu o Sr. Vereador, dizendo que se se tivesse num jogo de futebol iria pedir "desconto de tempo", porque o Sr. Presidente já lhe retirou 10 minutos. -----
Aquilo que quer dizer é que entretanto as pessoas esqueceram-se e, estando a tarja a dizer "abolição das portagens", e como na autoestrada, em Alverca do Ribatejo, é verdade que o único partido que efetivamente as retirou foi o PSD, sob a presidência do governo do Professor Cavaco Silva, os membros da Coligação Novo Rumo agora gostavam que estivessem todos disponíveis para, com base neste diploma, e como existe uma maioria de esquerda, aqueles que têm um coração muito grande e defendem as pessoas, se pudesse aprovar um documento, ainda antes de se ir de férias, para quem vai de férias, a exigir que se apliquem as mesmas regras que se vão fazer ao país em Vila Franca de Xira. -----
Vila Franca de Xira tem das mais altas taxas de desemprego do país, tem problemas de circulação, porque a EN1 não é alternativa, e a A1 é a que mais receitas dá à Brisa, a par da A5 em Cascais. Tem dos mais altos níveis de circulação automóvel, pelo que pergunta: Quais são os critérios adicionais para se poder aprovar? Assim, pergunta ao Partido Comunista e ao Partido Socialista se vão continuar a aceitar isto calma e serenamente como se nada se passasse, e



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
PARTICIPAÇÃO DA MUNÍCIPE LEONOR ALVES NA ÚLTIMA REUNIÃO DE CÂMARA EM
VIALONGA-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que na última reunião de câmara em que esteve, em Vialonga, depois de ter saído, houve uma ilustre responsável, que não é um cidadão normal, pois se for um cidadão normal tem que se aceitar toda a sua manifestação de insatisfação, é uma ilustre membro do Partido Comunista, da CGTP Intersindical, que se veio fazer de “virgem ofendida”, como se não pudesse falar quando sabe que não pode, porque na sua assembleia de freguesia não se permite aos cidadãos que não cumpram as regras. -----

Veio dizer, depois do próprio ter saído, que se sentiu amordaçada, e se não fosse uma coisa séria ria-se, pois como já tem 42 anos e sabe o que é que alguma dessa malta andou a fazer àqueles que não concordavam com a cor vermelha e com a foice e o martelo, até se deitava para o chão a rir, mas não é o caso. -----

Amordaçada, quando está no uso da palavra um vereador, e uma responsável política do Partido Comunista na freguesia vem tentar interromper essa intervenção? Isto é amordaçar alguém? Não, é tentar condicionar que um vereador que não concorda com a política que é seguida pelo Partido Comunista e pelo Partido Socialista o exponha publicamente. -----

Não o condicionam com essas matérias, porque quanto mais falarem sobre isso mais o próprio vem a reunião, e sim, podem dizer que estão a ser amordaçados, mas ninguém vai acreditar nessa matéria, pois quem mais desrespeita as regras foi quem falou aqui, e a munícipe que falou que é militante do Partido Comunista, foi a senhora Leonor Alves, o que fez já depois do próprio ter saído. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 044

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
ESPAÇOS VERDES – MORGADO DE SANTO ANTÓNIO DA BOLONHA – PÓVOA DE
SANTA IRIA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que tem um documento, que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, que deve envergonhar a todos, que traz um exemplo, na Póvoa de Santa Iria, dos espaços verdes do Morgado de Santo António da Bolonha, urbanização que foi paga com o dinheiro de quem lá comprou os apartamentos. -----

O próprio, que apesar de já estar a caminhar para mais idoso, ainda é do tempo em que este espaço era verde, foi verde, mas hoje não sabe se algumas ovelhas pastariam lá.-----

Contudo, as ovelhas não pagam IMI, e esta população paga milhares de euros, que davam para manter 10 vezes estes jardins. Não são 4, são 10 vezes estes jardins, e isto nem é sequer uma responsabilidade da junta de freguesia, é da câmara municipal. -----

Não se poder dizer que a câmara municipal não tem dinheiro, não é verdade, pois tem recursos financeiros suficientes para fazer face a estas matérias.-----

Portanto, só não faz face a estas matérias, ou porque não quer, ou porque não sabe, ou porque não tem jeito para resolver os problemas, mas efetivamente não é aceitável o que se passa na limpeza, por um lado, e na manutenção dos espaços verdes, por outro. -----

São absolutamente inaceitáveis estas situações que se passam. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS COLOCADAS NO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA---
Após as questões colocadas pelos Srs. Vereadores, interveio o Sr. Presidente, mencionando que vai procurar responder, se bem que lhe deixaram 10 minutos, e ao fim de 10 minutos passará para a ordem do dia. A vida é mesmo assim, e haverá de se responder no final da reunião. Se se for célere, com certeza que se conseguirá responder a tudo.-----
De qualquer modo, começará por responder às questões colocadas pelo Sr. Presidente da junta.-----
Após as respostas relativas à urbanização da Malvarosa, interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que por uma questão de respeito à direção de trabalhos do Sr. Presidente, e a todos os presentes, como é óbvio, e não havendo tempo útil para fazer comentários ou justificações sobre questões que ficaram pendentes, os membros da CDU acreditam que o bom decurso desta reunião permitirá que a CDU, não é que possa defender-se, mas possa também dizer mais algumas coisas, porque, ouvindo o que se ouviu, até parece que o mundo é mesmo quadrado.-----
Contudo, relativamente à ordem do dia, tiveram oportunidade, salvo erro na segunda-feira, durante o período da manhã, de dar a conhecer ao Sr. Presidente a sua insatisfação relativamente ao agendamento de alguns dos assuntos constantes da ordem do dia, designadamente de pontos suscitados pela CDU, que são de particular relevância para o município de Vila Franca de Xira. Destaca, por exemplo, o futuro e a viabilidade de novas instalações, bem como outros assuntos de interesse particular para esta câmara municipal.-----
Na opinião que têm, aquando do término da última reunião pública e ordinária da câmara municipal ficou um aparente compromisso do Sr. Presidente, e está a ser muito delicado na forma como está a expor as coisas, para não haver segundas interpretações.-----
Perguntou o Sr. Presidente o que é que a questão da delicadeza tem que ver, dizendo que não é delicadeza, é precisão, e pedindo desculpa por interromper o Sr. Vereador.-----
Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que os membros da CDU tiveram oportunidade de suscitar ao Sr. Presidente, o que na opinião que têm



mereceu a concordância do mesmo, como a de todos os presentes, que havendo assuntos cuja discussão se protela há mais de 2 meses, fossem agendados ou inscritos nos primeiros pontos constantes da ordem de trabalhos. -----

Porém, quando fizeram a leitura da presente ordem de discussão verificaram que há um conjunto muito significativo de assuntos que foi remetido, dentro do mesmo tema e categoria "administração municipal", mas para o fim da discussão, e é caso para perguntar: Estará a câmara municipal dentro do grande tema "administração municipal", a pôr assuntos de primeira ordem e assuntos de segunda ordem, que são os suscitados pela CDU? -----

Se assim não for, não há nenhuma justificação para que os assuntos suscitados pela CDU, desde requerimentos, recomendações e deliberações, a tomar eventualmente por este executivo da câmara municipal, não sejam rapidamente avaliadas e suscetíveis de deliberação por parte do órgão. -----

Assim sendo, colocam novamente à consideração do Sr. Presidente, que é a pessoa que tem a direção dos trabalhos da presente ordem de trabalhos, que mantenha aquilo que disse na penúltima reunião da câmara municipal, que os assuntos que andam a ser discutidos ou para serem discutidos há quase 2 meses sejam-no efetivamente, e se garantam condições, do ponto de vista do seu agendamento, para que haja essa conseqüente discussão. -----

O Sr. Presidente tomou a palavra, mencionando que uma das competências que tem, que não lha tiraram, nem podem tirar, é a elaboração da ordem do dia, e, como tal, aquilo que diz é que, aparentemente, se bem que, quando se quer, de uma coisinha pequena faz-se uma coisa do outro mundo, da ordem do dia há condições de reservar, no final, uma hora ou 45 minutos para, não só responder às questões que os Srs. Vereadores colocaram, como resolver algumas das matérias que o Sr. Vereador Nuno Libório aqui colocou. -----

Há matérias que o Partido Socialista tem muito gosto em analisar, porque está de acordo no fundamental, apesar de não estar de acordo com um ou outro aspeto em termos da terminologia e alguma forma como são colocadas as moções, pelo que não há nenhuma motivação de não as querer discutir. -----

Já lá vão 10 minutos nesta conversa, apesar de importante, é certo, e provavelmente já se teriam conseguido resolver dois ou três pontos da ordem do



dia, mas fica o compromisso de que hoje se vai tentar resolver, e, caso não se consiga, para a próxima, e agora sim, ficarão no início. Não tomou nenhum compromisso de que colocava estes pontos no início, o único compromisso foi por causa da questão do teatro, nada mais, e conforme o Sr. Vereador se recorda propôs que na reunião extraordinária estes pontos fossem colocados para serem discutidos, ao que o Sr. Vereador disse que não estava de acordo, e inclusivamente enviou um requerimento nesse sentido, ao qual o próprio disse que sim, e que os pontos eram retirados dessa ordem do dia e seriam discutidos numa próxima oportunidade, numa reunião ordinária, coisa que se está agora a fazer.-----
Hoje vai-se ser célere, de certeza absoluta, e vai-se conseguir analisar, e caso não se consiga fazer estes pontos passam para a próxima reunião de câmara, se bem que há algumas matérias que já foram amplamente discutidas em vários momentos, e em outras sedes.-----
Assim sendo, iniciará a ordem do dia, esperando que se consiga, de facto, falar destes pontos despendendo o tempo único e necessário. -----



Assunto: SUBSÍDIO DE FORMAÇÃO – ESCOLA DE BOMBEIROS-----

Presente a proposta do Sr. Presidente, datada de 2016/07/20, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da atribuição de apoio financeiro, na modalidade de subsídio e no valor de 6 000,00€, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira, no âmbito do Plano de Intervenção para 2016, respeitante à formação conjunta dos corpos de bombeiros do concelho.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que depois do secretariado dos bombeiros entregar o relatório de 2015, está-se em condições de efetivamente avançar com a atribuição deste subsídio da formação, que é uma das áreas importantes para que os bombeiros, em cada momento, estejam em condições de poderem exercer cabalmente a sua missão.-----

Portanto, cumprimenta o Sr. Vítor Batalha, que é membro do secretariado, dizendo que é um exemplo daquilo que deve ser um trabalho em parceria, sendo que todos os bombeiros neste momento estão nestas ações de formação, o que nem sempre acontece, porque é difícil às vezes conjugar interesses.-----

Aquilo que quer dizer é que os bombeiros voluntários do concelho de Vila Franca de Xira, de facto, neste aspeto, são um exemplo relativamente aos bombeiros de todo o país, apesar de que há muitos corpos de bombeiros que também fazem formação.-----

A formação conjunta, como é feita no concelho, nem todos os corpos de bombeiros do país a fazem, e por isso este apoio é fundamental, vai ser gerido pelo corpo dos bombeiros voluntários de Vila Franca de Xira, e é de toda a justiça que hoje se aprove esta proposta.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo com este apoio, e o que queriam dizer é que este subsídio vem efetivamente no seguimento do trabalho que está a ser desenvolvido pelos corpos de bombeiros do concelho, que tem o objetivo de coordenar e fomentar a formação conjunta, e tem a colaboração do Serviço Municipal de Proteção Civil, que coordena operacionalmente esta formação e que coordena os exercícios conjuntos e os simulacros.-----

Portanto, é de facto a valorização do trabalho dos corpos de bombeiros, e dos



Assunto: COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO À OBRA DE AMPLIAÇÃO DO QUARTEL DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VIALONGA – DECLARAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO -----

Presente a proposta do Sr. Presidente, datada de 2016/07/21, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da emissão de declaração de apoio financeiro à candidatura a apoios financeiros comunitários a apresentar pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vialonga, no montante mínimo de 201 124,13€ e no montante máximo de 213 191,58€, em função da recuperação ou não do IVA, a título de comparticipação financeira municipal na obra de ampliação do quartel, no caso da aprovação da candidatura. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que parece que este é um ponto muito importante, e sobre estas matérias é muito cauteloso, porque não vale a pena, muitas vezes, “embandeirar em arco”, coisas que no passado também se “embandeiraram em arco”, e depois ficaram lá só os arcos, não ficou lá mais nada. Assim, parece que finalmente se está em condições do novo quartel dos bombeiros de Vialonga ir para a frente. -----

O que hoje se traz é uma decisão absolutamente essencial para a candidatura que tem de ser apresentada até ao dia 5 de agosto, e por isso a declaração que é necessária juntar a essa candidatura, que espera que seja aprovada por unanimidade, hoje, é justamente para referir que a câmara municipal está disponível para, até ao montante que está identificado na proposta, de facto, em tempo oportuno, disponibilizá-lo para ajudar a construção do quartel. -----

É um quartel que tem uma estimativa de custo à volta de 800 000,00€ e qualquer coisa, houve que encontrar uma reformulação em termos financeiros, e por isso a câmara municipal vai ter de encontrar soluções para que o esforço financeiro sejam os 25%, que aliás costuma ser no âmbito do PAMA, e portanto pode ser o valor que está entre os 201 000,00€ e os 213 000,00€, de acordo com a recuperação ou não do IVA. -----

É isto que está em causa, e espera sinceramente, o que diz na presença, não só do Sr. Presidente da junta, mas sobretudo de dirigentes do corpo de bombeiros voluntários de Vialonga, que este passo que hoje se vai dar seja o que falta para




preencher a candidatura, permitir que seja aprovada e que a construção do quartel seja uma realidade. -----

A câmara municipal tem feito, como os presentes sabem, tudo o que está ao seu alcance, para ajudar, sendo esta uma candidatura que não é simples, em que se tem procurado ajudar, e vai-se ajudar em todas as matérias que se puderem ajudar. -----

Terminou, referindo que agora se está a falar do aspeto financeiro, que é absolutamente essencial, e pergunta se sobre esta matéria os Srs. Vereadores querem referir algum aspeto. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que, como é óbvio, os membros da CDU vão estar de acordo com esta deliberação, e querem, de forma pública, uma vez mais saudar a persistência, dedicação e todo o empenho das sucessivas direções desta associação humanitária, no sentido de levar a bom porto a concretização de um projeto que há muito faz falta a esta freguesia, no socorro às populações, na defesa do interesse coletivo das mesmas e no apoio imprescindível a todas as questões inerentes à proteção civil. -----

Do ponto de vista político, quer em termos do concelho de Vila Franca de Xira, quer em termos das responsabilidades que têm, em matéria da representação que têm na Assembleia da República, como é do conhecimento de todos têm envidado muitos esforços no sentido de pugnar pela construção deste equipamento. É certo que ainda se está numa fase relativamente insipiente ou introdutória, que não permite garantir à partida que será desta a concretização desta infraestrutura, mas acreditam, muito sinceramente, que se houver empenho de todas as partes, incluindo do Governo, poderá este quartel e estas ampliações e melhorias consequentes serem uma realidade a curto prazo. -----

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira desde há muitos anos, ou melhor, desde sempre, que se vinculou à importância deste projeto, reservando terrenos para o efeito, criando condições para que a associação humanitária pudesse projetar a sua infraestrutura, e é agora novamente compromisso da câmara municipal continuar a dar todo o seu apoio e empenho, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista financeiro, para que este sonho possa ser uma realidade. -----

Assim, depositam, como disse, muita esperança, mas, acima de tudo, também



querem valorizar o trabalho de reivindicação e persistência por múltiplas forças, começando pelos bombeiros e pelos seus dirigentes, e querem assinalar que da parte dos membros da CDU, como sempre, haverão de estar ao lado para a concretização deste apoio, e que seja uma realidade tão depressa quanto possível. Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo votarão a favor desta declaração de compromisso e de apoio financeiro ao corpo de bombeiros de Vialonga, e é da mais elementar justiça que assim seja, porque, de facto, o trabalho e a persistência destes homens e mulheres devem ser reconhecidos por todos. -----

As condições de trabalho, apesar de tudo, hoje são ligeiramente diferentes do passado, por força do investimento que a direção e os bombeiros têm feito nas atuais instalações, mas estão muito longe de estarem em condições para que os bombeiros possam prestar ali o seu serviço e, conseqüentemente, o serviço à população.-----

Portanto, é da mais elementar justiça que assim seja, que se apoie este corpo de bombeiros na construção do novo quartel, que desta forma conseguirá ajudar o todo do concelho e em particular a vila de Vialonga, que bem necessita dos seus bombeiros.-----

Como é óbvio, e como assim foi no passado, no futuro podem contar com os membros da Coligação Novo Rumo para ajudar no que for necessário, que esperam e têm confiança que desta vez será apoiado o quartel, que em breve se terá um novo quartel, e que os bombeiros e as bombeiras serão efetivamente premiados por este esforço e dedicação de anos e anos.-----

O Sr. Presidente interveio, mencionando ser com satisfação que se aprova por unanimidade este ponto, o que pensa que é da mais inteira justiça, e agora é terminar o trabalho que se tem de terminar até ao dia 5 de agosto, sendo que, para alguma dúvida que ainda persista, a câmara municipal cá estará para ajudar. Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-



1. Assunto: 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 34/16, de 21/07, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da 2ª revisão ao orçamento, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais da câmara municipal para 2016, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 34/16, de 21/07, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Presidente, dando uma pequena nota sobre este ponto, dizendo que há pouco se estava a falar sobre fundos comunitários, e quer dizer que efetivamente a câmara municipal candidatou-se a algumas obras que fez, nomeadamente de equipamentos escolares, àquilo que é chamado de “overbooking”, que no fundo são dinheiros que sobram, de previsões de obras que eram para ser realizadas por entidades, municípios, e depois, por diversos motivos, não se vieram a concretizar, e esse valor, esse dinheiro, é redistribuído por candidaturas que diversos municípios apresentaram, que foi o caso de Vila Franca de Xira. -----
Portanto, conseguiu-se de facto que fossem aprovadas algumas candidaturas a estes programas, em termos de “overbooking”. Por outro lado, tinham-se também dívidas da Lisboagás para com a câmara municipal, e através de iniciativas de



Fl. Livro _____

Fl. Ata - 055

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº _____

execução fiscal, que não chegaram até aí, mas foram iniciativas que se fizeram, permitiram que a Lisboagás liquidasse dívidas no valor de 1 300 000,00€. -----
Efetivamente são receitas extraordinárias, e naturalmente que se tem de fazer uma revisão para conseguir desenvolver uma série de atividades, de iniciativas de obras até ao final do ano, ou algumas que eventualmente transitarão, logo se verá, para o ano seguinte, sendo que sem esta revisão não é possível fazê-lo. -----
Assim, é uma boa notícia, tendo em vista o facto de se ter uma receita com a qual se estava expectante que acontecesse, já se tinha a informação que, em termos de “overbooking” a câmara municipal foi contemplada, simplesmente não trouxe mais cedo esta revisão, porque só quando o dinheiro de facto entrasse na câmara municipal é que tinha sentido que viesse para discussão a reunião de câmara. É evidente que se tinham contratos assinados, mas nestas coisas prefere ter o dinheiro do lado da câmara municipal, e então depois poder desenvolver aquilo que é necessário fazer. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que vai dividir a intervenção com o seu camarada, Sr. Vereador Rui Pereira, de qualquer forma tem algumas breves questões, até para informação dos membros da CDU, não tanto para esclarecimento. -----

Já mais do que uma vez solicitaram que a câmara municipal documentasse melhor as informações técnicas, no que às questões financeiras diz respeito, e quer que se entenda isto, não como um reparo, mas como um contributo para que os documentos, na sua plenitude, extensão e dimensão, possam ser exatamente compreendidos. -----

Como exemplo, fala-se efetivamente de um encaixe financeiro a mais, que justifica uma revisão orçamental no valor de 2 727 000,00€, um valor bastante apreciável, que não estava previsto no âmbito do orçamento inicial aprovado por esta câmara municipal. Uma parte da explicação já foi dada pelo Sr. Presidente, mas não se referiu em concreto que candidaturas de “overbooking” foram efetivadas, e valeria a pena essa informação poder aparecer, para leitura dos membros da CDU, compreensão, análise e, já agora, reservarem-se também no direito de terem alguma opinião sobre essa matéria, que é num total de 1 347 000,00€, um valor bastante apreciável, no que diz respeito à cassação de mais fundos financeiros



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 056

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº _____

provenientes do anterior quadro comunitário de apoio. -----
Depois, aparecem na receita também outros serviços, com a rubrica a indicar 1 380 000,00€, e por exclusão de partes subentendem que seja proveniente da LisboaGás. Assim, a pergunta competente que se faz é: Isto diz respeito ao saldar da dívida de quanto tempo propriamente dito? Por outro lado, a câmara municipal impôs ou não juros de mora sobre o pagamento de taxas que eram devidas a este município?-----

No que aos investimentos e plano de atividades diz respeito, impunha-se, na opinião dos membros da CDU, o esclarecimento de algumas das grandes rubricas para as quais se propõe agora o reforço da respetiva cabimentação orçamental.----

Relativamente aos investimentos, fala nomeadamente da questão do parque habitacional, em que gostavam de saber se corporiza ou não a concretização de uma reivindicação há muito também expressa pelos vereadores da CDU, no sentido de dotar de mais meios o município para disponibilizar mais casas da sua propriedade privada, no âmbito da habitação social, sendo que os últimos números, salvo erro, indicavam um universo de cerca de 90 habitações que carecia de obras. Pode não estar a ser preciso, mas a Srª Vereadora que lhe permita a incorreção se assim for, e a pergunta que se faz é se estes 350 000,00€ correspondem a um reforço de meios para investir no parque habitacional social. --

Depois, aparecem os parques infantis, e os membros da CDU conhecem os problemas que existem em muitos parques infantis, muitos deles consequência de sucessivas alterações da legislação. Dá para perceber que não se vai intervir em muitos parques infantis, mas, já agora, em que parques infantis? -----

Quanto à requalificação de polidesportivos, quais, onde e com que critério?-----

Quanto às ilhas ecológicas e equipamento para depósito, quais, onde, com que critério? -----

No que se refere às atividades municipais, há um reforço de cerca de 80 000,00€ em animação cultural, para que fim, para que grupo se destina, ou dirá respeito a competências de programação cultural da câmara municipal? Se assim for, onde, em que circunstâncias e quando? -----

Por fim, há o aumento de publicidade promocional em cerca de mais 40 000,00€, e gostariam também de perguntar de que necessidade se trata, e onde se aplicará



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 057

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº _____

este dinheiro.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, mencionando que com esta revisão ao orçamento há um valor de 1 000 000,00€ que está mais ou menos adstrito, e a pergunta que faz é no sentido de saber se já há ideia para onde é que vai ser, nomeadamente 400 000,00€ para aquisição de terrenos, e depois 600 000,00€ para espaços urbanos. Gostariam de perceber que projetos vão ser dotados destes novos valores, e se já há ideia para onde vão.-----

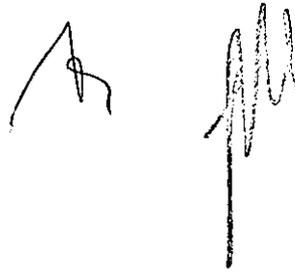
O Sr. Vereador Rui Rei tomou a palavra, referindo que gostava, antes de tecer algumas considerações, de um esclarecimento sobre o valor que foi cobrado à Lisboagás. Qual é o valor preciso que a Lisboagás pagou à câmara municipal, se é possível saber?-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que, de uma forma precisa, não consegue dizer, a única coisa que pode dizer, respondendo já também à pergunta do Sr. Vereador Nuno Libório, é que a dívida antiga, e está a falar, provavelmente, de qualquer coisa como 2007, 2008, coisa que o valha, até 2010/2011, mas pode enviar esses dados, foi cobrada com juros. Agora, tudo entra na norma, de pagarem à câmara municipal a tempo e horas.-----

Não foi uma tarefa simples, e aliás o Sr. Vereador Rui Rei também seguiu este processo enquanto teve responsabilidades na câmara municipal, e sabe bem que a situação não é simples. Antigamente, em termos de medicina é que se faziam as "sangrias", pois dizia-se que fazia muito bem, mas a empresa não é dessa opinião, teve que se lhes fazer uma "sangria" sem anestesia, porque a Lisboagás, ao ter pago 1 300 000,00€, não é coisa simples, como se sabe, para uma empresa que está sempre a fugir de pagar a tudo o que puder.-----

Desta vez tem-se praticamente a situação resolvida, pelo que pode fazer chegar efetivamente a informação de uma forma detalhada.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que era mais ou menos esse o valor que tinha como ideia, 1 300 000,00€, até porque a Lisboagás tinha começado a pagar à câmara municipal cerca de 500 000,00€ por ano pelas taxas de direito de passagem, que não pagava. Portanto, presume que, quanto a esse valor, a Lisboagás, desde essa altura, quando o próprio exerceu funções na câmara municipal nesse pelouro, até hoje, terá pago religiosamente e anualmente um



Fl. Livro _____

Fl. Ata - 058

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº _____

valor que a câmara municipal lhe diz que tem de pagar, face ao número de metros lineares de tubo ou de conduta que atravessa o concelho.-----

Contudo, não deixa de ser interessante, porque nesta matéria devem todos ter memória. À época ameaçou-se a Lisboagás, inclusivamente, de penhorar os carros dos administradores, só que, como não eram deles, ia ser difícil, mas a verdade é que finalmente conseguiram-se estes 1 300 000,00€ que a Lisboagás paga de dívidas, que com mais os 500 000,00€ ou 600 000,00€ que a câmara municipal recebe anualmente são 2 000 000,00€, e só chama à atenção que o Partido Comunista esteve contra esta situação.-----

Se se for ver às atas, lá atrás, o Partido Comunista, quando se iniciou esta tarefa de afrontar estes interesses, esteve contra, não apoiou, e fez declarações contra, quer na câmara municipal, quer na assembleia municipal, portanto, agora também não devia estar de acordo em receber o dinheiro.-----

Os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo, porque estas empresas tiveram uma lei aprovada, no caso do gás, que se qualquer um a fizesse estava preso, pois serve que nem uma luva às empresas de gás, porque o que diz a lei, taxativamente, é que tudo em que forem condenadas a pagar, mesmo retroativos, pode vir a ser colocado na fatura, e o Partido Comunista esteve contra que se obrigassem os poderosos a pagar aquilo que devem à câmara municipal.-----

É daquelas coisas, o mundo dá muitas voltas, não é quadrado, e, de facto, já Galileu dizia essas coisas. Não é quadrado, mas mesmo que fosse, se se fizesse muita pressão o quadrado também faz umas voltas. Não é redondo, mas dá umas voltas, neste caso deu umas voltas, e em 2016 é-se colocado perante este facto, que é o de quem efetivamente defendeu o erário público, quem é que defendeu o município, e quem é que agora encaixa 1 300 000,00€, mais os 500 000,00€ ou 600 000,00€. -----

Isto é importante, para que as pessoas percebam, efetivamente, como é que se anda nesta matéria, e quem é que tem a preocupação de ir arrecadar a receita, não aos cidadãos, mas a quem tem dinheiro para poder reverter aos cidadãos.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo que o Sr. Vereador tem que ver na fatura quem é que paga isso tudo.-----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que vê, tem gás natural, agora, o que não



beneficia são empresas que não prestam nenhum serviço público, porque estão interessadas em meter gás natural nos prédios onde o próprio mora, mas em habitações que distam do sítio onde fornecem 1km ou 2km já não estão interessadas em fornecer gás natural.-----

Isso não é serviço público, mas foram os Srs. Vereadores que as defenderam, e não estiveram de acordo em que se pusesse em causa o interesse desta malta. Defenderam-nas, aqui, em Vila Franca de Xira, porque noutros municípios não as defenderam, também as atacaram, e, nalguns casos, câmaras municipais do Partido Comunista foram das primeiras a cobrar.-----

Em Vila Franca de Xira, como era um vereador fascista que estava a liderar o processo, estavam contra, tiveram foi azar, porque anos mais tarde a situação esteve do lado certo, e agora os Srs. Vereadores têm um problema de engasgo, que é não saber como é que justificam.-----

Interveio o Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Vereador para se enquadrar no ponto. ----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que é, porque o dinheiro está cá, enquadra-se no ponto, e quando se votar está-se a votar a aceitação do dinheiro.--

Respondeu o Sr. Presidente que para quem gere o dinheiro é que é fundamental. --

O Sr. Vereador Rui Rei interveio novamente, dizendo que é, para se poderem fazer obras às pessoas, pois senão não há. Assim, afinal, quem é de esquerda? -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que sobre essa matéria não há esquerda nem direita, sem dinheiro não há volta a dar.-----

O Sr. Vereador Rui Rei prosseguiu, perguntando se não há, pois na Venezuela pensava que não era assim. Então não é? Afinal o dinheiro manda também na esquerda? Pensava que não.-----

Respondeu o Sr. Presidente que as notas têm a mesma cor.-----

Continuou o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo ao Sr. Presidente que não faça isso, pois isso é o fim da geringonça, e o Costa daqui a pouco já lhe faz um telefonema, a dizer: "É pá! Mesquita, não podes dizer isso. Mesmo que penses isso, não digas, Estás-me a criar um problema com a geringonça".-----

O Sr. Presidente interveio, referindo que a sua liberdade de pensamento é total, e às vezes pode incomodar alguém, mas paciência, é da vida.-----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que não tem dúvidas, mas às vezes um



telefonema também não fica mal, pelo que o Sr. Presidente que veja lá isso. -----
Interveio o Sr. Presidente, respondendo que não, o próprio diria: "Olhe, escusava de estar com o incómodo, porque efetivamente está dito, e está muito bem dito".--
Não quer saber disso, as suas ambições políticas são as de gerir bem a câmara municipal e o concelho, e acabou-se. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, pedindo desculpa, e dizendo que muito bem, sendo que, em relação à revisão, os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo, e mais uma vez não deixa de ser interessante a questão da requalificação dos parques infantis. É, de facto, uma questão importante, mas os mesmos que aqui falam da requalificação foram os que lideraram o fecho dos parques infantis. Nestas coisas o mundo dá muitas voltas, sendo que se está a chegar ao fim deste mandato, e vê-se o que fizeram as juntas de freguesia, hoje.---
Tendo-se ouvido o Sr. Vereador Rui Pereira falar, o Sr. Presidente interveio, pedindo para se deixar o Sr. Vereador Rui Rei falar. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, mencionando que não sabe se o Sr. Vereador ficou com alguma coisa por dizer, pelo que se pode calar, o Sr. Vereador fala, e o próprio fala a seguir outra vez.-----

Respondeu o Sr. Presidente que não ficou nada, o Sr. Vereador está a apreciar muito aquilo que o Sr. Vereador Rui Rei está a dizer, foi o que percebeu dele. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio novamente, respondendo que acredita, e que ontem foi comprar umas cerejas, e comeu cerejas e uvas. As uvas não tinham grainha, mas a determinada altura, quando comeu as cerejas, engoliu um caroço, mas pensa que saiu entretanto, de manhã, está tudo normal, não tem problema, não sabe é como foi com o Sr. Vereador, que se calhar comeu ontem e o caroço ficou. -----

Prosseguiu, com a questão dos parques infantis, dizendo que é uma coisa muito interessante, porque durante anos construíram-se parques infantis, e bem, porque era preciso dar espaços de liberdade e de brincadeira às crianças, o problema é que anos a seguir, quando o Partido Comunista passou a ter a maioria das juntas, em vez de reclamar dinheiro para manter os parques infantis começou a fechá-los, porque as crianças não têm capacidade de falar e de reivindicar. -----

Contudo, há um problema, é que hoje em dia muitos dos que levam as crianças a



Fl. Livro _____

Fl. Ata - 061

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº _____

brincar aos parques infantis são os avós, pois são os pais duas vezes. São os avós que levam muitas vezes as crianças e os netos a brincar aos parques infantis, e é uma questão absolutamente importante, estratégica e essencial. É verdade, só que depois o mundo, quando não se tem uma coerência na atuação, como é redondo, não é quadrado, e também não é redondo, é ligeiramente achatado nos polos, dá a volta, e demonstra que afinal não se tinha razão.-----

Não se devem fechar os parques infantis, a culpa do problema dos parques infantis não é da legislação, é da falta de manutenção, porque se se for à maioria dos parques infantis que estavam degradados, não tinham manutenção durante anos e anos, pelo que não se pode esperar que com falta de manutenção as coisas durem eternamente. Até as pessoas, se não se mantiverem minimamente, o seu envelhecimento é maior e mais rápido, pelo que se tem de ter esta atenção.-----

Genericamente, os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo com esta revisão, principalmente porque se foi buscar dinheiro, neste caso, a quem tem para poder entregar a quem vive com mais dificuldades, e fazer algumas obras para esta população. Isso é que é absolutamente essencial, pois governar deve ser desta forma, retirar a quem tem mais posses, para eventualmente entregar a quem tem menos, mas aqui verificou-se que nem todos estiveram de acordo, pelo que tem dias.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que depois gostaria de usar da palavra.-----

O Sr. Presidente interveio, referindo que então o Sr. Vereador a use já, que é para se terminar o ponto, depois dos esclarecimentos que foram solicitados, naturalmente, perguntando ainda se é sobre alguma questão colocada pelo Sr. Vereador Rui Rei.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que vai só fazer um esclarecimento.- Prosseguiu o Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Vereador Nuno Libório que o deixe fazer uma sugestão, a de que aquilo que pensa é que todos se devem concentrar naquilo que é absolutamente essencial.-----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que vai corresponder, e é assim, naturalmente, mas o Sr. Presidente sabe que na TVI existem muitas crónicas, e não vai citar os nomes, desde os Marcelos a outros que tais, e pensa que há aqui



que têm, de facto, essa capacidade, para virem a ser futuros comentadores de certos canais de televisão, tal é a dimensão e profundidade de algumas das apreciações que aqui são feitas.-----

O PSD, através do Sr. Vereador Rui Rei, não disse, mas podia ter dito, é verdade que os membros da CDU votaram contra a taxa de ocupação de subsolo, mas faltou-lhe dizer o motivo, e percebe porque é que não o disse, porque gosta de criar fantasias, só que o próprio pensa que, para aqueles que já revisitaram o Sr. Vereador, em comparação com aquilo que aconteceu noutras reuniões da câmara municipal, já todos o conhecem, todos conhecem o PSD, pelo que agora deixa ao arbítrio de cada um dos presentes fazer as suas conclusões. Todos o conhecem, mas, como o Sr. Vereador não disse, vai dizer-lhe, os membros da CDU votaram contra a ocupação de subsolo, por uma razão simples, porque tinha dado entrada em sede da Assembleia da República, num governo governado pela força política que o Sr. Vereador representa, uma proposta de emenda do PCP para que os custos da aplicação dessa fatura da ocupação de subsolo não fossem repercutidos sobre os consumidores.-----

Contudo, compreendendo que o resultado eleitoral não deu ao PCP/CDU a força política institucional que se calhar se impunha, ficaram isolados, perderam nessa votação, e portanto foram coerentes, ou seja, mantinham e mantêm o entendimento que têm sobre esta matéria, é absolutamente injusto que se faça repercutir sobre os utilizadores de gás natural no concelho de Vila Franca de Xira o pagamento de uma taxa, cuja emenda legislativa foi recusada pelo partido que o Sr. Vereador Rui Rei representa.-----

O Sr. Vereador poderia ter dito isso, faltou-lhe esse pequeno pormenor, mas o próprio confessa que fica muito admirado pela profundidade das intervenções do Sr. Vereador, são dignas de registo.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo, tendo o Sr. Vereador Rui Rei pedido para intervir, que seja rápido, pois daqui a bocado gasta-se o dinheiro sem proveito.-----

O Sr. Vereador Rui Rei tomou a palavra, referindo que quando ouve estas intervenções vai com o seu ego cheio, e explica porquê, porque para quem vem à reunião de câmara e faz intervenções tão desinteressantes, que é o seu caso, que não intervém a favor da população, não fala das coisas da população, que é o seu



caso, o Partido Comunista já é a terceira ou quarta vez, nesta reunião de câmara, que se tem de referir ao próprio. -----

Para quem é tão desinteressante e irrelevante, o Sr. Vereador Nuno Libório já tinha feito a sua intervenção, o seu camarada já tinha falado 4 vezes, e o Sr. Vereador ter que vir falar para o próprio, só demonstra que não é a pouca importância, é a importância que tem a sua intervenção, porque efetivamente a colocou lá. -----

Então, irá aos factos, o Sr. Vereador Nuno Libório diz que o Partido Comunista, em Vila Franca de Xira, defendeu a população, por causa da questão da taxa de direitos de passagem e de refletir na fatura, mas o Sr. Vereador pode ir ver todas as atas, e ver se enquanto o próprio foi vereador não disse sempre que a câmara municipal não estava de acordo em que aquele valor fosse refletido na fatura, e foi alvo de ataques por parte da Lisboagás, sendo que inclusivamente há um “jet wash” instalado em Alverca em que a Lisboagás fez pressão sobre a pessoa para fazer pressão sobre a câmara municipal. -----

Portanto, o Sr. Vereador Nuno Libório fala de coisas que efetivamente não sabe, mas vai a factos. Os de Vila Franca de Xira diziam que defendiam a população, então e os de Almada, não são comunistas? Aplicam a mesma taxa que aplicava Vila Franca de Xira. Os de Benavente, não são comunistas? Aplicam a mesma taxa. Os do Seixal, não são comunistas? Até foram pioneiros em pôr a Lisboagás em tribunal. E Loures, que agora até chegou lá outra vez o camarada Bernardino, e fez alguma coisa diferente? Deixou de cobrar à Lisboagás para que a população não a tenha na fatura?-----

“Camarada, haja vergonha”! Que haja vergonha, porque aquilo que o Sr. Vereador diz é ao contrário do que os seus camaradas fazem noutros sítios, até porque as taxas de direitos de passagem começaram no tempo do Partido Comunista, que era governo nesta câmara municipal. As taxas eram boas quando governavam, e são fascistas quando os outros governam, então como é que é Sr. Vereador? Como é que se fica?-----

Depois, volta a dizer ao Sr. Vereador Nuno Libório que continua a morar na Póvoa de Santa Iria, não foi morar para Oeiras. Enquanto vereador, continua a morar na Póvoa de Santa Iria, não deixou de ser vereador e foi morar para Oeiras. Contudo, quer-lhe dizer que de tudo o que disse uma coisa é verdade, aos membros do PSD



todos os conhecem, e aos membros do Partido Comunista, ao fim de 40 anos cauí-
lhes a capa. -----

O Sr. Vereador diz que tinham um projeto-lei para defender o povo, mas hoje são
maioria no Governo, fazem parte de uma maioria que suporta o Governo, que
aprova as leis no Parlamento. -----

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo que já chega, não se está em
campanha eleitoral. -----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que não está a perceber, o Sr. Vereador falou o
tempo que quis e agora o próprio não pode. Dói? O que diz é que ainda agora
começou. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo ao Sr. Vereador Rui Pereira para ouvir. -----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Pereira que está a ouvir, custa é ouvir o mesmo
vezes sem conta. Há assuntos para discutir há 2 meses, nunca se chega lá, e já lá
vão 10 minutos. -----

Disse ainda o Sr. Presidente que o Sr. Vereador terá que ouvir, porque quando
intervém está a fazer política. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que esteve calado. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, mencionando que não se está aqui a fazer outra coisa
senão política. Aquilo que o próprio disse é que todos se deveriam concentrar no
essencial, e cada um faz aquilo que pensa que deve fazer, sendo que o Sr.
Vereador Rui Rei está a fazer uma intervenção política, relativamente a uma força
política. -----

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo que o fez dez vezes já. -----

Continuou o Sr. Presidente, referindo que agora o Sr. Vereador Rui Rei, que já disse
o essencial do que queria dizer, certamente que vai terminar. -----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que é claro que vai terminar, e que, como
respeita imenso a condução dos trabalhos do Sr. Presidente e aquilo que acabou de
dizer, vai já terminar, e agradece a condescendência do mesmo, e, de facto, o ter
chamado à atenção, pois o próprio esteve religiosamente calado a ouvir o Partido
Comunista, que pelos vistos não faz o trabalho de casa, e fica preocupado com o
que os outros dizem. -----

Então, voltará à questão, e agora vai repetir uma vez, que é para apanhar o fio à



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 065

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº _____

meada, e vai dizer que, de facto, ao PSD todos conhecem, aos Srs. Vereadores caiu-lhes a máscara, porque andaram durante 40 anos a dizer que fariam diferente quando chegassem ao poder. Não era o que o Partido Comunista dizia ao CDS quando fazia maioria com o PSD, que tinha que defender as suas posições, e os senhores punham cartazes na rua? Então, agora, que o Sr. Vereador ponha no Parlamento o que disse aqui o seu camarada vereador, para retirar isso. O Sr. Vereador que tenha coragem de dizer ao Governo que tem de alterar as leis, em favor das pessoas, caso contrário, que faça como no casamento, “não tem nada a dizer, cale-se para sempre”, porque demonstra a incompetência, e demonstra que efetivamente o Partido Comunista andou durante 40 anos a prometer uma coisa, e fez efetivamente outra. -----

Portanto, tem toda a razão, todos conhecem os membros do PSD e conhecem-lhes a verdade, os Srs. Vereadores, que dizem uma coisa, quando chegaram ao poder estão a fazer exatamente ao contrário. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que está muito bem, e agora vai-se encerrar o ponto, para esclarecer rapidamente algumas questões, que vale a pena essencialmente referir, e nesse sentido vai pedir ao Sr. Vice-Presidente para responder rapidamente, e ser o mais sintético possível, pois o que vale a pena agora, em termos de substância, é aquilo que foi pedido esclarecimento, e o Sr. Vice-Presidente vai fazê-lo para terminar o ponto, pois já são 11h30, e vai-se no ponto 4, mas é da vida. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, cumprimentando todos os presentes, mencionando que esta discussão tem sido muito interessante, embora se tenha dedicado muito pouco ao ponto em concreto, da revisão ao orçamento, que vem hoje para deliberação. -----

Sobre ela há, sobretudo, duas coisas a dizer, a primeira é que, ao contrário do que é normal nos processos de revisão orçamental, não se está a fazer uma revisão em baixa, está-se a fazer uma revisão em alta, que aumenta as disponibilidades financeiras do município para este ano. Este aumento das disponibilidades financeiras do município, que aliás tem permitido que o município seja dos que mais investe em toda a Área Metropolitana de Lisboa, sai reforçado e resulta, e isso é que interessa dizer, para melhor conhecimento de todos, duma situação que é



muito relevante e deve ser realçada relativamente ao município. -----
O QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional, está neste momento praticamente concluído, a autarquia fez um conjunto de candidaturas “overbooking” para ir buscar ainda algumas verbas do QREN à Europa, que ainda não tinham sido atribuídas e, mais uma vez, foi o município que mais sucesso teve nessas apresentações, o que faz com que em toda a operação QREN seja o segundo município da Área Metropolitana de Lisboa que mais dinheiro da Europa trouxe para o seu território. Só foi ultrapassado, pela sua dimensão, por Lisboa, mas no total conseguiram-se para o concelho 22 000 000,00€ de investimento, que permitiram, entre outras, a reabilitação da zona ribeirinha e a criação de equipamentos culturais, entre outros. -----
Mais relevante ainda do que isso, do que esses 22 000 000,00€, é o que isso significa sob o ponto de vista de investimento “per capita”. O município foi o que, de toda a Área Metropolitana de Lisboa, mais dinheiro trouxe por habitante para o seu território, e está a falar de uma verba de mais de 160,00€ por habitante que se conseguiu ir buscar à Europa para investir diretamente no município. -----
Para se ter uma ideia, o 18º município, em termos “per capita”, da Área Metropolitana de Lisboa, levou para o seu município 11,37€ por habitante, o que dá conta do esforço absolutamente fundamental e fenomenal que foi feito pelo município de Vila Franca de Xira para obter as verbas europeias.-----
Aliás, é nesse esforço que também já se está a trabalhar para o Portugal 2020, onde recentemente o Sr. Presidente assinou o que é o PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, o plano de investimentos no município, que no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa foi finalmente assinado no mês passado. -----
Assim, este é o aspeto fundamental relativamente ao ponto da revisão que vem hoje à câmara municipal.-----
Sobre ele o executivo municipal fez ou orientou esse acréscimo financeiro para 5 áreas de prioridade. A primeira, o ambiente e o espaço urbano, e a expectativa é que, com as verbas suplementares que se conseguiram para o concelho, se consiga fazer um reforço de mobiliário urbano e uma atualização do mobiliário urbano nos espaços verdes, intervenções nos espaços públicos, que se tornarão possíveis por via desta revisão, e a criação de parques infantis inclusivos, que



permitam também que as pessoas e as crianças com deficiência tenham um acesso mais fácil aos momentos de divertimento, e isso é possível com esta revisão e com este esforço. -----

É com a mente posta na questão da requalificação do espaço público que também se aumentou a bolsa de verba disponível para aquisição de terrenos ou para a expropriação de terrenos que venham a ser tornados necessários, para permitir a construção de parques, a construção de mais zona verde. -----

Uma segunda área de prioridade, que se torna possível com esta revisão, é o reforço da rede de recolha de resíduos sólidos urbanos. Como se sabe, no ano passado aprovou-se um plano até 2019, onde se reforçou exponencialmente o investimento na área dos resíduos sólidos urbanos, tanto na colocação de ilhas ecológicas, como na aquisição de viaturas e outros equipamentos, e esse plano veio à câmara municipal, e felizmente passou. Efetivamente, como se recorda, a CDU votou contra, mas o que se está é a executar esse plano, e com esta revisão vai-se reforçar o investimento ainda mais nesta área dos resíduos sólidos urbanos, e recorda que já no ano passado se fez o maior investimento de sempre nesta área, e este ano continuará. -----

Portanto, ambiente, espaço urbano e recolha de resíduos sólidos urbanos. -----

A terceira prioridade é o reforço das atividades culturais que já se desenvolve, na expectativa de implantação a nível metropolitano e nacional, e também por via desta revisão será possível lançar novas atividades. -----

Uma quarta prioridade é a intervenção na habitação social, que parece ao executivo PS evidente, e está-se em Vialonga, ainda por cima, que tem um parque habitacional municipal considerável, sendo também a oportunidade para se poder reforçar uma intervenção nos bairros sociais, que é o que se irá fazer, juntamente com a melhoria do contacto e o reforço da interatividade com as populações, até numa perspetiva de recolher informação das pessoas e prestar contas do trabalho realizado. -----

Uma última referência muito importante, que esta revisão torna possível, respeita a dois aspetos. O primeiro é que com esta revisão é possível realizar algumas atividades e investimentos que não eram possíveis de realizar sem que se tivesse conseguido o reforço destas verbas, pequenas intervenções ainda até ao final do



ano, mas um segundo aspeto importante também é que, com esta disponibilidade financeira, e tendo em conta que já se está em junho, é provável que parte desta verba venha a permitir procedimentos de maior monta, que se prolonguem e transitem também para o ano que vem, preparando já o que são as intervenções da câmara municipal no ano de 2017.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que crê que o Sr. Vice-Presidente falou sobre aquilo que estes meios financeiros permitirão resolver, e o próprio gostaria de falar somente num aspeto em particular. O que diz ao Sr. Presidente da junta é que o compromisso que se assumiu com Vialonga foi o de que se iriam fazer todas as rotundas neste mandato, e por isso dirá que esta revisão permitirá desde já avançar o procedimento ainda este ano para terminar ou iniciar a adjudicação da última rotunda que falta, de todas aquelas que a câmara municipal se comprometeu com Vialonga, em particular com o Sr. Presidente da junta, para se terminar este processo.-----

É evidente que não se consegue concluir este ano, só se conseguirá concluir em 2017, e aliás estava prevista iniciar em 2017, mas esta revisão permitirá desde já começar a trabalhar para que no início de 2017 se esteja numa fase bastante adiantada da construção dessa mesma rotunda, e concluir o compromisso que se assumiu com a população, em particular com o Sr. Presidente da junta.-----

Posto isto, passará à votação.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, perguntando, em relação à questão que colocou, se depreendeu desta intervenção que os 400 000,00€ de terrenos e os 600 000,00€ para espaços urbanos ainda não estão concretamente definidos, ainda vão ser estudados e analisados.-----

Respondeu o Sr. Presidente que são questões que se têm pensadas, e no que diz respeito aos terrenos, são no âmbito da intervenção do Portugal 2020, em que é necessário adquirir, não só casas, como terrenos.-----

Um exemplo é o parque de Santa Sofia, em que se pretende vir a adquirir toda aquela zona de casario que está na antiga discoteca que ali havia, junto ao mercado de levante, na negociação que se está a estabelecer, e são precisos valores para o efeito. Tem que se trazer o parque de Santa Sofia até mais longe, até à cidade, e por isso é necessário fazer negociações, para aquisição, não só de



1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA ASSISTENTE TÉCNICO (ÁREA ADMINISTRATIVA) – RECRUTAMENTO EXCECIONAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 2473/16, de 19/07, do DGAFJ/DRH, para aprovação do recrutamento excecional de 21 candidatos do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para assistente técnico (área administrativa), para o preenchimento de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do corrente ano. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 2473/16, de 19/07, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, referindo que, acabado o concurso para assistente técnico na área administrativa, conseguiu-se resolver, de acordo com a estratégia que se desenvolveu, de sempre que possível encontrar soluções para que as pessoas possam evoluir na carreira, e assim, em alguns casos deixarem de estar em mobilidade intercarreiras. Alguns vêm de fora, mas muitos destes trabalhadores já estão na autarquia, e este recrutamento permitirá, justamente, essa evolução na carreira. -----
Assim, para além dos dois que automaticamente constam na abertura do concurso, entendeu que se deveriam recrutar, excecionalmente, mais 21 técnicos, e é isso que se traz, aliás como os dois pontos seguintes, 6 e 7, que têm a mesma estratégia de, por um lado, permitir que as pessoas evoluam na carreira, e, por outro, encontrar soluções para que os técnicos, os operários e os trabalhadores em termos gerais, estejam nos sítios onde fazem falta, porque entretanto há pessoal



que se vai aposentando, há necessidade de aumentar a capacidade em algumas áreas, e isso consegue-se através deste recrutamento excecional, e dos muitos concursos que se abriram e se vão continuar a abrir. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo estão genericamente de acordo com estes pontos, em que se darão condições e segurança aos trabalhadores do município, mas chamam no entanto à atenção de uma áreas que é absolutamente essencial que a autarquia reforce, a dos trabalhadores da área da administração direta. -----

É fundamental que a câmara municipal tenha um conjunto vasto de trabalhadores e de equipas, que permita fazer face, no concelho, a algumas obras que pode executar, por um lado, e, por outro, que possa fazer as pequenas manutenções de vias, passeios ou jardins, e esses colegas da área da administração direta são absolutamente essenciais para este serviço. -----

Portanto, pensam que se deveria reforçar essa área do município, pois, no fundo, o reflexo do trabalho é um melhor espaço público, e desta forma evitavam-se alguns dos assuntos que os membros da Coligação Novo Rumo trazem, porque, se estiver mantido, quer dizer que o espaço está em condições e não é preciso falar sobre esses temas, eventualmente falarão de outros ou não, ou passarão para outro estágio de desenvolvimento.-----

Respondeu o Sr. Presidente que, naturalmente, se tem reforçado, e reconhece que ainda é preciso reforçar mais. Há muita coisa que já se faz, mas poder-se-á ainda fazer mais, está absolutamente de acordo, e é nesse sentido que o Departamento de Obras, Viaturas e Infraestruturas tem, em vários momentos, alertado para a necessidade de abrir concursos, ou, no âmbito desses concursos, conseguir reforçar esta mesma equipa de administração direta. É o que já se fez e que se vai continuar a fazer. -----

Assim sendo, colocou os pontos 5, 6 e 7 à votação, perguntando se alguém vota contra e se abstém, concluindo que foram aprovados por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA ASSISTENTE OPERACIONAL (CANTONEIRO DE LIMPEZA) – RECRUTAMENTO EXCECIONAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 2488/16, de 20/07, do DGAFJ/DRH, para aprovação do recrutamento excecional de 2 candidatos do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para assistente operacional (cantoneiro de limpeza), para o preenchimento de 2 postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do corrente ano. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 2488/16, de 20/07, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com os pontos 5 e 7. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 073

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº 506

1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA ASSISTENTE OPERACIONAL (JARDINEIRO) – RECRUTAMENTO EXCECIONAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 2476/16, de 19/07, do DGAFJ/DRH, para aprovação do recrutamento excecional de um candidato do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para assistente operacional (jardineiro), para o preenchimento de um posto de trabalho previsto no mapa de pessoal do corrente ano. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 2476/16, de 19/07, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com os pontos 5 e 6. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: RECENSEAMENTO ELEITORAL 2016-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 70/16, de 06/07, do DGAFJ/SEA, para aprovação da transferência de verbas para as freguesias do concelho, no valor de 699,42€, referente ao Recenseamento Eleitoral 2016, resultados reportados a dezembro de 2015. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 70/16, de 06/07, do DGAFJ/SAE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: REDE KNOW NOW / KNOW HOW - PROTOCOLO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna com o NIPG nº 52872/16, de 15/07, do GAI, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com o Instituto Superior de Educação e Ciências, referente à Rede Know Now / Know How. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna com o NIPG nº 52872/16, de 15/07, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, referindo que se trata de uma parceria que não tem custos para a câmara municipal, e tem, isso sim, vantagens para os seus trabalhadores, para a frequência de algumas formações desenvolvidas pelo Instituto Superior de Educação e Ciências, sendo que, no fundo, é através deste protocolo que se permitirá que o ISEC reduza os valores da taxa de frequência às várias áreas que desenvolve. -----
Portanto, no fundo, parece que é uma boa decisão, caso se prove, para também pôr à disposição dos técnicos, dos trabalhadores. -----
Assim sendo, e não havendo nenhuma questão, é aprovado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: PROJETO DE REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA – CONSULTA PÚBLICA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 107/16, de 06/07, do GAMAE, para aprovação da sujeição a consulta pública, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar da data de publicação no Diário da República, do projeto de Regulamento de Ocupação de Espaço Público do Município de Vila Franca de Xira. -

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 107/16, de 06/07, do GAMAE, documento que se dá inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, referindo que este regulamento é para consulta pública.-----
Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que, embora os membros da Coligação Novo Rumo saibam que este procedimento é meramente para consulta pública, e diz a informação técnica que “será especialmente solicitada a (...) cooperação e participação na consulta” das juntas de freguesia, aplica-se maioritariamente, e em especial, à área da restauração e hotelaria, e não sabem se a câmara municipal tem alguma forma de comunicação célere a toda a restauração e hotelaria, ou na associação dos comerciantes, para que saibam que o regulamento está em consulta pública.-----
Gostariam também de perguntar, ou que esta ponderação ficasse para se pensar, pois eventualmente a Srª Vereadora poderá não saber responder à questão, se as normas deste regulamento estão em conformidade também com o regulamento municipal de publicidade exterior. -----
Entretanto, em consulta pública apresentarão também algumas sugestões, mas, tendo lido muito em diagonal o regulamento, há algumas questões que poderia já deixar referidas, nomeadamente quanto ao artigo 1º, pois considera que este



artigo deveria ser retirado, porque diz “Aplicação do Regulamento”, mas depois o texto não tem nada a ver com a aplicação do regulamento, e sim porque é que foi efetuado, o que já consta da nota justificativa. Por isso, não se entende a existência deste artigo 1º. -----

Depois, no artigo 4º deveria haver um preâmbulo, dizendo qualquer coisa do género, “para efeitos de aplicação do presente regulamento, entende-se por ...”, vindo depois as definições que estão elencadas nas várias alíneas. -----

Na alínea o) deste mesmo artigo, relativamente ao toldo, não sabe, mas se calhar também tem a ver com a sua falta de conhecimento nesta área, fala-se só em toldos rebatíveis. Não sabe, e se calhar os toldos que não são rebatíveis não são toldos, mas deixa esta questão para se ponderar. -----

No artigo 6º, que são os critérios gerais, há que ter em atenção, e verifica-se na alínea o) que a ocupação do espaço público não poderá afetar os direitos de terceiros, mas há que também ponderar, nos prédios, a autorização na administração do condomínio para a ocupação das fachadas. Refere-se a prédios que têm lojas por baixo, restaurantes ou o que seja, que têm de ter autorização do condomínio. Não sabe se esta alínea o) terá a ver com isso ou não, mas pensa que se calhar deveria ser mais específica, pois as pessoas às vezes não têm essa ideia, pensam que é só preciso pedir autorização à câmara municipal, põem a publicidade na fachada, e esquecem-se que em cima estão os outros condóminos, que são proprietários das partes comuns, nomeadamente da fachada. -----

No artigo 9º, alínea f), diz-se que “os vidros a utilizar devem ser inquebráveis”, e também pode ser falta de conhecimento seu sobre esta área dos vidros, mas se calhar não será este o conceito ou a definição que se pretende. Esteve a ver na Internet, poderão ser “temperados” e “laminados”, porque os “inquebráveis” serão os vidros antibala, mas não é isso. Presume que serão os “temperados”, aqueles que se têm nas mesas em casa. -----

Esclareceu o Sr. Vereador Rui Pereira que os “laminados” são os dos para-brisas, não estilhaçam. -----

Prosseguiu a Srª Vereadora, dizendo que serão esses, mas não será propriamente a palavra “inquebrável”, que eventualmente não estará correta, só que é uma questão técnica, que deixa para se ponderar. -----



Gostaria ainda que se ponderasse o artigo 31º com o artigo 26º, porque, por outro lado, com a mera comunicação prévia pode-se imediatamente proceder à ocupação do espaço público, mas por outro lado, sem o levantamento da licença, que presume será paga no ato do pedido, pelo que se lembra do regulamento das taxas, no artigo 26º diz que não se pode ocupar o espaço público, situação com a qual concorda. Assim, gostaria que se verificasse a articulação destas duas disposições. -----

Por último, e, como disse, viu este ponto “en passant”, no artigo 43º, das contraordenações, não está nenhuma contraordenação pela ocupação da via pública sem o licenciamento previsto neste regulamento, e pensa que deveria constar. -----

Também, no artigo 44º, nas sanções acessórias, fala-se em encerramento de estabelecimentos, interdição do exercício da atividade, mas não se fala da retirada da ocupação da via pública ou da publicidade que foi colocada sem o respetivo licenciamento, e pensa que é uma sanção acessória, e naturalmente tem que estar prevista, porque é inerente ao incumprimento do regulamento. -----

Interveio o Sr. Presidente, agradecendo à Srª Vereadora e mencionando que aquilo que sugere é que, efetivamente, depois de uma consulta a esta proposta, os Srs. Vereadores possam fazer chegar até outros contributos, para que, no âmbito da consulta pública e do relatório final, se possam, de facto, incluir as sugestões e propostas que agora a Srª Vereadora fez. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Fátima Antunes, cumprimentando todos os presentes e dizendo que, como o Sr. Presidente já disse, de todas as sugestões os Srs. Vereadores podem remeter uma proposta formal para se poder incluir na proposta de regulamento, no entanto, tem a referir que a maior parte das situações aqui previstas, nomeadamente as definições, etc., vêm previstas no Decreto-Lei nº 48/2011. É cópia integral, e os artigos que são postos de novo referem-se às condições de instalação de esplanadas fechadas e dos quiosques, que não está prevista no decreto-lei, referindo-se mesmo nesse decreto-lei que será da responsabilidade do município fazer adequar às condições em concreto de cada freguesia e do município em si. -----

Quanto à questão dos vidros inquebráveis, poderá ser visto se este termo é ou não



o correto, mas pensa que a intenção com que foi posto será a de colocar aqueles vidros que ficam aos “quadrinhos” e não saem.-----

Contudo, poder-se-á ver se é de facto o termo correto ou se pode ser alterado. Foi escrito assim por uma questão de segurança, e para que não haja corte das pessoas que entretanto passem, na sequência de alguma quebra de vidro.-----

Quanto aos artigos 26º e 31º, a questão do artigo 26º diz respeito à ocupação de espaço público, e o que se refere depois no artigo 31º é a mera comunicação prévia da atividade em si, que são questões um pouco diferentes. A questão da ocupação do espaço público é uma matéria, e a outra é da atividade da qual tem que ser feita a mera comunicação prévia, em que não há lugar à cobrança das taxas.-----

Relativamente ao artigo 43º, é o que está descrito na lei das contraordenações, e também resulta do Decreto-Lei nº 10/2015. Relativamente às questões da publicidade, articula-se e está em sintonia com o regulamento da publicidade, sendo que tem de se atender também àquilo que o regulamento da publicidade diz relativamente a estas matérias.-----

No entanto, estas sugestões poderão ser estudadas e vistas, quanto àquilo que é possível pôr.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que agora o regulamento, naturalmente, vai para um processo de consulta pública, e questiona se já haverá condições para vir à próxima reunião de câmara.-----

Respondeu a Srª Vereadora Fátima Antunes que, depois de sair em Diário da República, tem 30 dias úteis para consulta pública.-----

Disse o Sr. Presidente que então terá que ser noutra reunião, e ter-se-á todo o gosto em analisar os contributos que os presentes queiram enviar neste âmbito.----

Assim sendo, se não houver nenhuma questão, é aprovada por unanimidade a remessa a consulta pública deste projeto de regulamento de ocupação de espaço público, de qualquer modo, vão seguir de imediato ofícios aos Srs. Presidentes de junta, para também tomarem contacto com este regulamento, e fazerem o favor de dizerem aquilo que acharem oportuno.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

[Handwritten signature]

1. Assunto: PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE TITULARIDADE, DO RAMO DE ATIVIDADE E REALIZAÇÃO DE OBRAS NAS LOJAS 55 E 56 DO MERCADO RETALHISTA DE VILA FRANCA DE XIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 109/16, de 15/07, do GAMAE, para aprovação da alteração de titularidade, de Manuel Ramos & Filhos, Lda para Xiratejo Alimentar, bem como do ramo de atividade, de talho para mercearia, e da realização de obras, referentes às lojas 55 e 56 no Mercado Retalhista de Vila Franca de Xira. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 109/16, de 15/07, do GAMAE, documento que se dá inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A LOJA 13 DO MERCADO RETALHISTA DE ALHANDRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 110/16, de 15/07, do GAMAE, para aprovação do não exercício do direito de preferência, sobre a loja 13 do Mercado Retalhista de Alhandra, com vista à concretização de transmissão da posição do arrendatário da loja, Ana Patrícia Gonçalves Nunes, para outra pessoa. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 110/16, de 15/07, do GAMAE, documento que se dá inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 082

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: **RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL**-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 2458/16, de 18/07, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2016/07/04 e 2016/07/15.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 2458/16, de 18/07, do DGAFJ/DRH e mapa, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Assunto: LEGISLAÇÃO-SÍNTESE E EDITAIS-----

Foi dado conhecimento do que de seguida se indica:-----

1. Dos diplomas publicados em Diário da República com interesse para a administração local:-----

Regulamento nº 648/2016, de 11 de julho, II série, referente à alteração ao Regulamento Específico de Reversão do Loteamento Clandestino Fonte Santa – Vialonga;-----

Regulamento (Extrato) nº 653/2016, de 12 de julho, II série, referente à alteração ao Regulamento de Trânsito do Concelho de Vila Franca de Xira - Anexo para a Freguesia de Vialonga;-----

Portaria nº 190/2016, de 15 de julho, I série, referente à definição do perfil que deve possuir um trabalhador de empresa privada concessionária de estacionamento;-----

Portaria nº 191/2016, de 15 de julho, I série, que fixa as características mínimas obrigatórias dos modelos dos uniformes e dos cartões de identificação dos trabalhadores que exercem funções de fiscalização das empresas privadas concessionárias de estacionamento sujeito ao pagamento de taxa em vias sob jurisdição municipal;-----

Portaria nº 192/2016, de 15 de julho, I série, referente à definição das características mínimas obrigatórias que devem possuir os modelos dos veículos utilizados pelos trabalhadores com funções de fiscalização das empresas privadas concessionárias de estacionamento;-----

Portaria nº 197/2016, 20 de julho, I série, referente à aprovação do modelo de cartão de identificação profissional e de livre-trânsito para uso do pessoal da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC).-----

2. Dos editais publicados entre 2016/07/11 e 2016/07/22, que constam da lista anexa, a qual se dá por inteiramente reproduzida nesta parte da ata.-----

Tomado conhecimento.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 084

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente, pelo Sr. Vereador António Félix e pelo Sr. Vereador António Oliveira, no período compreendido entre 2016/07/07 e 2016/07/20, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

3. Informações/pareceres: -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 34º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 085

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: BALANCETES -----

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----
Câmara Municipal: -----
Dotações Orçamentais-----25 278 752,75€
Dotações não Orçamentais----- 1 882 759,91€
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento: -----
Dotações Orçamentais----- 4 633 699,05€
Dotações não Orçamentais----- 607 247,91€

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

A *[Signature]*

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO - REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 309/16, de 20/07, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da revogação da decisão de contratar, referente à contratação de seguros para o município, de acordo com o relatório final do júri do procedimento. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 309/16, de 20/07, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, referindo que pretende mais um esclarecimento, e pensa que este ponto 17 está ligado ao 18, de alguma forma, dado que neste ponto diz-se que não houve ninguém no concurso. A dúvida que tem é a de, não havendo nenhuma empresa a concurso, neste espaço de tempo como é que ficou. Ficou-se sem seguros? Não acredita, e gostaria de tentar perceber o que aconteceu neste entretanto. É mais esta dúvida, e pensa também que os pontos 17 e 18 estão interligados. Os membros da CDU não têm nada contra, de qualquer maneira gostariam de tentar perceber o que aconteceu. -----
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, perguntando se se vai falar dos pontos 17 e 18 em conjunto. -----
Respondeu o Sr. Presidente que sim.-----
Retomou a palavra a Srª Vereadora, referindo que, em relação a este ponto 17, os membros da Coligação Novo Rumo só acharam curioso, e o Sr. Presidente saberá com certeza explicar-lhes se costuma ser normal, das 9 entidades, 8 apresentarem



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 087

Reunião de 2016/07/27

Procº 01/16 APRV.CP.CJ.

Deliberação nº _____

uma declaração de não apresentação de proposta. O que acontece é, na maior parte das vezes, não dizerem nada, e acharam curiosa a situação de terem sido 8 a apresentar a declaração. Agora, o Sr. Presidente saberá eventualmente dizer se é normal e se acontece recorrentemente nos concursos. -----

Relativamente ao ponto 18, verificaram que o seguro também tem em vista uma série de imóveis, com é óbvio, várias coberturas, entre as quais o património da câmara municipal, e detetaram que alguns estão em falta no caderno de encargos dos seguros, nomeadamente o canil municipal, que não consta no caderno de encargos, mas poderá haver uma justificação para isso. Depois, o Centro Interpretativo das Linhas de Torres do Forte da Casa; o Fórum Cultural de Alverca; o Centro Artes do Rio, dos Avieiros de Vila Franca de Xira; o parque urbano e respetivos equipamentos na Póvoa de Santa Iria; o Parque Linear Ribeirinho e respetivos equipamentos; o pavilhão gimnodesportivo da Quinta da Maranhota; os polidesportivos da Chabital; e o polidesportivo da Quinta do Serpa, em Vialonga. ----
O caderno de encargos apenas contempla 2 quiosques, a Máscara, em Alverca, e outro no Jardim Constantino Palha, estando os restantes em falta, e não sabem se é intencional, se houve algum lapso ou há outra justificação que os ultrapassa, e que o Sr. Presidente lhes dirá.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador António Félix vai responder, sendo que no ponto 17 julga que deve ser uma cortesia.-----

O Sr. Vereador António Félix interveio, cumprimentando os presentes e dizendo que, antes de responder às questões, dirá que este concurso é com certeza o mais complexo e o procedimento mais complexo que a câmara municipal tem.-----

Todos na vida têm seguros, e sabem qual é a complicação quando se faz um seguro apenas. Ora, este procedimento abarca tudo o que são seguros dentro da câmara municipal, das mais variadas áreas, e é um procedimento extremamente complexo, que infelizmente, nesta primeira fase, não teve propostas, e está a falar de um concurso público internacional, aberto a todas as seguradoras e corretoras, sabendo-se que nesta área e mercados, particularmente nos mercados financeiros, há sempre alguma cortesia nestas coisas, quando não se apresentam propostas. Fala da sua experiência profissional, como bancário, e também nos bancos, quando não se faziam propostas justificava-se porque é que não se fazia uma proposta,



pois era uma questão de cortesia, e foi o que aconteceu aqui.-----

De facto, o que acontece nos mercados de seguros, e nos mercados financeiros em geral, e o que aconteceu particularmente nos últimos anos é que o município teve a felicidade, quando o concurso anterior foi feito, de ter sido numa época em que havia quase uma “canibalização” em termos de preços, de pressão sobre o preço, que levou a que se tivesse conseguido um preço bastante vantajoso, o que, face a uma série de alterações que entretanto se verificaram, não é possível agora. -----

Quanto à questão que o Sr. Vereador Ernesto Ferreira colocou, obviamente a câmara municipal não pode ficar sem seguros, e nestas situações a lei permite que se faça um ajuste direto até que o novo contrato possa estar em vigor, porque não pode ficar sem seguros, como é óbvio.-----

Relativamente às questões que a Srª Vereadora levantou, a grande maioria tem seguros de responsabilidade civil, e em muitos não se justifica ter um seguro, face ao prémio que se paga e àquilo que eventualmente possa acontecer. Não justifica, tirando um ou outro caso que se poderá vir a analisar, em alguns não se justifica que se tenha um seguro para eles, especificamente.-----

Depois, cada um que acrescenta acrescenta-se ao preço, e em muitos não se justifica, pelas suas características. Há outros que se calhar se têm de avaliar, e eventualmente poderão ter faltado, por algum motivo, e se for caso disso também se pode sempre acrescentar mais um seguro, para além daqueles que já se têm.---

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que a Coligação Novo Rumo gostaria, face a esta questão, que o Sr. Vereador António Félix, ou lhes transmitisse por escrito, ou na próxima reunião de câmara, dissesse então, relativamente ao elenco destes imóveis, que há de estar gravado, quais os que irão ser incluídos, e quais aqueles que não justifica a sua inclusão, porque está lembrada da situação da Jangada Cultural, em que foram roubados os motores e depois não havia seguro.-----

Portanto, não sabe se efetivamente essa justificação de não se justificar o seguro será viável ou não. Obviamente que os seguros são feitos para não serem utilizados, é um princípio do qual se tem logo que partir, mas dizer que não se justifica, é referir que, por exemplo, o pavilhão gimnodesportivo da Quinta da Maranhota está num estado em que, se acontecer alguma coisa, assim ficará. Se



houver um incêndio, o que se faz? Gostariam então que o Sr. Vereador António Félix lhes dissesse se alguns destes imóveis que foram referidos, ou património, vão passar a ser incluídos, e os que não são incluídos, por que razão não são. ----- Neste sentido, votam a favor, obviamente, não vão impedir este seguro, mas com esta situação em suspenso, porque a todo o momento se pode acrescentar na apólice, se for o caso, ou nas apólices, e gostariam que a resposta lhes fosse dada, ou por escrito, ou então, pelo menos na próxima reunião de câmara.-----

Interveio o Sr. Vereador António Félix, dizendo à Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus que obviamente se irão analisar todas essas situações, e será respondido por escrito, só quer acrescentar uma pequena coisa, que o pavilhão da Quinta da Maranhota não é da câmara municipal, e não se pode ter seguro de uma coisa que não é da câmara municipal.-----

Retomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo estiveram a comparar, e a comparação foi entre o dossiê do património da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e a apólice de seguro. Eventualmente alguma situação pode já não estar devidamente atualizada, mas foi esta a comparação. Não é de cabeça, não estão a falar de cor, foi esta a comparação, e também essa justificação lhes poderá ser dada.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que se vai tomar boa nota do que a Srª Vereadora disse, e obviamente que se houver razões, e aparentemente haverá, de inclusão de alguns edifícios que aqui referiu, eles serão incluídos neste lote.-----

O Sr. Vereador Ernesto Ferreira interveio, pedindo que a informação chegue também ao gabinete da CDU. -----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que com certeza, e que esta questão se vai ter em consideração, sendo que as razões do porquê, confessa que não sabe responder, e tem que se averiguar.-----

Assim sendo, os pontos são aprovados por unanimidade, com estas questões que foram colocadas, neste caso pela Coligação Novo Rumo e pela Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ 090

Reunião de 2016/07/27

Procº nº 5/16 APRV.CP.CJ

Deliberação nº 513

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO – 2017/2018 – INÍCIO DO PROCEDIMENTO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA E DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 310/16, de 20/07, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para autorização da escolha e do início do procedimento, bem como da respetiva despesa, da constituição do júri do concurso e da aprovação das peças concursais, referentes à contratação de seguros para o município, durante os anos económicos de 2017 e 2018, e remessa à assembleia municipal para autorização da abertura do procedimento e autorização prévia do compromisso plurianual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 310/16, de 20/07, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 17 da ordem do dia.---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 091

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 21/16, de 18/07, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2016/07/04 e 2016/07/17, no âmbito do licenciamento de obras particulares previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 21/16, de 18/07, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: ALTERAÇÃO DO TITULAR DO FUNDO DE MANEIO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 2/16, de 14/07, do DGUPRU/GAOM, para aprovação da alteração do titular do fundo de maneiio do Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana, para a diretora do departamento, Teresa Alexandra Veiga Laranjeira, tendo o fundo o valor de 150,00€ mensais.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 2/16, de 14/06, da DGUPRU/GAOM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____
Fl. Ata - 093
Reunião de 2016/07/27
Procº 101/12 ONEREDPDM
Deliberação nº 515

1. Assunto: LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO/ALTERAÇÕES – RUA JOSÉ ANTÓNIO DO CARMO, 11-A – ALVERCA DO RIBATEJO – REDUÇÃO DE TAXAS NO ÂMBITO DO LIDERA – SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 50/16, de 18/07, do DGUPRU/Direção, para aprovação da redução das taxas em 75%, respeitante ao licenciamento das alterações do edifício sito na rua José António do Carmo, 11-A, em Alverca do Ribatejo, no âmbito do LiderA – Sistema de Avaliação da Sustentabilidade, solicitada por Clube dos Sábios – Residências Assistidas, Lda.--

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação/despacho nº 50/16, de 18/07, do DGUPRU/Direção, Regulamento (extrato) nº 877/15, cópia de certificado, cópia do ofício nº 3928, de 12/09/2014, e projeto de arquitetura, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO DENOMINADO POR MALVAROSA – VERDELHA (EX-MAGUE), LOTE 23 – ALVERCA DO RIBATEJO - ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 4/03, DE 17/07 – ACEITAÇÃO DE PRINCÍPIO E ABERTURA DE CONSULTA PÚBLICA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 399/16, de 12/07, do DGUPRU/DGU, para aceitação de princípio e remessa para consulta pública, por um período de 10 dias úteis, da alteração ao loteamento denominado por Malvarosa, lote 23, na Verdelha (Ex-Mague), em Alverca do Ribatejo, titulado pelo alvará de loteamento nº 4/03, de 17/07, solicitada por Escala Irreverente, Lda.

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 399/16, de 12/07, do DGUPRU/DGU, planta de localização e planta síntese proposta - alterações, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU não tiveram, como o Sr. Presidente se apercebeu, oportunidade para falarem o que se impunha falar no período antes da ordem do dia em relação a vastas questões, e uma delas está relacionada com o futuro da urbanização Malvarosa. -----
Assim, repetem aquilo que têm vindo a dizer sobre esta matéria, e mais uma vez colocam uma questão, até tendo em conta o conteúdo da participação popular expressa na última reunião de câmara. Não estão a fazer coincidir isto com o inquérito decorrente da última alteração ao alvará, estão sim a falar num abaixo-assinado ou uma exposição de motivos que foi dada a conhecer à câmara municipal, e que tiveram oportunidade de ler, no qual se imputa à mesma, nos termos das obrigações do urbanizador, Obriverca, um défice generalizado de



lugares de estacionamento.-----
Ao mesmo tempo, o Sr. Presidente, como se recordará, tem vindo a informar que pode haver uma alteração, sujeita obviamente à apreciação prévia da câmara municipal, de um conjunto mais vasto de edificação, propondo-se, por exemplo, a transformação da área envolvente à superfície comercial McDonald's no que à área de construção diz respeito, para uma zona mais a montante da urbanização.-----
Portanto, o entendimento que têm é que este ponto não deve ser discutido, propõem mesmo que não seja discutido, e que a câmara municipal faça um levantamento de todas as situações suscetíveis de apreciação com vista a uma eventual alteração ao alvará, no seu todo, e ao mesmo tempo se dignifique a informar com detalhe, para que o acionamento das garantias bancárias seja uma realidade, para que aquela população tenha direito a um conjunto de infraestruturas que hoje infelizmente lhe está negado, por culpa do urbanizador. ---
Desta forma, a proposta que fazem é que este ponto não seja discutido, para uma apreciação mais geral e profunda de todo o contexto da urbanização.-----
Respondeu o Sr. Presidente que o Sr. Vereador aproveitou a boleia do ponto para falar em questões muito mais gerais, pois está-se a falar aqui de um ponto que já em vários momentos aconteceu, que é justamente uma forma de encontrar aquilo que os Srs. Vereadores têm reclamado, e que o próprio reconhece, mais soluções, para mais estacionamento.-----
Não lhe parece, sinceramente, que se esteja a misturar tudo, quando efetivamente esta é uma questão muito precisa, muito localizada, que vem ao encontro inclusivamente daquilo que é reclamado, de encontrar mais estacionamento, sendo que, efetivamente, se esta decisão não for tomada, o que acontecerá é que aquele canto que está à entrada da avenida da ex-Mague continuará a ficar uma zona sem a construção daquilo que estava previsto ser construído.-----
Quanto ao que foi dito, não vê nenhum inconveniente, será tratado mais tarde, não sabe bem quando, pois aquilo de que o Sr. Vereador Nuno Libório fala é de uma ideia mais geral, de uma solução global de alteração, e não sabe se algum dia se irá concretizar. Assim, vê com preocupação o facto de não se conseguir evoluir para uma solução que iria permitir, salvo erro, um aumento de estacionamento de 48 para 64 lugares. Não é um aumento substancial, mas é um aumento



interessante, que só se conseguirá com a construção de mais uma cave, um piso para estacionamento.-----

Aqui poder-se-á tomar uma decisão de nunca mais se mexer em nada, de nunca mais se poder fazer nenhuma intervenção a este nível, naturalmente, pois se se for muito conservador e radical, nem um prego jamais se pode lá pôr sem se ter uma ideia mais global das coisas, mas pensa, sinceramente, que há matérias que se têm que ver com algum equilíbrio.-----

A Coligação Novo Rumo, sobre esta matéria, tem as posições que tem, respeitáveis, naturalmente, e com algumas das quais concorda, com outras nem por isso, a CDU também tem as opiniões que tem sobre tudo isto, e o executivo PS acompanha algumas coisas, outras não, mas se a partir de agora não se aprovar mais nada estar-se-ão a prejudicar os moradores, não se estão a beneficiar, no que diz respeito a este caso, em que o que está aprovado é um lote para a construção com 48 estacionamentos, que poderá subir para 64 caso se aprove essa possibilidade.-----

Se efetivamente não se conseguir avaliar aquilo que é um aspeto de pormenor, e querer que tudo seja visto num plano mas geral, plano esse que é de possibilidades, não de certezas, então provavelmente estar-se-á, sem querer, a prejudicar os moradores, que não veem a construção do que está previsto ser construído naquela urbanização por uma perspetiva futura, que ainda não se sabe se se vai realizar ou não.-----

Outra coisa, que o Sr. Vereador Nuno Libório referiu, é o aspeto das garantias, que já se aprovou, e neste momento, como já referiu, está a ser trabalhado, tendo-se neste momento um engenheiro civil só a tratar deste processo, pois, como se sabe, não se tem um corpo técnico muito vasto, no sentido de saber o que é necessário fazer para elaborar o caderno de encargos para avançar com a adjudicação do trabalho das infraestruturas que ainda faltam fazer, etc. Portanto, é uma matéria de que se tem falado já há muito tempo.-----

Desta forma, aquilo que diz aos Srs. Vereadores é que nesta matéria são determinantes, porque tanto a Coligação Novo Rumo, como a CDU, têm mais votos que o PS, e podem fazer vencer a opinião que têm através dos votos, mas gostaria de os sensibilizar que esta questão em particular nada tem a ver com as outras

A



matérias de que se tem vindo a conversar. No entanto, a democracia é soberana, e se os Srs. Vereadores entenderem que não vão aprovar este ponto, naturalmente que cá se estará para depois verificar como é que tudo isto vai evoluir. De seguida, dará a palavra ao Sr. Vereador Rui Rei, pois presume que queira intervir. -----
Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo, sobre esta matéria da Malvarosa, têm vindo a ser muito claros em todas as alterações, e com o que aconteceu nos últimos tempos ainda mais claros se tornaram. -----
Assim, aprovaram o lote 51, que é muito semelhante em tudo a este lote que se traz para aprovação, como todos os outros, e continuam a dizer que, no que aprovaram, numa alteração muito simples também, os argumentos são exatamente os mesmos: "Uma alteração muito simples, sem nenhum prejuízo, se não aprovarmos aquela alteração o lote fica lá expectável". -----
Se é uma alteração simples, até não percebe porque é que o construtor não constrói. Aliás, percebe porque é que não constrói, porque se passou a dar como um ato adquirido que todos os lotes podem ser alterados para mais uma cave. Podem ser alterados para mais uma cave com o argumento de se ir dar mais estacionamento, mas não se vai oferecer o estacionamento, vai-se vender. O que se vai fazer não é oferecer o estacionamento, é vender, o que quer dizer, no limite, que de forma artificial se continuam a valorizar os lotes sem se ter nenhum valor acrescentado para o domínio público municipal. É o que se continua a fazer. -----
Uma coisa foi alterar pontualmente, e já percebeu há muito tempo que isto passou a ser uma regra, pelo que o executivo que tenha santa paciência, mas isso não foi definido na primeira alteração e na aprovação da Malvarosa. -----
Quando se anda a invocar, primeiro, em fazer caves e, segundo, em nivelar cérceas, não foi esse o espírito do projeto que aprovaram quando foi aprovado há muitos anos atrás, e neste momento, sob a capa de melhorar estacionamento e de nivelar cérceas, o que se está a fazer é acabar com a estrutura que tinha a Malvarosa. Portanto, com franqueza, não estão de acordo. -----
As coisas têm que ser discutidas e que ser avaliadas, e se, de facto, é mais fácil ser oposição do que ser poder, que foi o que foi dito aqui anteriormente, tem que se perceber a estratégia, porque a vida custa a todos. As pessoas que estão sentadas



na reunião sabem bem do que o próprio está a falar, e quando lhe vêm dizer que um determinado empresário não constrói porque a diferença são 20 garagens, das duas uma, ou acham que deve alguma coisa à inteligência, e é possível, pensam que deve pouco à inteligência, ou então não têm nenhuma consideração pelos membros da Coligação Novo Rumo, porque é um argumento falacioso.-----
Assim, em primeiro lugar, aqueles lotes só ficam ao abandono porque a câmara municipal quer, pois no dia em que tome uma determinação, tal como disse em reunião que ia tomar, para Vila Franca de Xira, para trazer o jardim à cidade, não há nenhum construtor que deixe um lote ao abandono se a câmara municipal o intimar a resolver os problemas, pois vão-lhe começar a cair taxas em cima, a cair as penalidades em cima, pelo que tem duas hipóteses, ou as paga, ou vai ter que vender o lote ou o lote vai a hasta pública para pagar.-----
Agora, não se pode é fazer isto ao “pobre coitado” que tem um habitação e deixa de pagar a casa ao banco, e do tipo que “até tem músculo financeiro” tem-se medo e não se vai lá fazer. Isso é que não pode ser.-----
Este argumento de que os lotes vão ficar ali, então que fiquem ali, porque para o próprio isso não vale. Ao argumento de lhe virem dizer “ou aprovam assim ou o lote fica lá”, o que diz é que então fica lá, mas vai lá ter que ficar arranjado, e o empreiteiro vai ter que fazer o investimento, porque é a propriedade. -----
Tem um filho de 9 anos, e nunca foi entregar o seu filho a nenhum dos membros desta sala para tomarem conta dele. A responsabilidade é sua e da sua família. -----
Assim sendo, o senhor comprou o lote, tem que o resolver, se não tem dinheiro, entrega-o ao banco, à câmara municipal a quem quiser, mas não vêm é dizer ao próprio que ele comprou o lote e, enquanto munícipe, ainda tem que pagar para ele o construir. Que tenham santa paciência, mas os argumentos para si têm limites. -----
Depois, ainda se assiste hoje a dizer-se que a partir de 2000 e troca o passo a câmara municipal passou a pagar as responsabilidades que eram dos urbanizadores. Não, a câmara municipal só está a pagar porque aprovou muitas urbanizações em que se esqueceu das garantias bancárias, e nunca a viu ir à procura dos responsáveis.-----
Até hoje nunca viu, e aliás há exemplos em Vialonga, da Granja de Alpriate, onde



dois lotes foram dados como garantia, aprovou-se a construção, licenciou-se a construção, numa coisa tão rápida que não tem memória, aquilo entrou num dia e foi aprovado no outro, e, até hoje, de responsabilidade zero. Se se tivessem lá as garantias, as pessoas podiam falir e podiam fazer.-----

Quanto àquele lote que foi aprovado há uns dias, está-se a falar que as empresas de construção civil faliram a partir de 2008, mas é preciso cuidado, porque há aí muito boas empresas a serem constituídas para construírem um apartamento, ao fim de um ano ou dois abrem falência, e a malta que comprou o apartamento fica a arder com a garantia que lá tem. Isto não tem nada a ver com problemas financeiros, tem a ver com artimanhas que a lei permite. -----

Talvez 80% ou 90% da população o maior investimento que faz é a aquisição de casa própria, e o que se está a fazer é "a malta" adquire habitação, tem uma garantia de 10 anos, ao fim de 2 anos o empreiteiro abriu falência, e vai-se pedir garantia ao "Totta". Vai-se ao "Totta" pedir a garantia e a pessoa ficou lá a arder. - Assim sendo, estes argumentos não são válidos, e não pode continuar a aprovar caso a caso, muito menos pode aprovar sem lhe darem informações sobre o lote 51. Não quer ser mau, mas agora até pergunta: Esta informação que é presente é válida, ou daqui a 15 dias o Sr. Presidente está a fazer uma interpretação sobre aquilo que o próprio votou?-----

Sobre o lote em que os membros da Coligação Novo Rumo votaram contra, o próprio teve oportunidade de mostrar o que os serviços escreveram, e os serviços foram claros, mas o que o Sr. Presidente fez foi uma interpretação sobre aquilo que o próprio leu e sobre o que votou, e não está correto, não é assim. Do seu ponto de vista tem muita coisa incorreta, porque se votaram uma coisa, não votaram a interpretação nem a aclaração que vem dos serviços. -----

Se os serviços querem aclarar, e se o poder político quer validar essa aclaração, tem que ser antes da votação, não é depois. Depois da votação carece de uma nova votação. É assim, não estão disponíveis para este tipo de jogos, porque é de um jogo que se trata, pois hoje em dia não há nenhum lote que se construa que não tenha, ou um alinhamento de cércea ou uma construção de caves. -----

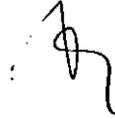
Depois, quanto à oposição, não é mais fácil, a oposição tem é menos informação, não conhece a história que se trata nos gabinetes, nomeadamente no do



urbanismo. Não sabe do que se falou e o que se combinou, e depois aquilo vem caso a caso. Hoje vem um, amanhã vêm dois, depois vem um e meio, e é assim.---- Os membros da Coligação Novo Rumo, com toda a certeza, não estão de acordo, e não vão estar de acordo, primeiro, pelo que se passou no lote que foi aprovado entretanto, e enquanto não vier o esclarecimento do lote 51. Não estão disponíveis para validarem mais nenhuma alteração na Malvarosa, até pelo compromisso que existiu aquando da aprovação da urbanização, e ainda há dias a associação de moradores esteve na câmara municipal, fez perguntas muito concretas, e como não receberam nenhuma cópia da resposta enviada pela câmara municipal, presumem que não tenha respondido, que é o de que, face ao número de lugares existentes à superfície, existia uma diferença. Portanto, face a um conjunto de dúvidas que existe, não podem continuar a alimentar as dúvidas pondo mais problemas para cima da urbanização.-----

Quando aprovaram um conjunto de alterações, entre elas a do McDonald's, sim, porque aprovaram a alteração do McDonald's, aprovaram no estrito pensamento de que era uma boa alteração para a urbanização, mas a verdade é que hoje olha e pensa que é preciso cuidado. Aprovou, os carros são muitos, estacionam em todo o lado, e a câmara municipal não vai lá regular, nem encontrou uma solução para o estacionamento. Logo, começa a pensar que, se calhar, efetivamente não é um problema de ser mais fácil para a oposição, é um problema da oposição não ter a informação toda do processo. Como tal, querem ter a informação para poderem decidir.-----

Quanto ao resto, farão a obrigação que têm, de fiscalização, avaliarão os lotes que lá estão devolutos, e a câmara municipal tem obrigação de os notificar para limpar, a pôr em condições, e, se for necessário, fazer execuções fiscais sobre os lotes, pois não se podem estar a notificar cidadãos deste concelho para problemas de marquises, que têm que deitar abaixo uma marquise, e depois, em urbanizações como a Malvarosa e outras, onde está à vista de todos a situação, diz-se que se vai ter que resolver, mas resolve-se aprovando uma mais-valia de 10%, 15% ou 20%.-- No banco, hoje, a malta que lá tem dinheiro não recebe 1%, pelo que deve haver cuidado, às vezes, com as aprovações que roçam "pornografia" em vez de resolverem problemas.-----



Interveio o Sr. Presidente, referindo que há uma situação muito simples, há o pedido de um promotor, pedido esse que tem de ser analisado como está, na câmara municipal, e a resposta que se tem que dar ao senhor é qual é a decisão da câmara municipal. -----

Posto isto, e ponderados todos os factos que foram resolvidos, irá colocar o ponto à votação. Assim sendo, perguntou quem vota contra, quem se abstém e quem vota a favor, concluindo que o ponto não é aprovado, com os votos contra da CDU e da Coligação Novo Rumo, e com os votos a favor do PS. -----

Continuou, mencionando que houve questões que foram faladas, e que têm vindo a ser faladas, que reputa de importantes, no sentido de se conseguirem encontrar soluções de que naturalmente a câmara municipal falará, e o próprio já se comprometeu com os moradores de ir falar, o que acontecerá no momento em que tiver toda a documentação disponível para o efeito. Não é seu hábito andar a falar por falar, ou para fazer género, pelo que quando estiver com toda a documentação necessária irá falar e pedir às pessoas para se encontrarem, com algum tempo, num fim de dia, que é mais adequado para se poder estar mais algum tempo a conversar, e visitar alguns pontos da urbanização.-----

O ponto é chumbado, e vai ser respondido ao promotor, ao proprietário do lote, que não pode fazer aquilo que solicitou. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, para fazer uma declaração de voto, dizendo que os membros da CDU foram recetores de um conjunto muito vasto, aliás, de há muitos anos a esta parte, de preocupações, que reputam de bastante legítimas, por parte dos moradores. -----

Querem assinalar, particularmente, um conjunto de largas dezenas de questões que foram colocadas em aberto à câmara municipal, às quais solicitam, quando o Partido Socialista, que é quem gere a câmara municipal, se sentir no direito de responder, que faça também chegar essa informação aos vereadores da oposição, designadamente da CDU. -----

Deixam a recomendação e proposta da CDU para que toda e qualquer alteração a este alvará seja vista e analisada numa situação de conjunto, ao mesmo tempo da defesa para ativação e concretização das garantias bancárias.-----

Sem estes pressupostos que para os membros da CDU são válidos, não há



condições para aprovarem esta situação, tal como o Partido Socialista quis sugerir. Respondeu o Sr. Presidente que o Sr. Vereador reforça com uma declaração de voto aquilo que já tinha dito.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que sobre esta matéria os membros da Coligação Novo Rumo entregarão uma declaração de voto por escrito, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para que fiquem claras todas as questões. Assim, e basicamente, enquanto não clarificarem as dúvidas que existem não estarão em condições de fazer aprovar, com o seu voto, mais nenhuma alteração na Malvarosa. É preciso primeiro clarificar, para depois poder agir e andar em frente.-----

Depois, deixam só uma nota final nesta declaração de voto, que estará escrita, hoje chumbaram uma cave, mas a verdade é que os mesmos que a chumbaram viabilizaram, há uns dias atrás, uma cave e 5 fogos em quase cerca de 1000m². Portanto, as pessoas só mudaram de opinião porque os moradores, em mais de 400 assinaturas, fizeram ouvir a sua voz, e aquele documento, que afinal era inútil, obrigou o Partido Comunista a votar contra uma declaração que há uns dias atrás viabilizou, 5 novos lotes, com um valor acrescentado, aí sim, ao promotor.----- Assim, é preciso que a coerência prevaleça.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que o ponto está terminado, e se os Srs. Vereadores quiserem falar mais sobre isso, falarão em outra sede, pois agora já se terminou. Ouviu com toda a atenção, tomou nota de tudo, sabe que esta é uma matéria que politicamente colhe, sabe muito bem de tudo isso, pelo que se vai trabalhar no sentido de se conseguirem encontrar as convergências possíveis. ----- Nem sempre é possível, e também não fica nada frustrado se não houver convergências, porque ao longo da sua vida já percebeu que se se estiver "amarrado", a tentar ser consensual em absoluto, o consenso absoluto não existe, há é, sim, possibilidades de algumas convergências, que se vão analisar e ver no que é que se poderá avançar. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU e da Coligação Novo Rumo, reprovando a alteração ao loteamento.-----



1. Assunto: ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 3/2015-AUGI, DE 29/07 – BAIRO DO ESTACAL – ALVERCA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 104/16, de 08/07, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação da alteração ao loteamento do Estacal, em Alverca do Ribatejo, titulado pelo alvará de loteamento nº 3/2015-AUGI, de 29/07, para correção das áreas dos lotes 1 e 2.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 104/16, de 08/07, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 104

Reunião de 2016/07/27

Procº 40/16 CERTAUGI

Deliberação nº 518

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 396 DO LOTEAMENTO DA QUINTA DA BELA VISTA – SÃO JOÃO DOS MONTES---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 177/16, de 18/07, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 396 do loteamento da Quinta da Bela Vista, em São João dos Montes, no valor de 2 704,17€, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 1/2015-AUGI, de 12/03, solicitado por Domingos Maria Leitão. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 177/16, de 18/07, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 105

Reunião de 2016/07/27

Procº 42/16 CERTAUGI

Deliberação nº _____

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 471 DO LOTEAMENTO DA QUINTA DA BELA VISTA – SÃO JOÃO DOS MONTES---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 179/16, de 18/07, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 471 do loteamento da Quinta da Bela Vista, em São João dos Montes, no valor de 2 624,84€, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 1/2015-AUGI, de 12/03, solicitado por Luciano Godinho Engrácio. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 179/16, de 18/07, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 333 DO LOTEAMENTO DA QUINTA DA PONTE – SÃO JOÃO DOS MONTES -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 178/16, de 18/07, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 333 do loteamento da Quinta da Ponte, em São João dos Montes, no valor de 2 624,84€, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 2/2015-AUGI, de 25/03, solicitado por Joaquim Piedade Gonçalves.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 178/16, de 18/07, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS NA RUA MARIA FARTA E RUA DOS VAMPIROS NA AUGI QUINTA DO ALFERES – SÃO JOÃO DOS MONTES -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 186/16, de 20/07, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação da execução das obras de infraestruturas na rua Maria Farta e rua dos Vampiros, na AUGI Quinta do Alferes, em São João dos Montes. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 186/16, de 20/07, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, referindo que se trata de uma questão que tem a ver com a Quinta do Alferes, e o pedido de se intervir em duas áreas em termos de infraestruturização, dois arruamentos, de acordo com a informação que os Srs. Vereadores têm em seu poder. -----
Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Pereira, para uma questão muito simples, atendendo às circunstâncias desta mesma AUGI. A execução desta infraestrutura ficará a cargo de quem? -----
Respondeu o Sr. Presidente que será da própria comissão. -----
Retomou a palavra o Sr. Vereador Rui Pereira, questionando se é somente dos moradores. -----
Interveio o Sr. Presidente, respondendo afirmativamente e esclarecendo que esta é uma intervenção que vai permitir à comissão desenvolver a AUGI e tentar que através disso se consiga também fechar este processo da Quinta do Alferes. -----
Aos membros da comissão que estão presentes aquilo que deseja, e principalmente ao seu presidente, é que de facto esta votação por unanimidade



que se tomou possa ser um instrumento importante para o trabalho que têm de desenvolver, e naturalmente que a câmara municipal estará presente para tentar encontrar soluções que são sempre difíceis, no que diz respeito às AUGI. Com a ousadia e a capacidade de dinamismo que a comissão tem apresentado, crê que se vão conseguir encontrar as soluções.-----

Esta AUGI diminuiu para menos de metade os lotes que estavam inicialmente previstos, há algumas matérias de casas que foram construídas, que estão em zonas de REN, para as quais se têm de encontrar processos de avaliação para não prejudicar as pessoas que já lá moram, mas não se vai adiantar, porque são matérias de grande dificuldade que depois, na câmara municipal, se vão ter de analisar. Assim, deseja aos membros da comissão um bom trabalho.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo se congratulam com o facto de, finalmente, se poder começar a resolver o problema da Quinta do Alferes, uma AUGI com uma grande dimensão, e um problema que se arrasta há variadíssimos anos. -----

Portanto, era altura do poder político cumprir a promessa que tem vindo a fazer ao longo dos anos, aliás, aproximam-se alturas em que as promessas eram sistematicamente feitas e refeitas em reuniões e plenários das AUGI, em que todos os coproprietários, nesta AUGI e noutras, assistiam às variadíssimas promessas do poder político que estava em funções ou que ambicionava estar em funções. Terminadas as eleições o problema permanecia, como permaneceu até hoje.-----

Portanto, congratulam-se que efetivamente a comissão queira dar o desenvolvimento e que a câmara municipal, finalmente, consiga ajudar a resolver. Vão aprovar este ponto, porque pensam que é da mais elementar justiça para com aquela população e uma boa parte dos munícipes, pois uma parte do trabalho da sua vida foi ali investida, sendo natural, normal e mais do que justo que a câmara municipal faça face e ajude a resolver. -----

Pensam é que, no futuro, deve resolver e dar as mesmas condições à Quinta do Alferes que deu a outras, ou seja, não é correto que se tenham dado participações em infraestruturas a uns, e neste momento se diga a estes coproprietários que vão ter que pagar a 100% as infraestruturas. Vai-se entrar no verão, em mais verão, agora agosto, e pensam que em setembro a câmara



municipal estará em condições de reavaliar o processo, não no sentido de o autorizar, porque este fica aprovado, pelos vistos por unanimidade, mas deve dar, no mínimo, igualdade de circunstâncias à Quinta do Alferes e aos seus coproprietários, e suportar uma parte das infraestruturas, que suportou nas outras AUGI, ou na esmagadora maioria das AUGI, pois é o que se chama justiça e equidade para todos, e o tratamento igual, não podendo haver cidadãos de primeira e de segunda, têm que ser todos iguais perante o poder político e perante o município, perante a câmara municipal.-----

Interveio o Sr. Presidente, solicitando ao Urbª Ricardo Ramalho para, sobre esta parte final da intervenção do Sr. Vereador Rui Rei, esclarecer o que foi este processo, que parece que finalmente está a começar a ganhar forma, no sentido de se resolver. -----

Respondeu o Urbª Ricardo Ramalho que, relativamente, e em concreto, à questão colocada, das infraestruturas, e explicando de uma forma muito clara, no fundo há dois tipos de AUGI, as que são de iniciativa dos particulares, e as que não são. Quando são da iniciativa dos particulares é de sua iniciativa o desenvolvimento do loteamento, as infraestruturas, tudo isso, e isso foi contratualizado em relação a esta AUGI, no tempo. -----

Todas elas foram assim, há várias que são da iniciativa dos interessados, onde são eles os responsáveis por tudo, e depois há as outras, onde a câmara municipal efetivamente participou, desenvolveu os estudos de loteamento, participou nas infraestruturas e por aí fora.-----

Assim, a modalidade de reconversão é aquilo que define a forma como se envolveu ou não a câmara municipal. -----

Relativamente à Quinta do Alferes, em concreto, de facto desde que entrou a nova comissão verificou-se um avanço grande, sendo que, como o Sr. Presidente referiu, e com a revisão do PDM, daquilo que era a AUGI original apenas metade ficou incluída em solo urbano, o que quer dizer que todos os lotes de solo rural não vão poder existir, e o que quer dizer também que a comissão, numa primeira análise, tem aqui um trabalho gigantesco, de acomodar pessoas na parte urbana, negociar lotes, de perceber quem é que está interessado, quem não está, e por aí fora. São questões de propriedade a resolver entre a comissão, os proprietários,



interessados, ou o que for. -----

Esse é o trabalho que vai, ao fim, ter influência naquilo que vai ser a solução final em termos de loteamento, e refere-se ao estudo de loteamento, sendo que o Sr. Presidente também afluente a questão das construções que existem no solo rural, que não são legalizáveis, ou, se se conseguirem legalizar, não se consegue fracionar a propriedade e constituir lotes para elas, pelo que se terá de encontrar uma solução criativa, e está-se a trabalhar nisso. -----

O Sr. Presidente interveio, agradecendo ao Urb^a Ricardo Ramalho, enquanto responsável pela equipa, pelo trabalho que tem desenvolvido, que tem permitido evoluir bastante nos últimos tempos relativamente às AUGI. Considera que esta não será diferente, pelo que se irá trabalhar no sentido de fechar este processo. ----

Interveio novamente o Sr. Vereador Rui Rei, agradecendo a explicação que foi clara e objetiva, e dizendo que não deixa é de se manter a pertinência daquilo que disse. Obviamente que há diferentes modelos, e a partir do momento em que os proprietários assumem, por sua iniciativa, e bem, porque se está a falar da sua propriedade, tratar dos problemas, ao fim ao cabo até estão a facilitar a vida à câmara municipal.-----

No fim, os proprietários assumem, que era assim que devia ser, aquilo que é seu, tendo como pressuposto que o município e as entidades públicas não criam entraves à resolução do problema. Muitas vezes a administração cria entraves à resolução de um problema, mas neste caso facilita a resolução, e ainda bem que os proprietários tomam iniciativa naquilo que é seu, que é a garantia de que, se estão a lutar por aquilo que é seu, dificilmente sairá mal feito, sairá bem feito. -----

Isso não invalida a outra questão, que do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo é justa, que é o apoio às infraestruturas, e esse apoio deve ser feito da mesma forma que foi feito a uma boa parte ou à maioria das AUGI no concelho de Vila Franca de Xira. -----

Até se podiam invocar direitos adquiridos, porque se calhar isso existe, dum conjunto de entidades em que se foi participando, e agora diz-se que afinal não há. Considera que tem de haver, porque se está a falar, efetivamente, se calhar, de direitos adquiridos que foram sendo feitos ao longo dos anos. “Por que carga de água” a AUGI A teve direito a ser comparticipada em 50% ou 60%, ou em 30% ou



em 20%, e agora, na AUGI B, vai-se ter de pagar tudo? -----
Não discute neste momento se é justo ou injusto o passado, o que diz é que se tomaram decisões, e pensa que a câmara municipal, definida esta aprovação, pois não há nenhum entrave, e vai avançar, tem que avaliar quanto é que vão custar as infraestruturas, e deve ser decidido, na câmara municipal, se participará ou não. -----

Consideram que é justo participar, sendo que todas as reuniões que teve ao longo dos anos, na Quinta do Alferes, foram sempre pós eleições, nunca lá esteve em vésperas de eleições a prometer coisa nenhuma, também não foi quem lá esteve a prometer que resolvia o céu e a terra, mas é o próprio que agora está a dizer que em setembro, se a câmara municipal não fizer, os membros da Coligação Novo Rumo trarão uma proposta, tendo por base saber quanto é que custam as infraestruturas, para que a câmara municipal se pronuncie se as participa ou não, no valor "x"%, e ver-se-á o que se decidirá sobre essa matéria. Entendem que é justo e elementar que assim sejam resolvidas, estas e outras situações semelhantes. -----

Respondeu o Sr. Presidente que foi assim que as pessoas quiseram que fosse, e houve várias oportunidades de decidirem da forma como achavam melhor. Não lhe parece que, tendo-se caminhado este tempo todo, se esteja agora a alterar aquilo que foi uma intenção das comissões, pelo que o Sr. Vereador poderá trazer as propostas que achar oportunas, mas a câmara municipal já tem, em termos financeiros, o valor necessário para ir fazendo essas intervenções que lhe competem a 50%. As pessoas podem dizer "nós é que queremos tratar das nossas coisas", e os 50% que iriam pagar ser suficiente para fazerem as intervenções, pelo que pensa que não se deve implementar algo que não queiram, mas logo se verá como é que esta questão vai evoluir. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que não disse que o cidadão, e o munícipe que aqui está, devia comer um hambúrguer do McDonald's se gosta de uma bifana da Casa das Bifanas de Vendas Novas. O que disse foi outra coisa, e o Sr. Presidente acrescentou uma coisa que pensa que é grave para a administração pública, pois o que lhe está a dizer é que os munícipes conseguem fazer por 50% aquilo que a câmara municipal faz com 100%. -----



Respondeu o Sr. Presidente que presume. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que se isso for assim do seu ponto de vista é grave, mas quer dizer que, mesmo assim, se a câmara municipal chegar aos 50%, e os compartilhar, ainda está a ganhar dinheiro, porque 50% de 100% não é a mesma coisa que 50% de 50%. Isso quer dizer que não está a propor que os munícipes tenham aquilo que não querem, eles vão ter aquilo que querem, e a câmara municipal, se ainda é mais barato do que custava, comparticipa isso e ainda ganha dinheiro, o que significa que ainda fez boa gestão. -----

O Sr. Presidente tomou a palavra, mencionando que se está em épocas interessantes, em que tudo é prometido e é possível, e pensa que se tem de ter algum critério e ter alguma cautela nesta matéria, pois é impossível dar tudo a todos. -----

O Sr. Vereador acusou a CDU, e com verdade, que, em determinados momentos, aparecia e dizia “deixe estar, Srª Maria, que agora é que é”, mas nunca foi. -----

Respondeu o Sr. Vereador que não foi só a CDU, a anterior presidente de câmara foi várias vezes à Quinta do Alferes prometer a resolução, mas nunca houve, em vésperas de eleições, e prometeu ao Alhandra 400 000,00€-----

Respondeu o Sr. Presidente que isso está errado, não nos podemos comprometer com aquilo em que não há condições de, eventualmente, fazer. As intenções são muito louváveis, mas muitas vezes não passam disso mesmo, porque não há condições, depois, para resolver as coisas. Por isso, sobre essas matérias tem que se ter cautela com aquilo que se diz que se vai fazer, e depois não se consegue fazer. -----

Tem que se ser sério nestas matérias perante as pessoas, mais vale dizer “não é possível”, e as pessoas até compreendem, ou dizer “vamos tentar ver”, que é outra coisa, ou então “vamos fazer”, e tem que se fazer mesmo.-----

Posto isto, porque efetivamente hoje se estão a fazer reflexões muito profundas, e é bom, passará para o ponto seguinte. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 113

Reunião de 2016/07/27

Procº 17/08 GENERI/CM

Deliberação nº 521

1. Assunto: EMPREITADA DE INFRAESTRUTURAS DE PARTE DAS RUAS D, L, M E RUAS N E O NA AUGI FONTE SANTA – VIALONGA – AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO DEFINITIVA E LIBERTAÇÃO DE GARANTIAS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 294/16, de 15/07, da EMRU, para aprovação do auto de vistoria e receção definitiva da obra das infraestruturas de parte das ruas D, L, M e ruas N e O na AUGI Fonte Santa, em Vialonga, datado de 20/06/2016, bem como da liberação do valor total de todas e quaisquer quantias retidas nos pagamentos como garantia ou a qualquer outro título a que o empreiteiro tiver direito, adjudicada a Florindo Rodrigues Júnior & Filhos, Lda.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 294/16, de 15/07, da EMRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



1. Assunto: 7º MOTO CHURRASCO – ISENÇÃO DE TAXA DE CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 853/16, de 18/07, do DOVI/DOVI, para aprovação da isenção do pagamento da taxa de condicionamento de trânsito, no valor de 103,28€, ao abrigo do nº 5, do artigo 9º, do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços do Município para 2016, solicitada pelo Clube 300 – Grupo Motard de Vialonga, para a realização do 7º Moto Churrasco. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 853/16, de 18/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 115

Reunião de 2016/07/27

Procº 51/15 DOVI-EMP

Deliberação nº 523

1. Assunto: ADAPTAÇÃO DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DE POSTO DA GNR EM ESQUADRA DA PSP – VILA FRANCA DE XIRA – ALTERAÇÃO DA DATA DE CONCLUSÃO DA EMPREITADA E PLANO DE TRABALHOS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 857/16, de 18/07, do DOVI/DOVI, para aprovação da alteração da data da conclusão dos trabalhos da empreitada de adaptação das antigas instalações de posto da GNR em esquadra da PSP, em Vila Franca de Xira, até ao dia 2016/10/25, de acordo com o plano de trabalhos e cronograma financeiro ajustados em conformidade com o referido prazo, sem encargo para o dono da obra e sem aplicação de multas ao empreiteiro, apresentados pelo mesmo, Joaquim Fernandes Marques & Filho, SA, ficando vinculado aos documentos aprovados. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 857/16, de 18/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: EXECUÇÃO DO PARQUE URBANO DA QUINTA DA FLAMENGA – FASE 4B E ESTACIONAMENTO NOROESTE - VIALONGA – REJEIÇÃO DAS LISTAS DE ERROS E OMISSÕES -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 872/16, de 21/07, do DOVI/DOVI, para aprovação da rejeição da lista de suprimento de erros e omissões apresentada pela Armando Cunha, SA, mantendo-se o prazo definido para apresentação das propostas referentes à empreitada de execução do Parque Urbano da Quinta da Flamengo – Fase 4B e estacionamento noroeste, em Vialonga.

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 872/16, de 21/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo estão habituados a que venham a reunião de câmara listas de erros e omissões, mas o que verificam, neste caso, são 40 páginas de erros e omissões, e na maior parte das vezes, senão em todas, derivaram de erros em medições.-----
Percebem que a câmara municipal rejeitou, mas questionam se se encontra alguma explicação para tanto erro nesta obra em causa.-----
Respondeu o Sr. Presidente que encontra, e não lhe parece que seja problema, que seja erro dos técnicos do departamento, mas a diretora do departamento poderá referir, se assim o entender. -----
Acontece que se está numa fase muito complicada, na medida em que hoje em dia as empresas precisam é de ter bons advogados, o que diz com toda a consideração e respeito, porque efetivamente as situações vão-se dirimir a este nível.-----



O mercado está como está, é necessário que as empresas tenham trabalho, é importante que tenham trabalho, e muitas das vezes já se sabe que estes pedidos vão acontecer, para tentarem reverter uma possibilidade de decisão, por haver uma medição que não está correta, ou um prazo que não estará correto, etc. Não crê, sinceramente, que isso se possa imputar a menor qualidade do trabalho que é apresentado a concurso, e diz isto por aquilo que tem acontecido. Ainda há pouco se esteve a falar sobre os seguros, e é um facto, as condições que hoje o mercado exige fazem com que se encontrem soluções jurídicas corretas, em que não há nada a opor, mas muitas vezes fazem com que os processos demorem bastante tempo e criam algumas dificuldades. -----

Não lhe parece que isto advenha de má qualidade na elaboração dos concursos, mas sim por esta situação que hoje em dia se atravessa, em que todas as empresas, quase no limite, solicitam esclarecimentos de erros e omissões e outras situações, para que, eventualmente, o concurso tenha a possibilidade de evoluir num determinado sentido. É mais isso.-----

Assim, questiona se a Engª Rosário Ferrão quer acrescentar alguma questão sobre a matéria. -----

Tomou a palavra a Engª Rosário Ferrão, cumprimentando todos os presentes e mencionando que aquilo que pode dizer é que houve uma única lista de erros e omissões, recusada pelo projetista, como se pode ver na informação, e também analisada pelos serviços, que detetaram que o empreiteiro que apresenta a lista acrescenta a cada item entre 13% a 17%. -----

Foi o critério do empreiteiro, "agarrou" os itens, e colocou em cada um mais 13% do valor que lá estava. Detetou-se isso, mas é claro que o projetista é quem tem que se pronunciar sobre o seu trabalho e sobre a lista apresentada, tendo recusado, como se estava à espera.-----

Não sabe quantas propostas virão a concurso, na próxima semana abrir-se-ão as propostas, e nessa altura ver-se-á quem são, de facto, os concorrentes, quais são as propostas, quais são os seus valores e trabalhar-se-á nesse sentido.-----

Interveio o Sr. Presidente, questionando se a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus está esclarecida, tendo a mesma respondido afirmativamente. -----

O Sr. Vereador Ernesto Ferreira interveio, mencionando que os membros da CDU



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 121

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº 526

1. Assunto: PROJETO DE REGULAMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL SÉNIOR -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1517/16, de 21/07, do DASDEDS/DDS, para aprovação da submissão a consulta pública, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar da data de publicação no Diário da República, do projeto de Regulamento do Cartão Municipal Sénior. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1517/16, de 19/07, do DASDEDS/DDS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 122

Reunião de 2016/07/27

Procº 26/15 RU-REURB

Deliberação nº 527

1. Assunto: PROJETOS DE OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU) SIMPLES, PARA AS SETE ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA DO CONCELHO – CONSULTA PÚBLICA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 248/16, de 28/06, da EMRU, para aprovação dos projetos de Operações de Reabilitação Urbana Simples, para as sete áreas de reabilitação urbana do concelho, e submissão das mesmas a consulta pública, pelo período de 20 dias úteis, com início a partir do 5º dia após a publicação no Diário da República, bem como, no âmbito da execução das Operações de Reabilitação Urbanística, dos instrumentos de execução de reabilitação urbana, previstos nas alíneas a) a e), do nº 1, do artigo 54º, do RJRU – Regulamento Jurídico da Urbanização e de Edificação, para as ORU simples, entre os quais a imposição de obras coercivas, a demolição de edifícios e o exercício do direito de preferência.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 248/16, de 28/06, da EMRU, e respetivos anexos, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, referindo que este ponto se encontra devidamente instruído, e consegue retirar-se dele o fundamental. De qualquer das maneiras dá conta que vem a reunião para ir para discussão pública, e numa próxima fase, depois da discussão pública, voltará à câmara municipal.-----
Basicamente, nos termos da lei, a cada área de reabilitação urbana, e há 7 no concelho, há obrigação de aplicar uma operação de reabilitação urbana, e propõe-se que seja a câmara municipal a desenvolvê-la, aplicando, nessas 7 áreas, e Vialonga também tem uma área de reabilitação urbana, a possibilidade de exercer



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **123**

Reunião de 2016/07/27

Procº 26/15 RU-REURB

Deliberação nº _____

direito de preferência nas compras e vendas de imóveis; a imposição de obras coercivas às pessoas que tenham casas ou imóveis em más condições; obrigar à demolição de edifícios que não se encontrem nas devidas condições de segurança e salubridade; promover o arrendamento forçado de imóveis que possam estar devolutos; e também proceder à reabilitação coerciva de edifícios nestas áreas.-----

Isto é, no fundo, o que hoje vem a reunião de câmara para aprovação.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que os membros da CDU há muito tempo, e durante muito tempo mesmo, colocaram a questão da importância da câmara municipal se dotar de instrumentos de natureza fiscal, no uso das suas competências urbanísticas, para estimular a reabilitação urbana, com enfoque nas áreas degradadas, bem como nas denominadas zonas históricas ou núcleos mais antigos.-----

Tiveram essa opinião, têm essa opinião, e pensam que esse é o caminho que deve ser prosseguido pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. A câmara municipal, não pondo em causa a sustentabilidade financeira da sua estrutura primária de receita, deve aprofundar todas as modalidades de apoio, incluindo as de natureza fiscal, no sentido de apoiar à reabilitação. Portanto, sobre esse aspeto há uma total convergência de opinião.-----

Quanto ao que não convergem, deixaram isso bastante expresso aquando da aprovação das áreas propriamente ditas, sendo que hoje aquilo de que se está a tratar é da fase subsequente, para a entrada em funcionamento das áreas de reabilitação urbana, do ponto de vista administrativo, que pode ter uma de duas ações:-----

Podem ser operações de natureza simples, que é aquela que se propõe no âmbito da proposta do Partido Socialista, ou operações de natureza mais complexa, que fazia com que, por exemplo, a câmara municipal chamasse a si uma figura de entidade gestora e superintendente sobre todas as questões de propriedade, o que não é o caso, possibilitando, por essa via, a resolução de um conjunto vasto de problemas, nomeadamente de natureza administrativa. Exemplos disso são os direitos de preferência, agilização de processos ou diminuição de tempos de espera.-----

Como já disse, não convergem relativamente às multas, penalidades ou sanções a



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 124

Reunião de 2016/07/27

Procº 26/15 RU-REURB

Deliberação nº _____

aplicar nos termos destas operações de reabilitação urbana, previstas por lei, designadamente aquela em que os municípios, mediante deliberação da câmara municipal, podem majorar até 30% da taxa aplicável a prédios urbanos degradados. -----

Portanto, não estão de acordo que a câmara municipal aplique penalizações no IMI a pagar pelos contribuintes, na medida em que muitas das vezes, e são mesmo muitas essas vezes, os proprietários não investem, não reabilitam o seu património edificado, por escassez de recursos ou mesmo inexistência de recursos económico-financeiros. -----

A preocupação que têm é se este programa de reabilitação, antes de encorajar e estimular à reabilitação urbana, não vai penalizar ainda mais aqueles que, pela sua debilidade económico-financeira, de todo não tenham condição para fazer face a esse investimento. É esta a posição que têm, e aliás não há nenhuma alteração em relação àquilo que disseram aquando da discussão na câmara municipal, quer aquando da discussão na assembleia municipal. -----

O Sr. Vereador Rui Rei tomou a palavra, dizendo que sobre esta matéria os membros da Coligação Novo Rumo, à época, estiveram de acordo com a essência, incluindo alguns aumentos de área, e veem que devem existir responsabilidades das entidades públicas e responsabilidades das entidades privadas. -----

Não há dúvida que a regeneração e reabilitação urbana é um fator essencial para a regeneração e revitalização dos concelhos, das cidades, das vilas e, em particular, do concelho de Vila Franca de Xira, mas para que isso seja uma realidade é preciso que a câmara municipal seja ágil, as entidades públicas sejam ágeis, porque em muitos casos, no concelho, mesmo “de borla”, é caro reabilitar. Há quem ache que agora, com estas questões da reabilitação urbana, vai-se passar a ter reabilitação “em barda”, “à molhada”, no concelho, e isso não vai acontecer, porque não há mercado, não há pessoas, a não ser que se consiga ter a estratégia correta para se ser competitivo face à Área Metropolitana de Lisboa, onde o concelho se insere, e em Lisboa em particular. -----

Lisboa acordou entretanto, e aquilo que foram políticas protagonizadas por alguns, que diziam que Lisboa tinha excesso de pessoas, em que durante décadas andou a perder população todos os meses e todos os anos, neste momento tem a



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 125

Reunião de 2016/07/27

Procº 26/15 RU-REURB

Deliberação nº _____

estratégia inversa. Quando se discutiu o PDM, os membros da Coligação Novo Rumo avisaram disto, está lá escrito, avisaram que Lisboa ia acordar, e que o movimento pendular de pessoas que aconteceu nos últimos 40 anos, que foi da cidade para periferia, está a começar a ser feito no sentido inverso, até porque existiam espaços e casas em Lisboa, além de que houve outro fenómeno associado, que foi o turismo. -----

Não existe esse fenómeno na esmagadora maioria dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, e muito menos dos municípios da área metropolitana norte, onde Vila Franca de Xira se inclui, porque não há uma estratégia. Até se têm territórios, partes de territórios, que podiam ser muito interessantes e atrativos para algumas novas construções e para a reabilitação, contudo, há quem ache que isto não é assim, e então pergunta: Porque é que em Vialonga não desatou tudo a reabilitar, pois o que não faltam são casas velhas e devolutas? Porque é que não reabilitaram? Porque é que em Alhandra, que está cheia de casas devolutas, não estão lá a reabilitar? -----

É preciso avaliar isto com muita clareza, e ser-se muito dinâmico e rápido nessa aprovação, e depois nas aprovações futuras, caso contrário, porque é que o investidor haverá de colocar 200, 300 ou 400 mil euros numa freguesia do concelho, e não haverá de colocar o mesmo valor noutra concelho ao lado? A razão é porque o que vai valer é o benefício e retorno que vai ter. -----

Isto é absolutamente essencial, é que hoje está-se a competir, e aqui entra-se nalgumas lógicas do concelho, em que não é só reabilitar, é a intervenção pública que é necessária existir em determinadas alturas, como motor de desenvolvimento do concelho. Foi aqui que entrou a proposta que, se não se engana, até está na ordem de trabalhos, da Marinha, em Vila Franca de Xira, e da Cimiantos, que é o fator diferenciador que tem de existir, para obrigar à atratividade e ao mercado a funcionar. Pode ser na zona ribeirinha, e por aí fora, mas há um conjunto de matérias que têm de ser avaliadas, caso contrário, e não é especialista no mercado imobiliário, se se falar com quem sabe da "poda" com certeza informará, e nem é preciso, basta ir aos sítios, verificam-se os territórios onde se está a fazer construção nova, onde se faz reabilitação, e os concelhos onde não se faz. Há concelhos onde se está a ter construção nova, e na esmagadora maioria dos



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata -- 126

Reunião de 2016/07/27

Procº 26/15 RU-REURB

Deliberação nº _____

concelhos não se está a ter, porque até o terreno, a ser “de borla”, tudo a ser “de borla”, no fim do dia é caro e não há comprador, ao contrário da Malvarosa. ----- Não é o problema da cave, é o problema de construir ali, em que ainda se está a construir e já se está a vender, a diferença é só essa. Ao construir em Vialonga não se está a vender, ou ao construir numa parte da Póvoa de Santa Iria não se está a vender, pelo que se tem de saber qual é a estratégia que se aplica para conseguir ter a chamada “carne do lombo”, e a seguir ter algum desenvolvimento do outro lado, que possa trazer fatores acrescidos no desenvolvimento e estratégia do concelho. -----

Portanto, acreditam na reabilitação urbana, mas a reabilitação urbana por si só não vai chegar, e cá estarão para avaliar dentro de 2 ou 3 anos. A reabilitação urbana tem que ter fatores externos que incentivem este facto, tem que ter dinheiro público, tem que ter dinheiro privado e tem que ter pessoas. Se não tiver isto, não vai efetivamente acontecer, porque o privado não vai meter dinheiro numa coisa que não tem retorno. -----

Todos, na sua vida, não vão comprar uma coisa que não lhes serve, seja o que for, seja alimentação, vestuário ou a casa. Só se compra uma coisa que serve, e se não servir, já não se vai comprar. Assim, aguardam a discussão pública, e no fim farão a avaliação final. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que no âmbito da estratégia para a regeneração urbana o executivo municipal propugna três princípios básicos: Quer mais pessoas a viver nos centros antigos das localidades, quer mais atividade económica nos centros das localidades e quer mais investimento na reabilitação urbana nos centros antigos das localidades. -----

O primeiro passo foi a delimitação das ARU e a criação de um conjunto de mecanismos de isenções fiscais e apoios diretos nos procedimentos da câmara municipal, e isso foi feito, sendo que neste momento já houve 25 pedidos no âmbito dessa estratégia, e hoje mesmo, nesta reunião de câmara, no ponto 21, que já foi aprovado, veio também um processo resultante dessa estratégia, no âmbito de uma operação de reabilitação com recurso ao sistema de certificação do LiderA, através do Instituto Superior Técnico. Portanto, neste momento percebe-se que os proprietários começam a perceber o sistema e a querer mexer nos seus



imóveis. -----

Está-se neste momento também na fase final do levantamento dos imóveis em ruínas, no sentido de aplicar sobre eles as taxas legais sobre o IMI, pelo que diria que o ano que vem é um ano particularmente importante, porque todo o sistema começa a funcionar em pleno.-----

As operações de regeneração urbana que hoje vêm a reunião de câmara, e que concretizam ou são mais um passo importante na concretização dessa estratégia, são as operações de reabilitação urbana que se encontram também determinadas em lei e escolhidas pela maior parte dos municípios que têm alguma intervenção nesta matéria, desde logo os que ficam ao lado de Vila Franca de Xira. -----

Nessa perspetiva o caminho que se está a fazer é o caminho que se determinou há 2 anos atrás, que foi concretizado o ano passado e agora ganha um novo fôlego, sendo que o mercado responderá também a um conjunto de impulsos, enquanto esses impulsos puderem ser decididos pela câmara municipal, pelo que é bom que se tome a dianteira e por isso mesmo se traz esta proposta. -----

Assim, essa é uma preocupação que o Partido Socialista tem tido nos municípios onde tem a presidência, e felizmente está à frente também em Vila Franca de Xira no que toca a esta estratégia para a regeneração urbana. -----

O Sr. Presidente interveio, passando à votação do ponto, perguntando quem vota contra e quem se abstém, concluindo que o ponto é aprovado por maioria, para envio a discussão pública. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata " 129

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----
LIMPEZA DE ROTUNDAS - VIALONGA -----

Tomou a palavra o munícipe, Sr. João Pacheco, cumprimentando os presentes e dizendo que há algumas questões que vai colocar que são velhas, não interessa, mas é bom falar-se delas e continuar a falar, para estar na mente que se têm de concretizar. -----

Por outro lado, quer-se também congratular pelo facto das rotundas, em Vialonga, estarem a ser concluídas, faltando apenas aquela que o Sr. Presidente há pouco disse, que é a do Pingo Doce. -----

Ainda bem que estão feitas, mas só tem uma questão relativamente às rotundas. O Sr. Presidente falou há pouco na questão da reparação das rotundas, mas há também a da limpeza do mato dentro das rotundas, e está a lembrar-se de uma, por onde passou ontem ou anteontem, em que não sabe de quem é a responsabilidade, mas também não vai dizer, o que vai dizer é que fica ao fundo da serra de Santa Iria, na EN115, que é um matagal de 2 metros de altura. -----

Não sabe de quem é a responsabilidade da limpeza das rotundas, e esta é uma questão que gostaria de levantar. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, agradecendo ao munícipe, dizendo que folga em saber que a lista está cada vez menor, o que é bom sinal, mas ainda há muita coisa por fazer, naturalmente. -----

Quanto ao matagal, que é visível, não tem nada que saber, sendo esta uma matéria que um dia tem que ser a câmara municipal a fazer, porque já enviou esta informação várias vezes à Infraestruturas de Portugal, a antiga Estradas de Portugal, pois aquilo é da sua responsabilidade. Aliás, na última reunião que teve com a Infraestruturas de Portugal disponibilizou a possibilidade da câmara municipal celebrar um protocolo para que limpasse as bermas e as rotundas. -----

As que estão em Alverca, por exemplo, são da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, e não são limpas, pelo que, como lhe parece que era mais simples ser a câmara municipal, ou eventualmente até as próprias juntas, através de um protocolo, certamente que estas matérias seriam resolvidas com mais equidade e sem problemas. Desta forma, está à espera que, relativamente a esta matéria, a Infraestruturas de Portugal informe se está disponível ou não para o efeito. -----



[Handwritten signature]

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----
PARQUE URBANO DA FLAMENGA - VIALONGA -----

Tomou a palavra o munícipe, Sr. João Pacheco, referindo-se ao parque urbano da Flamengo, em Vialonga, e àquele matagal que existe ao fundo. Falou-se há pouco na manutenção, e questiona se aquele matagal será para futuras piscinas ou para um qualquer campo, de que já ouviu falar, e para quando é concluído, pois seria bom que fosse como as rotundas.-----

As coisas são para serem feitas, não é deixar passar o tempo e depois continuarem por arranjar, como é a questão das piscinas, que não se sabe para quando são.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando, em relação às piscinas, que já disse o que vai dizer mais do que uma vez, que lhe parece que se deve encontrar uma solução de implantação da piscina que não seja no parque urbano da Flamengo, que seja naquele terreno que está mesmo em frente.-----

Nesse sentido, está-se a tentar negociar esse terreno, pois, se houver acordo entre todos que a piscina lá fique, seria uma solução mais adequada do que a piscina ficar no parque urbano, o que é, em termos visuais, um impacto muito agressivo. - Portanto, é nisto que se está a trabalhar, para que, a seu ver, a piscina fique no sítio adequado.-----

O munícipe pergunta para quando a piscina, e não sabe dizer. Poderia dizer agora, pois era simpático, que neste mandato se vai fazer, mas é praticamente impossível. Há, isso sim, obrigação de lançar as bases em termos de alteração do projeto e da aquisição do terreno para que a piscina fique no sítio adequado, e isto responde também a uma questão que o Sr. Vereador Ernesto Ferreira colocou.-----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----
CENTRO DE SAÚDE DE VIALONGA - ABAIXO-ASSINADO -----

Tomou a palavra o munícipe, Sr. João Pacheco, referindo-se a uma questão célebre, em que houve há pouco tempo, talvez um mês, um abaixo-assinado, de uma comissão de utentes de saúde, para o futuro, o novo ou a reparação do centro de saúde de Vialonga. -----

O centro de saúde está decadente, e aquilo que a população precisa é de um centro de saúde em condições, capaz para os utentes e para quem o utiliza, que são os funcionários, os médicos e os enfermeiros.-----

Esta é uma questão fundamental, à partida não se pode exigir à câmara municipal que vá fazer, pois não é uma responsabilidade sua, mas é uma exigência da câmara municipal perante a população de Vialonga, e tem que exigir de alguém que isso seja um facto real.-----

Respondeu o Sr. Presidente que já disse, mais do que uma vez, que se está a trabalhar com a ARS – Administração Regional de Saúde, no sentido de reconverter o Ninho de Empresas, que tem todas as condições de área e acessibilidade para que possa ser a solução do novo centro de saúde. -----

Já viu umas coisas escritas no sentido de que a população, não sabe qual, reivindica um novo centro de saúde, construído de raiz, mas não vale a pena estar com ilusões, na medida em que as soluções existem, muito baratas, muito mais rápidas e mais de acordo com a necessidade das pessoas. -----

Por isso mesmo a solução para o centro de saúde poderá ser através da reconversão do Ninho de Empresas, que no passado funcionou como escola. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 135

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----
INVESTIMENTO NA FREGUESIA DE VIALONGA -----

Tomou a palavra o munícipe, Sr. Francisco Bordalo, cumprimentando os presentes e dizendo que é com muito agrado que vê a câmara municipal em Vialonga, a resolver problemas do concelho, e começará por um.-----

Ouviu a intervenção do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, ouviu falar de 22 milhões, e até gostaria que fosse mais, mas o Sr. Vice-Presidente disse que foi muito bem aproveitado e congratula-se com isso, pois tudo o que vier para o concelho é bom, só que gostaria de ser esclarecido, se fosse possível, destes 22 milhões, quanto foi empregue na freguesia de Vialonga.-----

Respondeu o Sr. Presidente que aquilo que pode é fazer uma relação de tudo o que a câmara municipal, ao longo dos anos, fez em Vialonga. -----

Não vai estar a dizer coisas, porque as intervenções são tantas, que só não as vê quem não quer, já que Vialonga, efetivamente, era uma freguesia extremamente carenciada de tudo ou quase tudo, e foi-se fazendo aquilo que era necessário fazer para a população, estando os equipamentos e tudo isso à vista. -----

Agora, o que se tem de fazer é mais, daquilo que é necessário fazer, sendo que já hoje, nesta reunião de câmara, se falou sobre umas quantas questões que se vão resolver.-----

Interveio novamente, dizendo ao munícipe que poderá fazer uma elencagem dos milhões de euros investidos na freguesia. -----

Respondeu o munícipe que não se trata do orçamento camarário, está a falar dos 22 milhões que vieram dos fundos comunitários, e a sua pergunta é: Desses 22 milhões, quanto é que calhou para Vialonga? -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que bastaria pôr um rio, que talvez isso facilitasse, mas aqui não há rio, há só linhas de água. -----

Respondeu o munícipe que o Trancão também é rio, e há uma parte em que se pode fazer lá um passadiço.-----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----
MATA DO PARAÍSO E INSTALAÇÕES DA ARPIV - VIALONGA-----
Tomou a palavra o munícipe, Sr. Francisco Bordalo, referindo que ouviu a intervenção do Sr. Presidente, e não sabe se se vai reconverter em relação a esta coisa dos políticos dizerem a verdade e se devem dizer sempre a verdade, pois vai apontar dois exemplos, de que o Sr. Presidente fez parte, porque está cá há muitos anos, é quase um “dinossauro” dos autarcas. -----
Crê que o Sr. Presidente, na altura vice-presidente, espalhou propagandas eleitorais, a dizer, e também esteve com o próprio, aquando do projeto do Professor Sidónio Pardal, da Mata do Paraíso, “obra linda, no programa eleitoral do PS, que adoraria ver concretizada”.-----
Contudo, não é dessa parte que vai falar, o que diz é que antes o que se veio a saber é que se gastou o dinheiro no projeto, mas depois não se podia fazer porque era propriedade privada. Pensa que o projeto deve estar na câmara municipal, agora a mata é pública, e questiona em que é que se fica, e foram promessas do PS.-----
Ouviu falar que a câmara municipal tem muitos milhões, faz uma boa gestão do seu dinheiro, acredita nisso e fica contente, pois não há ninguém no município que não fique contente por ver uma câmara a bastar-se, mas o que lhe “mete” um pouco de confusão, e gostaria que o Sr. Presidente lhe dissesse, e se confirmasse isso como confirmou as rotundas ficava ainda mais contente, se o edifício onde está a ARPIV – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Vialonga, é propriedade da câmara municipal ou ainda continua nalgum fundo imobiliário. -----
Não sabe como, mas também apareceu no programa do PS como sendo obra sua. O Sr. Presidente sabe, vinha lá a fotografia toda bonita, e por isso é que diz que se todos os políticos falassem a verdade era a coisa mais bonita que existia, porque as pessoas acreditavam umas nas outras. -----
Está a apresentar dois exemplos, poderia apresentar mais, mas a estes dois exemplos o Sr. Presidente esteve aliado, com certeza que não lhe passaram ao lado, já que houve papéis distribuídos pelo mesmo, que traziam aquilo. -----
Aquilo que se diz é uma coisa e o que se faz é outra? Fica na dúvida.-----
Respondeu o Sr. Presidente que há um aspeto interessante, o de que enquanto a



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 139

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----
DESBARATIZAÇÃO – RUA DO BOM HUMOR – MORGADO - VIALONGA -----

Interveio a munícipe, Srª Fernanda Boucho, cumprimentando todos e referindo que vai ser muito breve, apenas vindo à reunião de câmara para falar sobre a desbaratização. -----

É moradora na rua do Bom Humor, no Morgado, em Vialonga, onde os moradores são confrontados todos os anos com um problema de baratas, o que é extremamente desagradável, sendo que a casa dos seus pais dá para a rua Coronel Lobo da Costa, e tem a mesma situação. -----

Depois, não é só isso, também acontece entrar num estabelecimento onde vai tomar café, e confrontar-se com umas baratas. Não é falta de higiene, porque as pessoas são de facto cuidadosas, só que não podem fazer mais, pois as baratas aparecem por todo o lado. -----

Assim, a razão de estar na reunião é a necessidade urgente de se fazer uma desbaratização. Foi feita talvez há 1 ano ou 2, não sabe exatamente, mas resultou, e pensa que há motivo para ser feita todos os anos, sem ser a pedido dos moradores dali, porque é extremamente desagradável de ver, e são em quantidades enormes, ou nos passeios, a entrarem para casa das pessoas ou nos estabelecimentos. -----

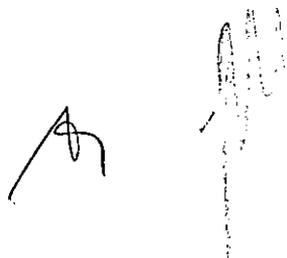
Assim, é mesmo muito urgente ser feita essa desbaratização. -----

Respondeu o Sr. Presidente que o Sr. Vice-Presidente tem esta área do ambiente, e isto é recorrente nos verões, tendo-se problemas neste tempo, não só com a desratização, que é anual, mas sobretudo com as baratas, e tem havido queixas em vários pontos do concelho. -----

A câmara municipal faz a desinfestação desta praga, porém muitas das vezes os ovos ficam agarrados às condutas e não se consegue chegar lá. Eliminam-se as baratas, mas depois ficam lá os ovinhos, e vão nascer mais umas centenas ou milhares de baratas. -----

De qualquer modo, solicita ao Sr. Vice-Presidente que veja se há condições de, nesta rua, que se chama do Bom Humor, mas que quando aparecem as baratas o humor deve-se ir embora, intervir. -----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que a desbaratização é feita várias vezes por ano



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----
REGULARIZAÇÃO E TRÂNSITO – RUA DA FELICIDADE E RUA CORONEL LOBO DA
COSTA - VIALONGA -----

Interveio o munícipe, Sr. Rafael Canha, cumprimentando os presentes, referindo que tem duas questões para colocar, sendo uma sobre a regularização e trânsito, dizendo que há tempos apareceu uma situação de se pôr um sinal numa rua, em Vialonga, com estacionamento proibido exceto a moradores. -----

Assim, questiona se quem quiser estacionamentos privados na via pública terá de os pagar, ou se existe algum regulamento na câmara municipal em que se poderá fazer isso, exigir um estacionamento privado no espaço público. -----

Esta foi uma situação que aconteceu à entrada da rua da Felicidade, que faz extrema com a rua Coronel Lobo da Costa, e depois com a rua do Bom Humor, que é uma rua sem saída. O próprio estava presente, e havia alguém que já estava para colocar lá o dito sinal, sendo que não sabe até que ponto o sinal estaria ou não regulamentado. -----

Respondeu o Sr. Presidente que para quem ficava com os estacionamentos era uma felicidade. -----

Prosseguiu o munícipe, referindo que nem se está a ver, depois, o resto dos problemas. -----

Uma outra situação de trânsito é na rua Coronel Lobo da Costa, que tem um troço de água pública que não foi reparado, desde o início da rotunda até chegar ao cruzamento que vai para o antigo sanatório/hospital. Aquela conduta está velha, degradada, rebentou há pouco tempo, e as pessoas não têm pressão de água em casa. -----

Agora foi-se lá rematar mais um bocadinho, pôs-se um bocado de alcatrão, mas vai rebentar outra vez, e as pessoas que moram naquela rua não têm abastecimento de água condigno, porque têm essa dificuldade, que é o único troço que não foi reparado na conduta de água pública. -----

Respondeu o Sr. Presidente que o munícipe referiu uma questão, do estacionamento privado, e vai pedir aos serviços que vejam, pois não sabe responder. -----

Quanto àquele troço, crê que está em planeamento para os SMAS repararem,



sendo que pergunta ao munícipe se sabe quanto se tinha de perdas de água há uns anos atrás. Havia uma percentagem imensa, e nem vai dizer, mas têm-se vindo a retirar e a substituir todas essas condutas de fibrocimento. -----

Disse o munícipe que o Sr. Presidente também sabe que até à lavandaria, em cima, foi cortada toda aquela estrada, feita uma conduta nova, e aquilo estava tudo a jeito, mas nesse simples bocado de troço não se fez.-----

Tomou de novo a palavra o Sr. Presidente, mencionando que não pode falar pelos SMAS, mas vai falar com o Sr. Presidente do conselho de administração, quando regressar de férias, justamente para perceber quando é que este trabalho será feito, porque aquilo que tem vindo a ser feito e planeado em todo o território do concelho é a substituição destas condutas, que são antiquíssimas, só dão chatices, porque há muitas reparações, já que por vezes a conduta parte-se. -----

Respondeu o munícipe que é frequente rebentar no sítio onde para a camioneta da Rodoviária, ao pé do prédio, mais ou menos de 15 em 15 dias. Arranca-se e depois aquilo volta a rebentar. -----

Depois, há a questão de reduzir a pressão, as pessoas ficam com falta de água, cada vez têm menos possibilidade de água em casa, mas se houver mais pressão mais depressa a conduta rebenta. Neste sentido vai-se reduzindo a pressão, aguentando-se mais uns dias até que ela ceda outra vez, e anda-se nisto há não sabe quantos anos. -----

Depois, isto encarece outra vez, pois cada vez que a conduta rebenta são os contadores e há mais uma série de fatores. -----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----
CONTENTORES DE RECOLHA DO LIXO - VIALONGA -----

Interveio o munícipe, Sr. Rafael Canha, referindo-se a uma questão que está sempre presente para toda a freguesia de Vialonga, que é a dos contentores de recolha do lixo.-----

Pelo menos na rua onde mora foi colocado mais um contentor, porque as pessoas que moram na Quinta da Flamengo fazem o percurso, não indo à ilha da Quinta da Flamengo, que fica a 300 ou 400 metros, mas atravessando a estrada, pela rua Coronel Lobo da Costa, e pondo o lixo logo ali, o que é normal, e o próprio faria a mesma coisa, pois não andava 300 metros, andava só 50 metros para colocar o lixo.-----

O problema é que os contentores estão muito degradados, tudo partido, as tampas não existem, e depois de 8 ou 9 meses dos moradores estarem a reclamar, nesta segunda-feira, às 4h00 da manhã, o próprio estava de pé, e viu os trabalhadores da câmara municipal irem alterar 2 contentores. Também não deixaram lá 2 contentores em condições, deixaram 2 contentores um bocadinho melhores do que os que lá estavam, que nem tampa tinham e o lixo estava aberto.-----

Pensa que este é um problema geral na freguesia, pois tem falado inclusivamente com o Sr. Presidente da junta, que lhe diz que é um problema gravíssimo. Contudo, tanto que se fala agora em ambiente e saúde pública, e à entrada de uma rua onde a maioria das pessoas que lá mora tem 60 anos, está já muito mais fragilizada, tem-se ali uma lixeira a céu aberto, porque os contentores também não são condignos. Se lá estiverem contentores condignos, não tem problema nenhum, pois estão lá bem no sítio, mas têm é de ser condignos.-----

Respondeu o Sr. Presidente que crê que o munícipe assistiu a parte da reunião de câmara, e verificou que há alguns investimentos que se vão fazer, justamente a aquisição de novos equipamentos para recolha.-----

Há uma ambição, quanto às ilhas ecológicas, daqui a 10, 15 ou 20 anos, mas não sabe quando, porque não pode ser feito antes, e estar a dizer que é para amanhã é mentira, sendo que questiona se o munícipe sabe quanto custa uma ilha ecológica. Com o enterramento e a compra de equipamentos, uma daquelas ilhas



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----
URBANIZAÇÃO DA MALVAROSA – ALVERCA DO RIBATEJO -----

Tomou a palavra o munícipe, Sr. Bruno Oliveira, cumprimentando todos os presentes e dizendo que na última reunião de câmara fez uma intervenção no âmbito da urbanização Malvarosa, onde foi entregue uma planta com os lugares de estacionamento da urbanização. -----

Essa questão foi abordada no ponto 23, não que tivesse alguma coisa a ver, mas foi também ligeiramente abordada, e o Sr. Presidente informou que iria solicitar a análise dos documentos, e que estava disposto para uma plataforma de comunicação, que visa identificar os problemas, deficiências e anomalias do bairro, e os moradores aguardam o contacto. -----

Após levantamento rua a rua, registou-se que existem apenas 480 lugares em lugar próprio, em arruamento, e esta diferença foi identificada pelos moradores, sendo que a câmara municipal, ainda na última alteração do loteamento, há 30 dias, mantém como 750 os lugares de estacionamento em arruamento. -----

Assim, a questão que coloca é se se mantêm estes 750 lugares, porque, numa operação que fez, de “lamber papel”, há uma informação técnica nº 29/2013, que diz que “quando à restante área da urbanização, está a ser objeto de análise no âmbito do acompanhamento às obras de urbanização, procurando adequar a proposta às características locais, com o objetivo de implementar soluções alternativas, de modo a ser cumprido o previsto na planta de síntese do loteamento”. -----

Neste sentido, descobre-se então que há 3 anos atrás já há alvitado que não haverá 750 lugares de estacionamento, que terão de ser estudadas alternativas, sendo que, passados 3 anos, está-se aqui, e os moradores voltam a questionar, pois dizem que são 483 lugares, e a informação da câmara municipal diz que são 750 lugares. -----

O munícipe, Sr. António Cid, interveio, cumprimentando os presentes e referindo que perguntou ao Sr. Presidente, diretamente, se é ou não verdade que a urbanização da Malvarosa foi aprovada através de um projeto-síntese, pela câmara municipal e pelo promotor, Obriverca, na altura, sendo que nesse projeto-síntese estava documentado o espaço a edificar, sobre o qual variadíssimas



pessoas foram comprar os seus lotes, não só construtores, como particulares. -----
As coisas até não correram muito mal durante algum tempo, mas o descalabro, quanto ao próprio, e não pediu a ninguém para lhe explicar isto, começou em 2013, sendo que há pouco ouviu um senhor falar na lei, e ficou com saudades da lei, porque a lei, dentro da Malvarosa, e pede imensa desculpa à câmara municipal, não existe. -----

Interveio o Sr. Presidente, perguntando o que é que não existe. O munícipe está a falar de lei? Não existe lei na câmara municipal? -----

Retomou a palavra o Sr. António Cid, respondendo que é o cumprimento do PDM. -

O Sr. Presidente retomou a palavra, dizendo que isso é o que o munícipe diz, e vai ter que, cabalmente, se o esclarecimento que o próprio lhe der não for suficiente, pôr a câmara municipal em tribunal, que é aquilo que lhe pode dizer. -----

Interveio o Sr. António Cid, referindo que infelizmente não tem dinheiro para isso. -

Respondeu o Sr. Presidente que tem, é só avançar com uma ação no Ministério Público, que o munícipe não tem que gastar dinheiro absolutamente nenhum. -----

Retomou a palavra o Sr. António Cid, mencionando que essa poderá ser uma opção. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo ao munícipe que avance e que, de uma vez por todas, deixe de fazer as observações que faz, não só públicas, como por escrito, a pôr em causa a idoneidade de quem está aqui nesta missão. -----

Interveio o Sr. António Cid, pedindo ao Sr. Presidente que lhe diga se é possível aceitar um edifício como o lote 51, em que a volumetria ultrapassou tudo o que é possível imaginar. -----

Perguntou o Sr. Presidente qual é a questão, sendo que, se é essa, já responde. ----

O munícipe retomou a palavra, respondendo que não, mas tinha que ter uma base para chegar ao fim da sua ideia, e a sua base começou com o projeto-síntese. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo não saber qual é a base do Sr. António Cid, não sabe e não a entende. Estava tudo muito bem até 2013, em 2013 entrou o próprio, como presidente da câmara, e a partir daí foi o descalabro. Foi aquilo que o munícipe acabou de dizer. -----

O Sr. António Cid interveio novamente, mencionando que vai explicar, e que o Sr. Presidente antes já cá estava, participou, e sabe muitíssimo bem que em 2013 se

A



perderam, do domínio público para o domínio privado, 24 500m², e até foi instalado um McDonald's na Malvarosa, que tirou aos moradores 34 lugares, porque hoje é indicado pela câmara municipal que há 4 lugares públicos dentro do McDonald's. Como é que isso é possível, se a câmara municipal autorizou que o McDonald's metesse uma cancela, e à noite fecha a cancela? Como é que as pessoas podem lá meter os 4 lugares? Contudo, foram 38 lugares à vida. -----
Os moradores da Malvarosa apresentaram as coisas por escrito, e o próprio tomou como capricho fazer uma fotocópia e mostrá-la ao Sr. Presidente, porque a câmara municipal diz que fez tudo isto e não houve alterações. Neste sentido, se lhe for possível, pede ao Sr. Presidente que repare na fotocópia, pois isso ajuda os eleitos da câmara municipal, e é só um bocadinho do "gâteau". Depois, não sabe se está alguém da comunicação social, pois pode também dar algumas cópias. -----
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que estão ali ao fundo dois senhores, e já percebeu que isto é dinheiro em caixa.-----
Continuou, pedindo ao munícipe para fazer o favor de terminar.-----
Retomou a palavra o Sr. António Cid, referindo que o que pede à câmara municipal é, dentro do possível, que o projeto-síntese seja tido em conta cada vez que se faz uma análise da Malvarosa, porque aquilo que os moradores veem hoje é que a câmara municipal tem uma preocupação latente, a maximização dos lucros dos construtores, mais nada, sem contrapartidas algumas para a Malvarosa, como foi o lote 47, com 60 000,00€. -----
Interveio o Sr. Presidente, dizendo para o munícipe pôr a câmara municipal em tribunal e depois vai ter que responder por aquilo que acabou de dizer, sendo que esta é a maneira do Sr. António Cid estar na vida.-----
Interveio novamente, referindo que o Sr. Bruno Oliveira veio a esta reunião repetir-se relativamente à última reunião de câmara onde esteve, e o próprio vai-se repetir, dizendo exatamente a mesma coisa que lhe disse, ou seja, os serviços estão a analisar o processo, para lhe permitir, mais tarde, falar com os moradores. Só irá falar com eles quando tiver certezas, e ainda não está esclarecido, pelo que quando tiver essas certezas falará, mas vai repetir o que disse, se se estiver numa base construtiva, pois se for para dizer determinado tipo de coisas que já ouviu hoje, os moradores que não contem consigo. Diz isto com toda a clareza, e o Sr.



Bruno Oliveira, como é uma pessoa inteligente, já percebeu o que é que o próprio quer dizer. -----

Assim sendo, para falarem sobre questões da Malvarosa de uma forma construtiva, os moradores podem contar consigo, agora, para outro tipo de coisas não contem consigo. Portanto, continuarão a falar, usarão as iniciativas que bem entenderem, falarão com quem bem quiserem, e vai-se trabalhando, cada um fazendo aquilo que deve fazer, e com a responsabilidade que cada um tem. -----

O munícipe indicou o seu contacto, e quando estiver em condições falará, se bem que o momento agora é de menos pessoas na urbanização, na medida em que muitas estarão eventualmente de férias. O próprio só irá de férias no final do mês, uns poucos dias, pelo que terá condições, mesmo em agosto, de ir um fim de tarde ter com os moradores. -----

Tomou a palavra o munícipe, referindo que, se lhe for permitido, gostaria de questionar algo de que se esqueceu na sua intervenção, que nem todas as informações técnicas estão nas atas, no site da câmara municipal, ao que o Sr. Presidente respondeu que o essencial está lá. -----

Prosseguiu o munícipe, dizendo que tem um pedido há 3 semanas para consultar o processo em papel, e ainda não lhe foi respondido. -----

Respondeu o Sr. Presidente que já despachou isso há muito tempo, pelo que é quando o munícipe quiser lá ir, e se quiser lá ir amanhã o documento estará à sua disposição. -----

Disse o munícipe que a resposta que lhe deram foi que não sabiam sequer quando é que podia consultar. -----

Respondeu de novo o Sr. Presidente que o munícipe vá aos serviços amanhã, já pode lá ir amanhã, pois a diretora do departamento está presente, ouviu e vai colocar os processos todos à sua disposição, para analisar o que bem entender. ----

Os processos são para quem neles tem interesse, e estão lá para serem analisados, pelo que se o Sr. Bruno Oliveira tiver alguma dúvida, no decorrer da análise do processo, poderá pedir a presença da diretora, para esclarecer um ou outro aspeto. É assim que se costuma fazer, é tudo claro, não há nada para esconder, como é evidente, e por isso é só dizer a que horas quer lá ir amanhã. ----

Disse o munícipe que amanhã não pode, tem uma competição, ao que o Sr.

A



Assunto: MOÇÃO – A ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA, UNIVERSAL, INCLUSIVA E DE QUALIDADE É UM DIREITO DE TODOS OS CIDADÃOS E UMA OBRIGAÇÃO DO ESTADO PORTUGUÊS -----

Presente para aprovação a moção intitulada “A escola pública, gratuita, universal, inclusiva e de qualidade é um direito de todos os cidadãos e uma obrigação do Estado Português”, datada de 2016/06/01, dos membros da Coligação Democrática Unitária, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que se trata de uma moção que tem a ver com a escola pública, e se a CDU é a proponente, deverá dizer o que lhe aprouver sobre ela. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Ricardo Anastácio, referindo que não vai ler a moção toda, para se poupar algum tempo, dirá apenas que é uma moção em defesa da escola pública, gratuita e universal, inclusiva e de qualidade, que é um direito de todos os cidadãos e uma obrigação do Estado português, que está consagrada na Constituição da República. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que o Partido Socialista está disponível para aprovar esta moção, retirando dois pontos que assinala, colocando à consideração dos Srs. Vereadores se é possível. Se for, aprova, se não for, logo se verá qual será o sentido de voto dos seus membros. -----

No entendimento do PS há algumas questões que são desnecessárias, e têm a ver, em primeiro lugar, com um parágrafo que fala sobre o ensino privado e as manifestações abusivas, etc., que foram feitas pelos colégios, relativas ao ponto 2 da moção. Entendem que não vale a pena e deve-se retirar essa matéria. -----

Depois, o segundo aspeto, que consta no último parágrafo da primeira página, tem a ver com questões de carácter doutrinário, com o anterior governo, e também lhe parece que não vale a pena manter, na medida em que o essencial da moção é aquilo que os une, que é a defesa da escola pública. -----

Respondeu o Sr. Vereador Ricardo Anastácio que, quando ao ponto 2, os membros da CDU estão disponíveis para o retirar. Agora, quanto ao outro parágrafo assinalado, consideram que é de manter. -----

Referiu o Sr. Vereador Rui Pereira que essa é a razão, não havia na verdade



carências de rede.-----
Prosseguiu o Sr. Vereador Ricardo Anastácio, mencionando que este parágrafo é o constatar de um facto.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo votarão contra a moção, farão uma declaração de voto e distribuirão essa declaração de voto, que se anexa e dá por inteiramente reproduzida nesta parte data, pois recusam apoiar uma escola pública manietada e controlada pelo controlador da classe operária, presidente, secretário-geral da FENPROF. Querem um país democrático, livre, não querem um ministério manietado e controlado por um senhor que já nem sabe o que é trabalhar há mais de 30 anos.-----

Portanto, não estão de acordo, votarão contra e denunciarão isto até à exaustão, e mais, a CDU, em 2011, no Parlamento, defendeu as escolas privadas, corporativas e de acordo de cooperação. A deputada Rita Rato fez esta declaração pública, em 2011, quando o governo do PSD retirou apoio às escolas privadas, e a CDU foi lá fazer a ação propagandística da FENPROF, que queria estar bem com Deus e com o Diabo.-----

Agora, os Srs. Vereadores já não se importaram com os despedimentos das escolas privadas, já não quiseram saber, porque têm uma ação absolutamente sectária face a esta matéria da educação. Depois, esta moção é toda uma vergonha, pois quando dizem que querem mais investimentos, que lhe digam: No Orçamento do Estado, onde é que está mais investimento para a educação? Com um ministro, que é do Partido Comunista, digam-lhe onde é que na educação do atual Governo, da "geringonça" em que os Srs. Vereadores têm a maioria, está mais dinheiro para a escola pública? Onde é que está?-----

Portanto, tudo isto é uma brincadeira, e em brincadeiras recusam-se a participar, logo, votarão contra esta matéria. Mais, iriam à câmara municipal até dizer que há escolas, no município, que são públicas, que estão há mais de um ano para arranjar projetores, e estão há mais de um ano para lhes responder, estão há mais de um ano para arranjar vidros e estão há mais de um ano para lhes responder a problemas simples.-----

O agrupamento da Póvoa de Santa Iria está a juntar nas mesmas salas todos os alunos que chumbaram, a isto chama-se o quê? Os alunos que chumbaram ficam



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 153

Reunião de 2016/07/27

Procº _____

Deliberação nº _____

todos na mesma turma, na mesma escola, a não ser que os pais os tirem de uma escola para os meter noutra. A isto chama-se o quê?-----
Portanto, não lhe venham com ações propagandísticas, pois estudou sempre na escola pública. Quando lhe vêm com ações propagandísticas, o que os Srs. Vereadores estão a fazer é a defender a FENPROF, os associados da FENPROF e os empregados que lá colocam, a seguir, nos sindicatos, por via dos sindicalizados, pois é assim que funciona, e é isso que andam a fazer.-----
Logo, os membros da Coligação Novo Rumo estão absolutamente contra, mas votariam a favor se os Srs. Vereadores tivessem trazido uma moção para defender a escola de Vialonga, só que dessa já se esqueceram. Têm maioria no Governo e podem alterar isto de um dia para o outro. Alterem e resolvam o problema, e nesse dia os membros da Coligação Novo Rumo estarão de acordo.-----
Com ações propagandísticas, não estão de acordo com coisa nenhuma, porque isto tem um objetivo maior, e não lhes dão palco para fazer isso, até porque o povo, como os Srs. Vereadores já disseram, não gosta do PCP, não votou no PCP, que andou a fazer o que fez durante 4 anos, a chamar nomes às pessoas, de ladrão para baixo, e o povo chegou às eleições e votou no Dr. Passos Coelho. O povo fez com que o Bloco de Esquerda passasse à frente do PCP, e é esse o problema, mas o PCP é que vai pagar isto dentro de pouco tempo, não é agora.-----
Tomou a palavra o Sr. Presidente, perguntando se há condições para fazer as alterações que o PS propôs à CDU, sendo que, no seu ver, há dois tipos de situações, e há uma com a qual estão absolutamente de acordo.-----
Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, chamando a atenção que são 14h00, e os membros da Coligação Novo Rumo têm que sair.-----
Proseguiu o Sr. Presidente, dizendo que às 14h00 acaba a reunião, solicitando apenas que o Sr. Vereador o deixe pelo menos terminar, e será rápido.-----
Continuou o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que tem que ser rápido, pois tem compromissos.-----
O Sr. Presidente continuou, dizendo que será rapidíssimo, referindo que, efetivamente, os membros do PS estão de acordo com a escola pública, mas não podem juntar uma ideia de equidade, de educação para todos, com outras questões de carácter ideológico que estão contidas na moção, que têm a ver, única



e exclusivamente, com uma opção política partidária.-----

Portanto, se os Srs. Vereadores estiverem em condições de retirar aquilo que propõem, votarão a favor, se não puderem, terão que ter outra atitude em termos de voto. -----

Pensa que ficavam todos mais confortáveis politicamente se os Srs. Vereadores retirassem os dois parágrafos, o ponto 2 e o outro parágrafo, e crê que para os membros da CDU também não consiste em nenhuma questão de maior. Está-se a tomar uma posição da câmara municipal, não se está a tomar uma posição deste ou daquele partido. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Ricardo Anastácio, dizendo que os membros da CDU retiram o ponto 2, mas o outro parágrafo mantêm como está. -----

Questionou o Sr. Presidente se o parágrafo não poderá terminar em "(...)privados que não correspondiam a carências da rede", retirando-se o resto.-----

Não tendo havido concordância, prosseguiu, dizendo que o PS já foi até ao limite do possível, e se da parte da CDU não é possível alterar, ir-se-á a votos. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que os membros da CDU já apresentaram as suas propostas.-----

Continuou o Sr. Presidente, respondendo que, sendo assim, votar-se-á, questionando quem vota contra, quem se abstém e quem vota a favor, concluindo que a moção é rejeitada, com os votos contra do PS e da Coligação Novo Rumo, com os votos a favor da CDU. -----

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros do Partido Socialista e da Coligação Novo Rumo, reprovou a moção dos membros da Coligação Democrática Unitária.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

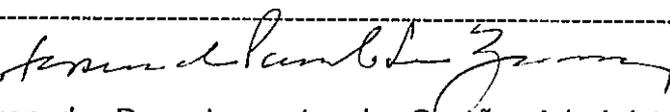
Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ 156

Reunião de 2016/07/27

Encerramento às 14h05. -----

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara de 2016/09/14, não tendo participado na votação os Srs. Vereadores Ana Lúcia Cardoso, Aurélio Marques e António Oliveira, por não terem estado presentes, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros.

E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, a subscrevi. -----

O Presidente da Câmara Municipal,


- Alberto Simões Maia Mesquita -